

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 023/2026
Data: 06/02/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PORTO DE SANTOS PODE RECEBER R\$ 23,4 BILHÕES EM INVESTIMENTOS COM A CONCESSÃO DO CANAL DE NAVEGAÇÃO	4
ACESSO AO PORTO DE SANTOS VOLTA A TER CAOS NO TRÂNSITO E PROJETOS DE VIADUTOS SEGUEM PARADOS	5
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ALCANÇA NÍVEL MÁXIMO DE EXCELÊNCIA EM GOVERNANÇA FEDERAL	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
DNIT LANÇA EDITAL DE R\$ 19,7 MI PARA VIADUTO DA VITARELLA NA BR-101 SUL EM PE.....	8
ATÉ 2028, AXIA VAI CONSTRUIR MAIS 1.957 KM DE LINHAS DE TRANSMISSÃO NO NE	10
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	11
AVISO DE PAUTA: ANTAQ DIVULGA DESEMPENHO AQUAVIÁRIO NACIONAL DE 2025 NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA (10)	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA RESPONDE AO AUMENTO DA PRODUÇÃO E BRASIL LIDERA MERCADO GLOBAL DE CARNE BOVINA EM 2025	12
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE EVENTO DO BNDES SOBRE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA	13
GOVERNO FEDERAL CONCLUI ROADSHOW DO LEILÃO DO AEROPORTO DO GALEÃO COM SEIS EMPRESAS INTERESSADAS	14
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA NOVOS VOOS ENTRE BRASIL E CABO VERDE.....	15
OBRAS NO ENTORNO DO PORTO DE SANTOS AVANÇAM COM MELHORIAS PARA A POPULAÇÃO LOCAL	15
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	17
BRASIL E RÚSSIA AVANÇAM NO DIÁLOGO SOBRE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA	17
MINISTRO RENAN FILHO PARTICIPA DE EVENTO QUE MARCA A CONSTRUÇÃO DE IMPORTANTE TRECHO FERROVIÁRIO EM MATO GROSSO DO SUL	18
BE NEWS – BRASIL EXPORT	18
EDITORIAL – O FREE FLOW NO SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES	19
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	21
<i>Investimento em fiscalização</i>	<i>21</i>
<i>Programação</i>	<i>21</i>
<i>Os planos da PF</i>	<i>22</i>
<i>Os objetivos</i>	<i>22</i>
<i>O novo secretário-executivo</i>	<i>22</i>
POLÍTICA - HADDAD E ALCKMIN TÊM UM PAPEL A CUMPRIR EM SP, DIZ LULA	22
POLÍTICA - KASSAB LEVA 6 DEPUTADOS ESTADUAIS DO PSDB PARA O PSD	23
POLÍTICA – PAULO SERRA, LÍDER DOS TUCANOS NO ESTADO, CLASSIFICA MOVIMENTO COMO “CANIBALISMO”	24
POLÍTICA - QUEBRA DO SIGILO DO MASTER SAI DA PAUTA DA CPMI DO INSS.....	25
POLÍTICA - CPI DO CRIME ORGANIZADO: ESPOSA DE MORAES PODE SER CONVOCADA	26
POLÍTICA - LULA ATACA MERCADO FINANCEIRO: “NÃO PENSA NO BRASIL, SÓ NO SEU LUCRO”	26
POLÍTICA - PRESIDENTE VOLTA A DEFENDER MANDATO PARA MINISTROS DO STF	27
TRANSPORTES – PORTOS – DIVERGÊNCIA NO GOVERNO PODE ADIAR LEILÃO DO MEGATERMINAL DE SANTOS	28
TRANSPORTES – PORTOS - LEILÃO DO PÁTIO NORTE DO PORTO DE NATAL OCORRE NESTE MÊS	29
TRANSPORTES – PORTOS - PARANAGUÁ REGISTRA NOVO RECORDE NO PÁTIO PÚBLICO DE TRIAGEM	30
TRANSPORTES – FERROVIAS - GOVERNO ACERTA RENOVAÇÃO DA FCA POR 30 ANOS COM INVESTIMENTOS DE R\$ 40 BI. 31	31
TRANSPORTES - FERROVIAS / RODOVIAS - ANTT DESENVOLVE NOVA NORMA PARA ORGANIZAR OUTORGAS FERROVIÁRIAS	33
TRANSPORTES - FERROVIAS / RODOVIAS - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES ADOTA PEDÁGIO ELETRÔNICO A PARTIR DE JULHO	34
TRANSPORTES - AEROPORTOS / AVIAÇÃO - SEIS EMPRESAS ESTÃO INTERESSADAS NA CONCESSÃO DO AEROPORTO DO GALEÃO	34
TRANSPORTES - AEROPORTOS / AVIAÇÃO - SUBSIDIÁRIA DA EMBRAER FECHA PRIMEIRA VENDA DE eVTOLs NA ÁSIA ...	36
BRASIL EXPORT - BRASIL EXPORT DEFENDE CABO VERDE COMO PONTE DO BRASIL COM MERCADOS AFRICANOS	36
ENERGIA - AXIA ENERGIA ANUNCIA PRIMEIRA PLANTA DE HIDROGÊNIO VERDE VOLTADA AO AÇO NO BRASIL	37
PETRÓLEO E GÁS - BRAVA ENERGIA FECHA JANEIRO COM QUEDA DE 1,07% NA PRODUÇÃO	38
PETRÓLEO E GÁS - ANP LIBERA RETOMADA DE POÇO DA PETROBRAS NA FOZ DO AMAZONAS	39
COMÉRCIO EXTERIOR - PERTO DO PRAZO FINAL, ‘MAPA DO CAMINHO NACIONAL’ NÃO ESTÁ PRONTO	40
COMÉRCIO EXTERIOR - EXPORTAÇÕES PARA OS EUA CAEM 25,5% EM JANEIRO.....	42



COMÉRCIO EXTERIOR - BALANÇA COMERCIAL TEM SEGUNDO MELHOR RESULTADO PARA JANEIRO	43
FINANÇAS - EM DIA RUIM PARA COMMODITIES, IBOVESPA TEM LEVE ALTA DE 0,23%.....	43
FINANÇAS - DÓLAR TEM LIGEIRA ALTA EM DIA NEGATIVO PARA DIVISAS EMERGENTES	44
COMUNICAÇÃO & MARKETING - OPINIÃO - PRESENÇA COMO COMPETÊNCIA ESTRATÉGICA NO AMBIENTE CORPORATIVO	45
JUSTIÇA - FLÁVIO DINO DERRUBA O “IMPÉRIO DOS PENDURICALHOS”	46
JUSTIÇA - DECISÃO FOI TOMADA EM AÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE PROCURADORES DO LITORAL PAULISTA	48
JUSTIÇA - STF IMPÕE PENA MAIS DURA PARA CRIMES CONTRA A HONRA	48
JUSTIÇA - MINISTRO DO STJ ACUSADO DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL PEDE LICENÇA MÉDICA	49
JUSTIÇA - MORAES DIZ QUE JUIZ PODE TER AÇÕES DE EMPRESAS	50
JUSTIÇA - TJ-PB VETA OBRIGATORIEDADE DO USO DA BÍBLIA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	51
JUSTIÇA - OPINIÃO – DIREITO - A NOVA ENGENHARIA DOS DISSÍDIOS COLETIVOS, AUTONOMIA PRIVADA E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA	52
JORNAL O GLOBO – RJ.....	54
STF FORMA MAIORIA PARA CONSIDERAR CAIXA 2 CRIME ELEITORAL E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	54
CORREIOS VÃO VENDER 21 IMÓVEIS EM LEILÕES NESTE MÊS; OBJETIVO É ARRECADAR R\$ 1,5 BI ATÉ DEZEMBRO	55
UNIÃO EUROPEIA PREVÊ NOVA RODADA DE SANÇÕES CONTRA A RÚSSIA	56
PETROBRAS RETOMA ATUAÇÃO NA ÁFRICA COM COMPRA DE BLOCO NA NAMÍBIA.....	57
HADDAD FALA EM 'ESTUPRO' DAS CONTAS PÚBLICAS AO CRITICAR POLÍTICA FISCAL DE 2022	58
MINERAIS CRÍTICOS: GOVERNO LULA EVITA PACTO DOS EUA E DEVE ASSINAR ACORDO COM A ÍNDIA	59
APÓS DECISÃO DE DINO SOBRE 'PENDURICALHOS', PRESIDENTE DO TJ-SP ADMITE REVER VERBAS EXTRAS PAGAS A MAGISTRADOS	61
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	62
BRB VENDE R\$ 5 BILHÕES EM ATIVOS PARA ESTANCAR CRISE DE LIQUIDEZ APÓS ESCÂNDALO DO CASO MASTER	62
GOVERNO LULA DESCARTA ENTRAR EM ALIANÇA DE TRUMP SOBRE MINERAIS CRÍTICOS.....	63
RIO TINTO E GLENCORE ABANDONAM CONVERSAS DE FUSÃO PARA CRIAR GIGANTE DA MINERAÇÃO	64
PETROBRAS COMPRA PARTICIPAÇÃO EM BLOCO EXPLORATÓRIO DA NAMÍBIA	65
VALOR ECONÔMICO (SP).....	66
PETROBRAS RECEBE R\$ 1,65 BI EM COMPLEMENTO DE COMPENSAÇÃO FIRME DOS BLOCOS DE SÉPIA E ATAPU	67
STELLANTIS REGISTRA BAIXA CONTÁBIL EM REFORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIA.....	67
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	68
CRONOGRAMA DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 SEGUE INCERTO.....	68
ACORDO ENTRE PORTO DE ROTTERDÂ E ASSOCIAÇÃO AMPLIA COMBATE À FALSIFICAÇÃO DE ARMAZENAMENTO	70
FS VENDE PRIMEIRA CARGA DE DDG, RAÇÃO ANIMAL DE ALTA VALOR PROTEICO, PARA A CHINA	71
PETROBRAS RECEBE R\$ 1,65 BILHÃO EM COMPENSAÇÕES DE PARCEIROS POR EXPLORAÇÃO NOS BLOCOS DE SÉPIA E ATAPU	72
CONSÓRCIO COM PETROBRAS VAI EXPLORAR PETRÓLEO E GÁS NA COSTA DA NAMÍBIA	72
PLANO MESTRE DO COMPLEXO PARANAGUÁ-ANTONINA ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA	73
BRASIL LIDERA MERCADO GLOBAL DE CARNE BOVINA EM 2025 E EXPORTA 3,45 MILHÕES DE TONELADAS	73
KONGSBERG MARITIME FORNECERÁ PROJETO E PROPULSÃO PARA NAVIOS HANDY DA TRANSPETRO	74
ANTAQ APROVA ABERTURA DE CONSULTA SOBRE CONCESSÃO DA DRAGAGEM DE SANTOS.....	75
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	76
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	76

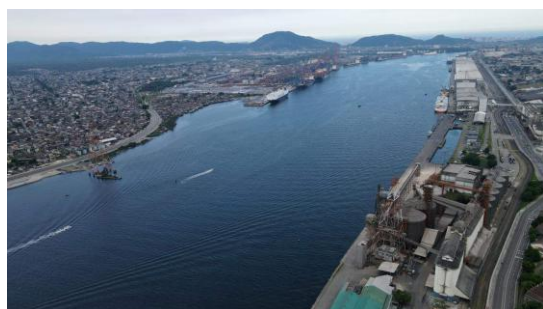


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS PODE RECEBER R\$ 23,4 BILHÕES EM INVESTIMENTOS COM A CONCESSÃO DO CANAL DE NAVEGAÇÃO

Antaq autoriza consulta e audiência públicas e projeto prevê estudos para aprofundamento do canal até 18 metros

Por Maurício Martins 6 de fevereiro de 2026



Canal do Porto recebe quase 6 mil navios por ano, tem 25 quilômetros de extensão e passa por três municípios: Santos, Guarujá e Cubatão (Alexsander Ferraz/AT)

A concessão do canal de acesso do Porto de Santos poderá envolver até R\$ 23,453 bilhões em investimentos, ao longo de um contrato inicial de 25 anos, com possibilidade de aprofundamento do canal para 18 metros.

Esse novo patamar do projeto foi detalhado pela diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Flávia Takafashi, em entrevista para A Tribuna.

Ela foi a relatora do processo na agência que aprovou nesta quinta-feira (5), em reunião ordinária da diretoria, a abertura de consulta e audiência públicas sobre o modelo de concessão do canal aquaviário do cais santista.

Essa deliberação era para ter ocorrido em dezembro do ano passado, mas Flávia retirou o projeto da pauta para analisar melhor os documentos. Agora, a diretora decidiu liberar o avanço das etapas participativas, cujas datas ainda serão definidas, permitindo o debate do projeto com a sociedade para recebimento de contribuições.

Segundo a relatora, o contrato prevê um conjunto amplo de obras e serviços ao longo do período de concessão. “Estamos falando de uma dragagem de aprofundamento para alcançar 16 metros, no primeiro momento, com sinalização náutica. E, depois, aprofundamento para 17 metros de profundidade”, explica a diretora, ressaltando que essa primeira fase envolve investimentos de R\$ 688 milhões.

Além da dragagem de aprofundamento, estão previstos no contrato a instalação do Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS, na sigla em inglês), serviço de gestão ambiental, licença de operação, estudos para a colocação de uma guia corrente para diminuir a sedimentação nas praias e levantamentos para verificar a viabilidade de aprofundamento do canal para 18 metros.

“Estamos falando de um valor global de contrato de R\$ 23,453 bilhões, com prazo inicial de 25 anos, podendo chegar com prorrogação a 70 anos. A gente está diante de uma modelagem que, embora precise de ajustes pontuais, tem de fato um poder de ter uma atratividade para conseguir a profundidade que o canal de acesso de Santos precisa”.

Para Flávia, o momento é de aperfeiçoar o modelo. “Agora é ir para a audiência pública. A área técnica da Antaq fez uma análise muito pormenorizada. Os ajustes poderão ser feitos a partir das contribuições. Mas o documento já consolida as métricas e possibilidades para alcançar 17 metros de profundidade e fazer estudos para chegar a 18 metros, que é importante para esse momento de crescimento do Porto de Santos”.

Estratégico

O projeto de concessão do canal de acesso ao Porto de Santos é considerado estratégico para a logística nacional. Os estudos chegaram à Antaq em agosto de 2025, mas passaram por reavaliações e ajustes técnicos antes de retornar à pauta para deliberação.

Com a autorização concedida agora, o processo regulatório volta a avançar. Após a consulta e a audiência públicas, as contribuições deverão embasar os ajustes finais do projeto antes do encaminhamento ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), etapas necessárias para a publicação do edital.

A manifestação da Antaq consolida, pela primeira vez, a possibilidade de o canal de acesso do Porto de Santos alcançar até 18 metros de profundidade – antes, a previsão máxima era 17 metros. Os investimentos previstos também aumentaram significativamente, porque se falava em concessão de R\$ 6 bilhões.

Parte das mudanças veio de pedidos da Autoridade Portuária de Santos (APS). Tudo será analisado pelo MPor ao longo do debate público.

Outros locais

A proposta é diferenciar do modelo adotado no Porto de Paranaguá, no Paraná, cuja concessão foi realizada em outubro do ano passado e homologada em dezembro pelo MPor, tornando-se o primeiro canal de acesso do País repassado à iniciativa privada. Em Paranaguá, o projeto de melhorias do canal soma R\$ 1,22 bilhão.

Entre as melhorias previstas estão o alargamento, a derrocagem e o aprofundamento, até que seja atingido o calado desejado. Ao final dos cinco primeiros anos de concessão, a concessionária deverá realizar o aprofundamento do canal para garantir um calado operacional — que é a distância entre o ponto mais profundo do navio e a superfície da água — de 15,5 metros.

Atualmente, o calado é de 13,3 metros. Santos deverá ficar em terceiro lugar, porque a privatização do canal do Porto de Itajaí (SC) já é analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A previsão é que a licitação de Santos seja feita no final deste ano.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/02/2026

ACESSO AO PORTO DE SANTOS VOLTA A TER CAOS NO TRÂNSITO E PROJETOS DE VIADUTOS SEGUEM PARADOS

Obras aguardam aval da Artesp enquanto caminhões congestionam acesso pela Alemoa

Por Bárbara Farias 6 de fevereiro de 2026



Caminhões que precisaram acessar o Porto ontem ficaram mais uma vez parados no viaduto da Alemoa (Sílvio Luiz)

Mais uma vez, o acesso à Alemoa ficou travado nesta quinta-feira (5) com o trânsito de caminhões rumo ao Porto de Santos, no único viaduto existente no bairro. Enquanto isso, os projetos de dois novos acessos estão em análise desde 2024 na Agência de Transporte do Estado de São

Paulo (Artesp).

Muito aguardadas pelos setores industrial e portuário, as construções do segundo viaduto da Alemoa e do viaduto de acesso ao Porto de Santos ainda não foram autorizadas. A informação é da Ecovias Imigrantes, concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), que será responsável pelas duas obras.



“O projeto executivo do viaduto da Alemoa, localizado na altura do km 61 da Via Anchieta, encontra-se em análise junto à Artesp para aprovação e inclusão no contrato de concessão”, informou a Ecovias em nota.

Procurada, a Artesp não se manifestou.

Projetos A Ecovias explicou que o projeto prevê adequações viárias no acesso da Alemoa à rodovia, incluindo a criação de um acesso da Rua Aurélio Batista Félix para a Avenida Bandeirantes e a implantação de uma faixa adicional na Via Anchieta.

Já em relação ao viaduto de acesso ao Porto de Santos, a concessionária informou que concluiu o projeto funcional, que está em aprovação na Artesp. “A próxima etapa consiste no desenvolvimento do projeto executivo, atualmente em tratativas”.

Essa intervenção tem como objetivo solucionar conflitos entre os sistemas viário e ferroviário. A localização definitiva da estrutura ainda será definida. Não há, até o momento, data para início das obras.

Atualmente, o Viaduto Paulo Bonavides é o único acesso ao Distrito Industrial da Alemoa e aos terminais localizados na Margem Direita do Porto, em Santos. Diariamente, o local recebe uma média de 12 mil caminhões. Devido ao grande volume de tráfego, os congestionamentos são constantes.

Para o presidente da Associação de Melhoramentos da Alemoa (AMA), João Menano, o segundo acesso, chamado pelo setor de viaduto de saída, é o mais urgente. “Vai aliviar o viaduto atual, puxando o fluxo atual de caminhões para se dirigirem do Saboó até a Ponta da Praia. Toda essa estrutura existente permanecerá como uma segunda opção para eles”, diz Menano.

Congestionamento

Motoristas que acessaram o Viaduto Paulo Bonavides com destino à Alemoa e ao Porto de Santos, nesta quinta-feira (5), enfrentaram congestionamentos com pontos de lentidão e paralisação naquela região.

Em nota, a Prefeitura de Santos informou que “as fortes chuvas da manhã” provocaram “alagamento no cruzamento da Rua Augusto Scaraboto com a Avenida Engenheiro Augusto Barata (Retão da Alemoa), prejudicando o acesso à área portuária e com reflexos na Via Anchieta”.

A Administração Municipal informou ainda que agentes da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de Santos foram posicionados no semáforo da Augusto Scaraboto para orientar e auxiliar na fluidez do trânsito.

“A área é monitorada 24h pelo Centro de Controle Operacional (CCO), responsável pelo gerenciamento do tráfego e ocorrências. O CCO integra CET, Guarda Municipal e Defesa Civil, permitindo resposta rápida a acidentes e incidentes na via”.

A Prefeitura reiterou que a CET-Santos mantém monitoramento permanente da Rua Augusto Scaraboto e de seu entorno desde o início das obras, executando ações previamente planejadas, “como a implantação de desvios, ajustes na programação semaforica e operação com agentes de trânsito, sempre com o objetivo de garantir a fluidez do tráfego na região”.

Bairro tem obras da Prefeitura e da APS

A obra de reestruturação e remodelação da Rua Augusto Scaraboto e entorno do Viaduto Paulo Bonavides, na Alemoa, iniciada em maio do ano passado pela Prefeitura de Santos, deverá ser concluída em outubro.

Com um orçamento de R\$ 13,9 milhões — R\$ 10,7 milhões do Governo do Estado e o restante de contrapartida do Município —, as melhorias são de responsabilidade da TMK Engenharia, vencedora da licitação.

“Em função do grande movimento de veículos de carga em razão do período de safras, as obras começaram em maio. A etapa mais crítica, que envolve a execução da drenagem, está praticamente concluída, com 93% do total executado. A fase de pavimentação já foi iniciada. A obra encontra-se atualmente com 58,7% do prazo decorrido e com 60,7% das intervenções físicas executadas”, informou a Prefeitura.

O projeto foi estruturado com base na proposta financiada pela Associação de Melhoramentos da Alemoa (AMA). Os trabalhos incluem demolição de asfalto, calçadas, sarjetas e guias, pavimentação asfáltica de uma área de 9,8 mil metros quadrados (m²), pavimentação de concreto armado nos acessos aos terminais e galpões, instalação de 34 luminárias em LED, limpeza, paisagismo, jardinagem, sinalização viária, alambrado de aço no interior do viaduto e gradil de proteção para pedestres.

De acordo com o Executivo Municipal, ainda serão feitos “passeios, pavimentação, alteração do sistema viário e sinalização”.

A Administração explicou que o cronograma de obras foi estendido para 16 meses, após o início de algumas etapas, em função de entendimentos com as empresas do entorno da obra e da Alemoa. O prazo contratual expira no final de outubro.

Retão da Alemoa

A Autoridade Portuária de Santos (APS) executa obras no final do Viaduto Paulo Bonavides, junto à Via Anchieta e acesso ao Distrito Industrial, que seguem pela Rua Augusto Scaraboto até o início da Avenida Engenheiro Augusto Barata (Retão da Alemoa), em área federal.

As obras visam racionalizar e dar mais fluidez ao principal acesso ao Porto. O projeto engloba troca de pavimento, adequação das faixas de rolamento, iluminação em LED e sinalização. O investimento é de R\$ 27,45 milhões.

Os trabalhos contemplam a construção de um canal de drenagem com maior capacidade de vazão e consequente melhora no escoamento, em substituição à vala de drenagem existente. Isso visa diminuir alagamentos.

Os trabalhos são executados pelo Consórcio Fmeng-Alemoa. São três fases, com previsão de conclusão em dezembro deste ano, diz a APS.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 06/02/2026

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS ALCANÇA NÍVEL MÁXIMO DE EXCELÊNCIA EM GOVERNANÇA FEDERAL

APS é destaque em ranking do Ministério da Gestão e da Inovação
Da ATribuna.com.br 6 de fevereiro de 2026



A empresa é considerada referência em boas práticas e inovação, atuando como pioneira em seu setor (Alexsander Ferraz/AT)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) recebeu do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) o “nível de excelência” no 7º Ciclo da Certificação do Indicador de

Governança (IG). O indicador é elaborado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Com a menção, a empresa é considerada referência em boas práticas e inovação, atuando como pioneira em seu setor. “A APS ficou em 1º nos quesitos Governança Corporativa Boas Práticas e Inovação, e na 2ª posição em Políticas Públicas, entre as empresas de infraestrutura e transporte do Governo Federal”, explica o presidente da APS, Anderson Pomini.

“É um reconhecimento importante do trabalho que vem sendo feito em todas as áreas da APS e reforça nosso compromisso com integridade, transparência, inovação e entrega de valor à sociedade”, conclui Pomini.

Excelência

No setor de infraestrutura e transporte, apenas a APS e a Infra S.A. alcançaram excelência simultânea nas três dimensões, colocando a APS no patamar mais elevado de maturidade em governança e políticas públicas.

Foram 48 estatais avaliadas e apenas 15 alcançaram o nível de excelência em todos os quesitos considerados. Além da APS, empresas como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alcançaram o nível de excelência.

Em nota, a gestora do cais santista afirma que é “mais um ranking que demonstra a consistência do desempenho administrativo da APS”.

Outras citações

A empresa já foi reconhecida no Anuário da Revista Época Negócios 2024, na 5ª colocação no “desafio” ESG/Governança entre as empresas do setor de Serviços. Responsável pela administração do Porto de Santos, a APS é uma das empresas federais superavitárias, como a Petrobras e os bancos públicos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/02/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

DNIT LANÇA EDITAL DE R\$ 19,7 MI PARA VIADUTO DA VITARELLA NA BR-101 SUL EM PE

Concorrência tem abertura marcada para 18 de março e prazo de um ano para eliminar gargalo que afeta 45 mil veículos/dia no trecho da fábrica da Vitarella, na entrada do Recife

Por Paulo Goethe - De Recife paulo.goethe@movimentoeconomico.com.br



Fábrica da Vitarella, em Jaboatão dos Guararapes, é ponto de referência para gargalo viário na BR-101 Sul em Pernambuco. Foto: Vitarella/Reprodução

O Ministério dos Transportes publica nesta sexta-feira (6), no Diário Oficial da União, o edital de licitação para eliminação do gargalo viário da Vitarella, na BR-101 em Pernambuco, entre os quilômetros 82,1 e 84,0. A Concorrência nº 0046/2026-00 tem valor estimado de R\$ 19,7 milhões, prazo de execução de até um ano e abertura de propostas prevista para 18 de março de 2026, às 15h. A obra consiste na implantação de um viaduto no km 83,4 e faixas de acesso conectando a atual pista oeste da BR-101 Sul com o antigo trecho da BR-101, eliminando o dispositivo de retorno em nível existente no km 83,8.



O trecho concentra aproximadamente 45 mil veículos por dia e é considerado um dos principais pontos críticos de mobilidade da Região Metropolitana do Recife. Atualmente, veículos leves, pesados e ônibus são obrigados a realizar um contorno de dois quilômetros para acessar a BR-101 a partir da Estrada da Batalha, gerando congestionamentos nos horários de pico. O segmento é o principal eixo de ligação entre o Recife e o Complexo Industrial e Portuário de Suape, além de rota para as praias do litoral sul de Pernambuco.

A publicação do edital foi anunciada pelo ministro Renan Filho na terça-feira (3), durante encontro com a governadora Raquel Lyra em Brasília, quando apresentou o pacote de investimentos federais em rodovias do estado. “Nós vamos publicar essa semana o edital para fazer esse viaduto e melhorar o trânsito na região”, afirmou o ministro, que classificou a Vitarella como “um dos maiores gargalos rodoviários do Brasil”.

Com a publicação do edital nesta sexta-feira (6), as empresas interessadas terão até 18 de março de 2026 para apresentar propostas. O processo licitatório segue a modalidade concorrência, indicada para obras de grande porte. Após a abertura das propostas, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) realizará a análise técnica e financeira das ofertas, seguida de habilitação e homologação da empresa vencedora.

A expectativa é que a ordem de serviço seja emitida ainda no primeiro semestre de 2026, permitindo o início das intervenções. O edital completo estará disponível no Portal de Compras do Governo Federal e no site do Dnit após a publicação no Diário Oficial da União.

Governadora destaca redução de tempo de deslocamento para litoral sul

A governadora Raquel Lyra comentou nesta quinta-feira (5), em Maceió, durante a 1ª Assembleia Geral Ordinária dos Governadores e Governadoras em 2026, a importância da obra para a mobilidade estadual. “O viaduto da Vitarella é uma obra relativamente pequena, mas vai destravar a PE-60, vai permitir que as pessoas possam ficar mais tempo com suas famílias”, afirmou. Segundo ela, o tempo de deslocamento entre o Recife e a região de Ipojuca e Sirinhaém chega a duas horas na ida e três horas na volta em dias de maior fluxo.

“A população vai poder passar mais tempo em casa, cuidar melhor da sua família e de si mesmo”, completou a governadora. Raquel Lyra também destacou a parceria com o ministro Renan Filho e citou a retomada de investimentos federais em rodovias de Pernambuco após anos de baixa execução orçamentária. “A gente tem um mapa que mostra que o Dnit em Pernambuco foi o que menos investiu no Brasil, mas tem obras saindo do papel”, disse.

A governadora afirmou que Pernambuco ficou para trás enquanto estados vizinhos avançavam na infraestrutura viária. “A gente que é de Pernambuco ficou meio sentido quando viu a Bahia, quando viu o Piauí, quando viu o Ceará, quando viu a Paraíba e Alagoas, dobrarem na sua malha viária, duplicaram as suas rodovias. Era muito nítido quando chegava em Pernambuco, começava a ter a buraqueira”, disse. Segundo ela, até prefeitos de estados vizinhos cobravam melhorias nas estradas de conexão com Pernambuco. “Tá dando certo. Já estamos chegando em 3 mil quilômetros de estradas qualificadas”, afirmou.

A governadora mencionou um valor de R\$ 35 milhões para a obra, superior ao orçamento oficial de R\$ 19,7 milhões constante no edital. A diferença pode estar relacionada ao valor total do projeto original, incluindo eventuais custos complementares ou etapas não contempladas na licitação atual, ou à atualização dos valores técnicos realizados pelo Dnit durante a estruturação do processo licitatório.

Histórico da obra e projeto técnico do viaduto da Vitarella

O projeto técnico da obra foi custeado pelo movimento Atitude Pernambuco em parceria com empresários da região e entregue oficialmente ao governo estadual em dezembro de 2024, quando foi mencionado o valor inicial de R\$ 40 milhões. A iniciativa visava acelerar a viabilização de uma reivindicação que remonta a setembro de 2013, quando o então deputado estadual Everaldo Cabral apresentou indicações legislativas apontando o gargalo de trafegabilidade na antiga BR-101 Sul.

A intervenção prevista no edital elimina o retorno em nível no km 83,8, substituindo-o por um viaduto no km 83,4 e faixas de acesso diretas entre a pista oeste da BR-101/PE e a BR-101-Antiga. Esse arranjo permitirá fluxo contínuo para os veículos que atualmente precisam seguir até o dispositivo de retorno, realizar conversão em nível e retornar dois quilômetros no sentido contrário.

A obra beneficiará diretamente o transporte de cargas com destino ao Porto de Suape, um dos principais complexos portuários do país, além de melhorar o acesso turístico às praias de Tamandaré, Porto de Galinhas, Carneiros e Muro Alto. O prazo de execução de até um ano indica que a intervenção pode ser concluída até o primeiro trimestre de 2027, caso a obra seja iniciada logo após a contratação.

Investimentos federais em obras viárias em Pernambuco

O edital da Vitarella integra um conjunto de investimentos federais em rodovias de Pernambuco anunciados pelo Ministério dos Transportes. Além do viaduto, estão previstos a duplicação da BR-423 entre São Caetano e Garanhuns, com destaque para o início da aplicação de camada asfáltica no trecho São Caetano-Lajedo; a duplicação da BR-232 entre São Caetano e Belo Jardim, com aporte federal de R\$ 100 milhões e contrapartida estadual de R\$ 200 milhões; e a travessia urbana da BR-104 em Toritama, com repasse federal de R\$ 35 milhões ao estado.

A governadora também mencionou o andamento do Arco Metropolitano do Recife, cuja primeira etapa está sendo executada com recursos estaduais de R\$ 650 milhões e terá sequência com aporte federal de R\$ 540 milhões. Segundo ela, a nova via deve reduzir em até 70% o tráfego de caminhões na Região Metropolitana do Recife. “A nova BR-101 será construída em Pernambuco, o nosso trecho pago com o dinheiro do governo do estado já começou”, disse.

O ministro Renan Filho também determinou que as rodovias federais BR-101 e BR-104 recebam manutenção nos próximos seis meses, no mesmo padrão aplicado em outros estados do Nordeste, e anunciou a publicação do edital para o segundo trecho do metrô do Recife, prevista para março.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 06/02/2026

ATÉ 2028, AXIA VAI CONSTRUIR MAIS 1.957 KM DE LINHAS DE TRANSMISSÃO NO NE

No futuro, a implantação de novas linhas de transmissão vai contribuir para que ocorram menos cortes de geração no Nordeste

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



A Axia tem 37% das linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN). Foto: Axia Energia/Divulgação

A Axia Energia – antiga Eletrobras – implantará 1.957 quilômetros de linhas de transmissão no Nordeste até 2028 passando pelos Estados do Ceará, Piauí, Bahia, Pernambuco e Alagoas. Os projetos fazem parte de sete lotes arrematados pela companhia em leilões realizados nos últimos três anos e têm previsão de gerar 10.300 empregos. Em dezembro do ano passado, a empresa divulgou que a implantação de novas linhas de transmissão demandará um investimento de R\$ 5,8 bilhões até 2030.

No ano passado, a Eletrobras e suas subsidiárias – como a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) passaram a ser chamada por Axia Energia. Algumas obras já começaram, como a do Ceará. Outras a licença ambiental para iniciar a construção.

A implantação das novas linhas de transmissão é importante porque amplia a capacidade de escoamento da energia produzida no Nordeste, onde as empresas geradoras de energia eólica e solar passam por cortes de geração, produzindo menos do que a sua previsão devido a uma determinação

do Operador Nacional do Sistema (ONS). Os cortes de geração fazem as usinas eólicas e solares do Nordeste perderem receitas.

As novas linhas de transmissão vão permitir a integração da geração solar e eólica do Nordeste ao Sistema Interligado Nacional (SIN), enviando a energia para regiões de maior demanda, como o Sudeste, nos momentos de excesso de produção. A implantação da infraestrutura também contribui para evitar sobrecargas no sistema. Uma sobrecarga no SIN pode provocar apagões.

A programação da Axia prevê, em 2026, a implantação de 304 quilômetros de novas linhas em Minas Gerais e Santa Catarina. Em 2027, a companhia implantará 845 quilômetros de linhas no Ceará e no Piauí. Já em 2028, estão programados 1.112 quilômetros distribuídos entre Bahia, Pernambuco, Alagoas, Piauí e Ceará. Ao final de 2028, a companhia será responsável por 2.261 quilômetros adicionais de Linhas de Transmissão em todo o país.

Tamanho das linhas de transmissão da Axia

Com a conclusão das obras citadas acima, a empresa passará a gerir 76.261 quilômetros de linhas de transmissão no Brasil. Para o vice-presidente de Engenharia e Expansão da Axia Energia, Robson Campos, a iniciativa conecta o Brasil ao futuro da energia renovável. “Cada linha de transmissão que inauguramos representa um avanço concreto na eficiência do setor, impulsionando oportunidades para nossos clientes e parceiros. Estamos comprometidos em superar expectativas, tornando a infraestrutura elétrica mais inteligente, sustentável, inovadora e preparada para os desafios do setor”, afirmou.

A Axia Energia é a maior empresa de energia 100% renovável do Hemisfério Sul, responsável por 17% da capacidade de geração do País e 37% do total de linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN). A companhia possui 81 usinas, sendo 47 hídricas, 33 eólicas e uma solar.

*Com informações da Axia Energia

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 06/02/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AVISO DE PAUTA: ANTAQ DIVULGA DESEMPENHO AQUAVIÁRIO NACIONAL DE 2025 NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA (10)

Apresentação será realizada na sede da Agência, em Brasília (DF), com transmissão pelo canal da ANTAQ no YouTube



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgará, na próxima terça-feira (10), às 9h30, os dados da movimentação portuária de 2025, consolidados no Painel Estatístico Aquaviário da Agência.

Será apresentado um panorama consolidado da movimentação de cargas nos portos brasileiros, com dados sobre o transporte por tipo de navegação, o volume total de mercadorias movimentadas e outros indicadores do setor.

O evento contará com a presença do diretor-geral da ANTAQ, Frederico Dias, e dos diretores Flávia Takafashi, Wilson Lima Filho, Alber Vasconcelos e Caio Farias, além de representantes do Ministério de Portos e Aeroportos e de entidades do setor portuário.



A apresentação poderá ser acompanhada de forma presencial, no edifício-sede da ANTAQ, em Brasília (DF), e virtualmente, pelo canal da Agência no YouTube. Dúvidas da imprensa podem ser encaminhadas para o e-mail: imprensa@antag.gov.br.

Após a apresentação do Desempenho Aquaviário, será realizada a cerimônia de despedida da diretora Flávia Takafashi, cujo mandato se encerra em 18 de fevereiro.

Serviço

O quê: Divulgação do Desempenho Aquaviário 2025

Quando: terça-feira (10), a partir das 9h30

Horário: 9h30

Local: Hall do edifício sede da ANTAQ, na SEPN Quadra 514 Conjunto E, Asa Norte, Brasília (DF).

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 06/02/2026



Presidência da República

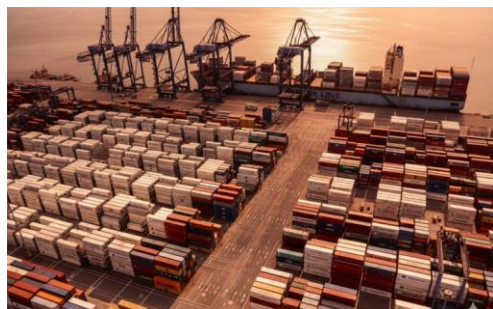


Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA RESPONDE AO AUMENTO DA PRODUÇÃO E BRASIL LIDERA MERCADO GLOBAL DE CARNE BOVINA EM 2025

Portos do Sul e do Sudeste ampliaram movimentação em até 46,5% para escoar 3,45 milhões de toneladas de carne



Em 2025 o Brasil se tornou o maior produtor e exportador mundial de carne bovina - Foto: Divulgação/MPor

O Brasil consolidou-se em 2025 como o maior produtor e exportador mundial de carne bovina, superando os Estados Unidos, e a infraestrutura portuária nacional foi decisiva para garantir esse resultado. O setor logístico respondeu com agilidade ao aumento de demanda, viabilizando o embarque de 3,45 milhões de toneladas da proteína, um salto de 20,9% em relação ao ano anterior. Os dados são do Ministério do

Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), compilados pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

O desempenho gerou uma receita histórica de 18 bilhões de dólares para o país (cerca de 95 bilhões de reais), um crescimento de 39,31% frente aos 12,8 bilhões de dólares de 2024. Esse recorde reflete a integração entre a eficiência no campo e a modernização dos portos.

Enquanto estados como Mato Grosso (978,4 mil/t), Goiás (508,1 mil/t), Mato Grosso do Sul (450,1 mil/t) e Minas Gerais (324,6 mil/t) impulsionaram a produção de carne bovina, os terminais portuários absorveram esse fluxo, garantindo que o produto chegasse a mais de 170 países, incluindo mercados exigentes como China e União Europeia.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os números provam que a infraestrutura brasileira se tornou um diferencial competitivo. "O agronegócio brasileiro, puxado por estados como Mato Grosso e São Paulo, mostrou sua força ao bater recordes de produção. O nosso papel foi garantir que essa mercadoria não parasse no meio do caminho. O crescimento de Paranaguá e o desempenho sólido de Santos mostram que nossos portos estão preparados para absorver o crescimento econômico do país e entregar resultados", avaliou.



"Nossos portos estão preparados para absorver o crescimento econômico do país e entregar resultados"

Silvio Costa Filho

Principais portos

O Porto de Santos (SP) manteve a liderança absoluta em volume, sendo a principal porta de saída do agronegócio brasileiro. O complexo movimentou 1,7 milhão de toneladas de carne bovina no ano, um crescimento de 13,3% sobre 2024.

Já o Porto de Paranaguá (PR) se consolidou como o maior corredor de exportação de proteína animal congelada do país (incluindo carnes bovina, suína e de frango), tendo registrado um crescimento expressivo de 46,5% na movimentação de carne bovina em 2025, totalizando 1,2 milhão de toneladas no período.

Outro destaque foi o Porto de São Francisco do Sul (SC), que se firmou como a terceira via estratégica para o setor, com alta de 20% nos embarques, somando 180 mil toneladas.

A eficiência logística também foi fundamental para blindar a competitividade do produto brasileiro diante de desafios externos, como o aumento de tarifas por parte dos Estados Unidos. A agilidade no embarque e a redução de custos portuários ajudaram a compensar barreiras comerciais, permitindo que o setor ampliasse sua receita e abrisse novos mercados no mundo árabe e na Ásia.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 06/02/2026

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE EVENTO DO BNDES SOBRE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Evento vai debater sobre ampliação e captação de recursos para a infraestrutura do país

Nesta segunda-feira (9), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa, no Rio de Janeiro, da abertura do evento "Superciclo de Investimentos em Infraestrutura – Avanços e Desafios", promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nos painéis, autoridades públicas e da iniciativa privada discutirão os desafios sobre a captação de recursos para impulsionar o ciclo da infraestrutura, ampliação dos investimentos na área e desenvolvimento sustentável.

Também participam do evento o Presidente do BNDES, Aloisio Mercadante, os ministros Renan Filho (transportes), e Jader Filho (cidades).

Credenciamento

Os profissionais de imprensa interessados na cobertura do evento devem preencher formulário para credenciamento, disponível em <https://forms.office.com/r/sMjg9P8cxK>, até às 16h desta sexta-feira (6). Não está prevista transmissão.

Serviço

O que: Superciclo de Investimentos em Infraestrutura – Avanços e Desafios

Quando: Segunda-feira, 9 de fevereiro

Horário: 09h – 13h

Local: BNDES - Av. República do Chile, 100, Centro, Rio de Janeiro – RJ

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 06/02/2026

GOVERNO FEDERAL CONCLUI ROADSHOW DO LEILÃO DO AEROPORTO DO GALEÃO COM SEIS EMPRESAS INTERESSADAS

Leilão está previsto para ocorrer no dia 30 de março, na sede da B3, em São Paulo



Roadshow do leilão do Aeroporto do Galeão

O roadshow do Leilão de Venda Assistida da concessão do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro foi concluído nesta quinta-feira (5). Ao todo, seis empresas participaram das reuniões, que integram a estratégia de preparação para o leilão, previsto para o dia 30 de março, na sede da B3, em São Paulo.

A iniciativa foi conduzida pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em parceria com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (Seppi), da Casa Civil da Presidência da República, e com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Durante os encontros, foram apresentados os principais aspectos do projeto de concessão, incluindo o modelo do leilão, as diretrizes contratuais e as perspectivas operacionais e econômicas do aeroporto.

Para o secretário Nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, as reuniões cumpriram um papel fundamental para dar previsibilidade e segurança ao mercado. “O roadshow foi uma oportunidade importante para apresentar, de forma transparente, os avanços do projeto e ouvir o mercado. Tivemos um diálogo qualificado, que reforça a confiança dos investidores e contribui para o sucesso do leilão do Galeão”, destacou.

Ainda de acordo com o secretário, o número de empresas participantes no roadshow não deve ser considerado como cenário real dos potenciais investidores. “Hoje, temos uma gama de empresas com expertise e conhecimentos sobre o processo regulatório e que podem dispensar essa etapa”, explicou. Cabe ressaltar, que todos os documentos técnicos, procedimentos, contratos e demais arquivos sobre o aeroporto estão disponíveis publicamente. Os interessados tiveram ainda, oportunidade solicitar esclarecimentos específicos, por manifestação escrita.

O próximo passo do processo de licitação do Galeão será a realização de uma sessão pública de esclarecimentos no dia 26 de fevereiro, às 10h, no auditório da B3, com transmissão online pelo canal da B3. Os interessados em participar presencialmente da sessão devem encaminhar nome completo e documento de identificação até 20 de fevereiro de 2026 para o e-mail leiloes@b3.com.br.

Acordo

O leilão de venda assistida do Aeroporto do Galeão é resultado de uma solução consensual homologada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso). O acordo aprovado promoveu o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão, incorporou cláusulas alinhadas aos contratos mais recentes do setor e viabilizou a retomada dos investimentos previstos para o aeroporto.

A disputa será aberta ao mercado. No entanto, conforme estabelecido no acordo, os acionistas privados das concessionárias Changi, de Cingapura, e Vinci, da França, que detêm 51% da RIOgaleão, deverão apresentar ao menos uma proposta no valor mínimo para participar do certame.

O valor mínimo para o terminal será de R\$ 932 milhões e deverá ser pago à vista. A vencedora assumirá o compromisso de pagar à União uma contribuição variável anual correspondente a 20% do faturamento bruto da concessão até 2039. Além disso, a vencedora será a única controladora do terminal, já que o acordo com o TCU prevê o fim da participação acionaria da Infraero.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 05/02/2026

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIA NOVOS VOOS ENTRE BRASIL E CABO VERDE

Nova rota começa a operar em maio com dois voos semanais saindo do Recife para as ilhas do país africano



A operação será realizada pela Cabo Verde Airlines e representa um estímulo à economia da região Nordeste - Foto: Jonilton Lima/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou, nesta quarta-feira (4), a retomada da rota aérea entre o Brasil e Cabo Verde, arquipélago situado na costa ocidental do continente africano. Os voos começam a operar no dia 6 de maio e a comercialização de passagens deve ter início em março, com duas frequências semanais ligando o Recife ao conjunto de ilhas.

A operação será realizada pela Cabo Verde Airlines e representa um estímulo à economia da região Nordeste e do país africano, ao fortalecer o comércio, o turismo e facilitar a mobilidade de passageiros. Atualmente não existem voos diretos do Brasil para as ilhas cabo-verdianas, a maioria dos voos faz conexão em Lisboa.

Detalhes da iniciativa foram apresentados pelo ministro ao embaixador de Cabo Verde no Brasil, José Pedro D'Oliveira.

Para Silvio Costa Filho, a ligação entre os dois países vai além do idioma e precisa ser reforçada. "Após um amplo trabalho conjunto, realizado a pedido do presidente Lula, conseguimos viabilizar o voo direto entre Recife e Cabo Verde. A operação será fundamental para o desenvolvimento de Pernambuco e de toda a região, fortalecendo o turismo de lazer e de negócios, além de estreitar ainda mais as relações com o mercado africano."

O embaixador destacou o papel estratégico de Cabo Verde para ligação do Brasil com a África. "Nossas ilhas estão a apenas uma hora de voo da costa africana e a três horas e meia do Recife, o que reforça essa conexão do Brasil com o Atlântico Médio e com o continente africano", pontuou D'Oliveira.

O secretário executivo de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou que a nova rota amplia o contato do Brasil com o mercado da África Ocidental, formado por pelo menos 15 nações. "Cabo Verde tem potencial para ser uma plataforma do Brasil no continente africano, facilitando a circulação de passageiros e mercadorias. A nossa aviação vive um momento especial, batendo recordes de movimentação internacional, e queremos ir além, abrindo rotas que são estratégicas para o desenvolvimento econômico brasileiro", afirmou.

Cabo Verde é um país formado por um conjunto de dez ilhas principais, sendo nove delas habitadas. Possui uma população de aproximadamente 600 mil habitantes e tem forte vocação para o turismo. Foi colônia de Portugal até 1975 e tem a língua portuguesa como idioma oficial. Ao lado do Brasil, faz parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa junto com outros oito estados-membros.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 05/02/2026

OBRAS NO ENTORNO DO PORTO DE SANTOS AVANÇAM COM MELHORIAS PARA A POPULAÇÃO LOCAL

Conjunto de intervenções fortalece a logística, melhora a mobilidade urbana e integra o porto à cidade, com investimentos do Novo PAC e parcerias com a iniciativa privada



No complexo portuário como um todo, os investimentos previstos para o período de 2024 a 2028 somam R\$ 12,6 bilhões - Foto: Porto de Santos/divulgação

As obras de infraestrutura no entorno do Porto de Santos avançam para o fortalecimento da logística e da integração entre o terminal e a cidade. No complexo portuário como um todo, os investimentos previstos para o período de 2024 a 2028 somam R\$ 12,6 bilhões, distribuídos em 12 projetos estratégicos que abrangem a ampliação da capacidade operacional, a reorganização do tráfego de caminhões, a melhoria dos acessos terrestres e iniciativas de requalificação urbana. Na região da Alemoa, próximo ao porto, os investimentos federais totalizam R\$ 27,4 milhões, destinados a obras de drenagem, requalificação viária e melhoria dos acessos portuários, com impacto direto na mobilidade e na operação logística.

Entre as principais intervenções em andamento estão as Perimetrais das Margens Direita e Esquerda, os viadutos da Alemoa, a modernização dos acessos viários e a implantação do Parque Valongo. O conjunto de obras gera impactos diretos tanto na eficiência da operação portuária quanto na qualidade de vida da população, ao contemplar infraestrutura logística, mobilidade urbana, reorganização do tráfego e projetos de integração urbana.

Perimetrais

Os investimentos já começam a produzir resultados concretos na mobilidade urbana e na operação do porto. A Autoridade Portuária de Santos (APS) iniciou as obras de construção de um novo canal de drenagem entre o final do viaduto Paulo Bonavides e a Avenida Engenheiro Augusto, na região da Alemoa. A intervenção busca solucionar um problema histórico de alagamentos e melhorar as condições de circulação de veículos na área.

O pacote de melhorias inclui ainda a construção de dois novos viadutos, que é fruto de uma parceria entre os governos federal e estadual, com participação da EcoRodovias. As intervenções devem contribuir para maior fluidez do tráfego e aumento da segurança viária no entorno portuário.

Uma das principais frentes de obra é a implantação da Perimetral da Margem Esquerda, via paralela ao Porto de Santos e integrada aos acessos ao futuro túnel Santos–Guarujá. A intervenção está diretamente associada à expansão das atividades portuárias e ao fortalecimento econômico do distrito de Vicente de Carvalho. A melhoria reorganiza o tráfego de veículos de carga, reduz a circulação de caminhões em áreas urbanas e melhora o acesso aos terminais ampliando a fluidez logística, com benefícios diretos tanto para a operação portuária quanto para a qualidade de vida da população.

Drenagem na Alemoa

Na região da Alemoa, bairro que fica na Zona noroeste de Santos e que enfrenta recorrentes alagamentos durante os períodos de chuva, gerando transtornos à população e impactos na operação portuária, a vala de drenagem existente no final do viaduto, com dimensões de 1,5 metro por 1,5 metro, é insuficiente para o escoamento das águas pluviais. A estrutura será substituída por um canal com maior capacidade de vazão, ampliando significativamente o escoamento e oferecendo uma solução definitiva para um problema histórico da região.

Além das obras de drenagem, as intervenções executadas pela APS incluem a substituição do calçamento por pavimento asfáltico, o que permitirá melhor definição das faixas de rolamento e maior fluidez do tráfego. A rotatória existente será substituída por dois retornos com entrada livre, facilitando a circulação de veículos e aumentando a segurança viária.

Porto integrado à cidade

Para além das melhorias logísticas, a transformação do entorno do Porto de Santos envolve ações de requalificação urbana e valorização dos espaços públicos. O Parque Valongo simboliza essa nova fase ao promover a recuperação de áreas históricas, criar novos espaços de convivência e aproximar a população da área portuária, fortalecendo a relação entre o porto e a cidade.

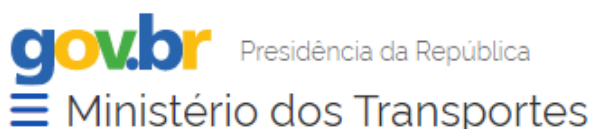
A maior parte dos recursos investidos é pública, com complementação de aportes privados em regime de parceria. As obras priorizam a ampliação da capacidade operacional, a qualificação dos acessos terrestres e a requalificação urbana, contribuindo para o desenvolvimento econômico e urbano da região.

Com a consolidação desse conjunto de obras e investimentos, o Porto de Santos avança para um modelo de desenvolvimento mais integrado e sustentável. A redução de gargalos viários, a melhoria da mobilidade urbana, o aumento da segurança e a qualificação dos espaços públicos fortalecem o desenvolvimento regional e a competitividade da logística brasileira.

Com informações da Autoridade Portuária de Santos (APS)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 05/02/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

BRASIL E RÚSSIA AVANÇAM NO DIÁLOGO SOBRE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA

Reunião no Ministério dos Transportes tratou de rodovias, ferrovias e concessões



Reunião entre Brasil e Rússia trouxe iniciativas em desenvolvimento na área de infraestrutura de transportes nos dois países. - Foto: Michel Corvello/MT

O secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, recebeu, nesta quinta-feira (5), representantes do Governo da Rússia que estão no Brasil para a 8ª Reunião da Comissão Brasil-Rússia de Alto Nível de Cooperação (CAN). Durante o encontro, foram destacados projetos e iniciativas em desenvolvimento no país, enquanto a delegação russa compartilhou modelos e soluções adotados na Rússia na área de transportes.

“A relação comercial entre ambos os países é sólida. O Brasil exporta produtos agrícolas e importa fertilizantes da Rússia, o que torna essa parceria estratégica para a segurança alimentar. Nesse contexto, as ferrovias, por exemplo, se destacam como meios de transporte eficientes para viabilizar esse fluxo comercial”, afirmou Leonardo Ribeiro, secretário Nacional de Transporte Ferroviário.

Andrey Nikitin, ministro de Transportes da Rússia, apresentou uma carteira de soluções tecnológicas voltadas à infraestrutura logística, incluindo avanços na aplicação de biometria no transporte público, que permitem a identificação de passageiros por reconhecimento facial.

“Para nós, o mais importante é a experiência do passageiro e motorista, desde o momento em que sai de casa até a chegada ao destino. Buscamos aprimorar a qualidade do tráfego e a segurança, e acreditamos que há espaço para ampliar a cooperação entre os dois países”, declarou o ministro russo Nikitin.

Na ocasião, ficou acordada a elaboração de um memorando de entendimento que orientará, em etapa posterior, novas reuniões bilaterais com o setor empresarial, visando à promoção de cooperação técnica e parcerias entre os dois países a curto prazo.

Cooperação internacional



A 8ª Reunião da Comissão Brasil-Rússia de Alto Nível de Cooperação (CAN), principal instância de diálogo intergovernamental entre os dois países, ocorreu no Palácio Itamaraty, em Brasília, com foco no fortalecimento e na ampliação da parceria e das relações comerciais.

Além disso, foi assinada uma Declaração Conjunta que estabelece diretrizes para aprofundar a cooperação bilateral em áreas estratégicas como infraestrutura, agricultura, energia, ciência, tecnologia e inovação, educação, cultura e desenvolvimento sustentável, entre outros setores, além de orientar os trabalhos futuros entre Brasil e Rússia.

No documento, as partes tratam de acordos para ampliar o diálogo financeiro e aduaneiro, intensificar os laços empresariais e reafirmar o compromisso conjunto com a paz, a segurança internacional e o multilateralismo, incluindo a cooperação no âmbito do BRICS.

A delegação russa conta com oito ministros — entre eles o dos Transportes — três vice-ministros e dirigentes de agências governamentais. Em 2025, o comércio entre Brasil e Rússia somou US\$ 10,9 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 1,5 bilhão e importações de US\$ 9,4 bilhões.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 05/02/2026

MINISTRO RENAN FILHO PARTICIPA DE EVENTO QUE MARCA A CONSTRUÇÃO DE IMPORTANTE TRECHO FERROVIÁRIO EM MATO GROSSO DO SUL

Segmento, com 47 quilômetros de extensão, vai ligar fábrica de celulose à Malha Norte e ao Porto de Santos (SP)

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa, nesta sexta-feira (6), do evento que marca o início da construção de um trecho ferroviário importante para a economia da região Leste de Mato Grosso do Sul.

A linha, que será instalada na cidade de Inocência, será no modelo short line - ferrovia de curta extensão voltada à logística. O trecho terá 47 quilômetros, com previsão de conclusão das obras no segundo semestre de 2027.

O ramal vai atender à futura fábrica da Arauco, que terá capacidade de produção de 3,5 milhões de toneladas anuais de celulose. Por meio do novo trecho ferroviário, toda a produção será escoada até o pátio da Rumo Malha Norte (RMN). De lá, os trens seguirão para o Porto de Santos (SP), com destino aos mercados internacionais, principalmente Estados Unidos, Europa e Ásia.

O secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, e outras autoridades locais também participam da cerimônia.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Construção de trecho ferroviário - Projeto Sucuriú (EF-A35)

Data: Sexta-feira, 6 de fevereiro

Horário: às 9h

Local: Portaria Oeste, Rodovia MS-377, km 93 – Inocência (MS)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 05/02/2026

EDITORIAL – O FREE FLOW NO SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES

Por Beatriz de Castela - DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Ecovias Imigrantes, concessionária responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), que liga a Grande São Paulo ao Porto de Santos (SP), deu início a uma das maiores atualizações tecnológicas da malha rodoviária paulista, com a substituição das praças de pedágio convencionais por pórticos de Free Flow. A medida, que visa eliminar as barreiras físicas e as cancelas na cobrança do pedágio – que passa a ser feita de forma automática, quando o veículo passar pelos pórticos – promete transformar a experiência de quem viaja por essas estradas, otimizando o fluxo em um dos corredores logísticos mais vitais do País.

As instalações dos novos equipamentos começam amanhã, dia 7, no Km 33 da Via Anchieta (SP-150), em substituição à praça que operava no Km 31. Até o final deste mês, será a vez da Rodovia dos Imigrantes (SP-160) receber o pórtico no Km 29, desativando a estrutura localizada no Km 32. Embora as torres sejam montadas agora, o Governo do Estado confirmou que o novo sistema de cobrança automática passará a valer efetivamente apenas em julho.

A principal mudança financeira para o usuário será a descentralização do pagamento. Atualmente, o pedágio de R\$ 38,70 é quitado integralmente em uma única praça. Com o Free Flow, esse valor será dividido exatamente ao meio, com a cobrança de R\$ 19,35 na descida e de R\$ 19,35 na subida.:

O sistema traz o conceito de cobrança por utilização efetiva, garantindo que o motorista pague apenas pelo sentido em que circular. Conforme as regras vigentes, os motociclistas permanecem isentos da tarifa, e a leitura dos demais veículos ocorrerá por meio de etiquetas eletrônicas (tags) ou pela identificação da placa.

O Sistema Anchieta-Imigrantes atua como a única conexão rodoviária direta para o Porto de Santos, o mais importante do Brasil, e a implementação dessa tecnologia é vista como uma peça fundamental para o aumento da competitividade nacional.

A modernização reforça a posição do SAI como um corredor de importância nacional, preparando a infraestrutura para os novos patamares de demanda previstos para o fim da década, especialmente com a implantação do Tecon Santos 10, mega terminal a ser instalado no cais santista. Um porto de classe mundial exige acessos rodoviários de classe mundial, e o fim dos pedágios físicos é o passo tecnológico necessário para essa integração.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

Opinião – Artigos – Articulista - Ser o melhor técnico do time está te atrapalhando como líder



RAUL LAMACA

CEO do Hub Livre

opinioao@portalbenews.com.br

O erro mais comum de todo chefe de primeira viagem é tentar liderar fazendo. Tu resolves pelo time. Tu refazes o trabalho. Tu evitas delegar o que dá dor de cabeça. No curto prazo, parece eficiência. Afinal, foi assim que construiste tua reputação. No médio prazo, isso vira gargalo.

Se você sente que trabalha mais do que nunca e, ainda assim, a equipe não avança, esse texto vai te confrontar.



Este é o segundo artigo da série “Virei chefe. E agora?”. Uma série criada para profissionais que estão vivendo a primeira posição de liderança, normalmente à frente de equipes pequenas, e que descobriram — na prática — que ser promovido não significa estar preparado.

Se tu virou chefe porque era o mais competente do time, esse texto é pra ti. E não, eu não vou te elogiar por isso.

Este artigo é um alerta. O que te trouxe até aqui pode ser exatamente o que está te travando agora.

O sucesso que te promoveu (e agora te prende)

Lembra de quando tu entraste na empresa? O escopo parecia impossível. Os prazos eram apertados. A responsabilidade era grande. Mas, com o tempo, tu desenvolveste capacidade, habilidade e maturidade. Passou a controlar teus prazos. A entregar bem. A resolver.

Foi assim que tu aumentaste tua performance. E foi exatamente por isso que tu foste promovido.

Isso não é um problema. Isso é mérito.

O problema começa quando tu continuas tentando ser essa mesma pessoa, agora no papel de chefe. O jogo mudou. E mudou completamente.

Antes, tu jogavas um esporte individual — corrida, tênis, algo onde só o teu desempenho importava. Agora, tu jogas um esporte coletivo. E pior: tu és o técnico.

O erro é continuar jogando como atleta individual dentro de um jogo coletivo.

O erro central do chefe iniciante

O erro mais comum de todo chefe de primeira viagem é tentar liderar fazendo. Tu resolves pelo time. Tu refazes o trabalho. Tu evitas delegar o que dá dor de cabeça.

No curto prazo, parece eficiência. Afinal, foi assim que tu construiste tua reputação. No médio prazo, isso vira gargalo.

Tu já não és mais um técnico. Tu és o líder de uma equipe. E não existe cenário em que uma pessoa dê conta, com as próprias mãos, do trabalho de um time inteiro.

O resultado é previsível: tu fica sobrecarregado, a equipe não se desenvolve, o time não cresce. E surge aquele incômodo estranho, silencioso e persistente: “Eu trabalho cada vez mais... e entrego cada vez menos.”

Já sentiu isso?

A ruptura que dói (mas é necessária)

Aqui vai a virada de chave que quase ninguém faz de forma consciente: Liderança não é uma extensão das tuas capacidades técnicas. Liderança é uma ruptura com elas.

Tu precisas deixar de ser o melhor executor para ser quem define o critério da execução. Tu deixas de ser o resolvidor para ser quem toma decisão. E não — isso não é fácil. Isso dói. É uma pequena morte.

Tu precisas abandonar uma identidade que te trouxe sucesso. E não tem como isso não gerar luto. Tu continuas precisando ser forte. Mas agora, forte de outro jeito.

Essa transição não é técnica. Ela é interna. Não é só cognitiva ou racional. Ela é emocional — e, muitas vezes, até espiritual.



Se tu queres liderar uma equipe de alto desempenho, precisa aceitar algumas verdades duras: nem tudo vai sair do teu jeito, nem todo erro precisa ser corrigido por ti, nem toda entrega vai ter tua assinatura.

E aqui vai uma frase que incomoda, mas liberta: Se a única forma que tu tem de provar teu valor é fazendo, liderar vai te frustrar.

E se tu não conseguir superar isso, vale uma reflexão honesta: tu quer mesmo seguir no caminho da liderança?

Porque liderança não valida ego. Liderança exige estrutura interna.

Conclusão: liderança não é sobre brilhar — é sobre sustentar

Talvez tu pense: “Mas minha equipe é pequena.” “Meu subordinado ainda é imaturo.” “Eu não posso simplesmente parar de executar.” E isso pode até ser verdade, dependendo do contexto.

Existem variáveis que influenciam o quanto um líder executa ou coordena. E eu detalho isso no artigo Os Cinco Níveis de Liderança, onde explico, a partir da minha própria trajetória, como essas transições acontecem ao longo da carreira.

Se esse texto te deixou desconfortável, salva. Desconforto é o preço da transição.

Esse foi o segundo artigo da série Virei chefe. E agora? No próximo, eu vou entrar num tema polêmico, mas inevitável: por que o “chefinho legal” é um dos piores tipos de líder.

Fica atento. Porque crescer como líder exige mais do que boa intenção. Exige coragem para deixar versões antigas de si mesmo para trás.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

INVESTIMENTO EM FISCALIZAÇÃO

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou nessa quinta-feira, dia 5, a destinação de cerca de R\$ 45 milhões para fortalecer as ações de fiscalização, prevenção e repressão a ilícitos minerários no Brasil, utilizando recursos provenientes do Acordo Judicial de Reparação Integral e Definitiva pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. A estratégia busca integrar o fortalecimento institucional e tecnológico da Agência Nacional de Mineração (ANM) com a ampliação do braço operacional da Polícia Federal em Minas Gerais, garantindo maior efetividade no enfrentamento à mineração ilegal e na mitigação de riscos associados ao setor.

PROGRAMAÇÃO

Do total a ser repassado pelo ministro, aproximadamente R\$ 25 milhões serão investidos na ANM para a modernização de ferramentas digitais, com destaque para o desenvolvimento da Plataforma de Prevenção e Mitigação de Riscos na Mineração, além da implantação de painéis públicos de

informação e ações de educação comunitária. Complementarmente, cerca de R\$ 20 milhões serão direcionados ao reforço da Polícia Federal na Bacia do Rio Doce, abrangendo delegacias em Governador Valadares, Ipatinga e Juiz de Fora para beneficiar cerca de 3,1 milhões de habitantes.

OS PLANOS DA PF

O investimento na PF com esses recursos contemplará a aquisição de viaturas blindadas, drones de alta tecnologia, inteligência geoespacial e modernização da rede de comunicação, com a expectativa de elevar em 30% a capacidade operacional para o combate a crimes ambientais e organizações criminosas na região.

OS OBJETIVOS

Segundo o ministro Alexandre Silveira, essa articulação entre regulação permanente e força investigativa assegura que as fiscalizações integradas sejam mais robustas, promovendo transparência e protagonismo social nos territórios vulneráveis.

O NOVO SECRETÁRIO-EXECUTIVO

A escolha de Gustavo Cerqueira Ataíde para a secretaria-executiva do Ministério de Minas e Energia (MME) consolida a estratégia do presidente Lula de “soluções caseiras” para a reforma ministerial de abril de 2026. Ataíde, que é servidor de carreira e atual secretário de Transição Energética, assume o posto vago após a saída de Arthur Cerqueira (que migrou para o setor privado), posicionando-se como o sucessor natural do ministro Alexandre Silveira. A saída do titular da pasta é dada como certa nos bastidores, uma vez que ele pretende retomar sua base política em Minas Gerais para disputar o Senado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

POLÍTICA - HADDAD E ALCKMIN TÊM UM PAPEL A CUMPRIR EM SP, DIZ LULA

Presidente apontou os dois nomes como possíveis candidatos a governador de São Paulo. E incluiu Simone Tebet na equação

Do Estadão Conteúdo



Foi a primeira cobrança pública feita pelo presidente aos dois aliados quanto à participação deles nas eleições em São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, nesta quinta-feira, 5, que tanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quanto o vice-presidente, Geraldo Alckmin, sabem que eles “têm um papel a cumprir em São Paulo”. Foi a primeira cobrança pública feita pelo presidente aos dois aliados quanto à participação deles nas eleições estaduais paulistas.

“Nós temos muito voto em São Paulo e temos condições de ganhar as eleições em São Paulo. Ainda não conversei com Haddad e com Alckmin, mas eles sabem que têm um papel a cumprir em São Paulo. A Simone (Tebet) tem um papel a cumprir e também não conversei com ela”, disse o presidente.

Lula citou explicitamente os nomes de Haddad e Alckmin como possíveis candidatos a governador de São Paulo, incluindo o nome da ministra do Planejamento, Simone Tebet, também na equação.

“Eu acho que podemos ganhar as eleições em São Paulo se a gente escolher um candidato a governador, o Alckmin ou o Haddad, a Simone Tebet, nós vamos ganhar as eleições em São Paulo”, declarou. “Vamos ter uma grande participação eleitoral. Temos mais dificuldades em alguns Estados, menos em outros. Vamos ter de fazer o jogo político que temos de fazer.”

As declarações ocorreram em entrevista ao UOL News. Lula reconheceu a dificuldade de ter a maioria dos votos a presidente no Estado de São Paulo. Disse que só conseguiu isso uma vez, em 2002, contra o então candidato do PSDB, José Serra.

“Eu só ganhei uma eleição em São Paulo, que foi em 2002, contra o Serra. Tive 51% dos votos. Nas outras todas eu perdi. Perdi para o Fernando Henrique Cardoso, para o Alckmin. E perdi por 3% 4%, 5%”, disse.

Pacheco

O presidente da República também deu um recado sobre a composição do seu palanque em Minas Gerais. Falando diretamente à Câmara, deu um recado direto ao ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

“Em Minas Gerais, posso dizer que vamos ganhar as eleições em Minas Gerais outra vez. Vamos ganhar comigo na Presidência. Acho que temos algumas alternativas importantes. Quero dizer em alto e bom som: eu ainda não desisti de você, Pacheco, vamos ter uma conversa e acho que você pode ser o futuro governador de Minas Gerais”, disse, em tom bem humorado.

O presidente disse que o objetivo de sua campanha será atrair “as pessoas que ainda têm flexibilidade ideológica” para o seu lado. O petista reconheceu o ambiente altamente polarizado que a sociedade brasileira vive. Descreveu o momento da seguinte forma: “Quem não gosta de mim não gosta de mim, e quem não gosta deles não gosta deles”.

“O que nós precisamos é achar, nesses 215 milhões de habitantes, as pessoas que ainda têm flexibilidade ideológica, que não acreditam em mentiras e que resolvam votar do lado certo”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

POLÍTICA - KASSAB LEVA 6 DEPUTADOS ESTADUAIS DO PSDB PARA O PSD

Presidente do partido fez o anúncio nas redes sociais. Além desses, há mais um do Cidadania que também vai migrar

Do Estadão Conteúdo



Na mesma postagem em que anunciou a troca de partido dos deputados, Kassab também elogiou o governador Tarcísio de Freitas

Seis deputados estaduais de São Paulo filiados ao PSDB-SP e um do Cidadania- -SP decidiram migrar para o PSD após um encontro com o presidente da sigla, Gilberto Kassab. A decisão foi comunicada pelo próprio Kassab em publicação nas redes sociais nesta quinta-feira, 5.

Entre os tucanos que deixarão o partido estão Rogério Nogueira, Carlão Pignatari, Barros Munhoz, Analice Fernandes, Maria Lúcia Amary e Mauro Bragato. O deputado do Cidadania é Dirceu Dalben.

“Nesta quinta-feira, o PSD recebeu uma ótima notícia de sete grandes quadros da política paulista. Os deputados estaduais anunciaram o compromisso de se filiarem ao PSD no próximo dia 4 de março, durante a janela partidária. Estaremos juntos, trabalhando por um PSD cada vez mais forte, com lideranças qualificadas e sucesso eleitoral em ou tubro”, escreveu Kassab em publicação no Instagram.

Na postagem, o presidente do PSD também elogiou a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). “Todos cada vez mais entusiasmados com a extraordinária gestão do nosso governador Tarcísio de Freitas e firmes no seu projeto de reeleição em 2026”, concluiu.



Com a incorporação dos novos quadros, a base do governador, que já é majoritária, tende a se consolidar ainda mais na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Atualmente, Tarcísio conta com o apoio de 52 deputados, de partidos como PL, União Brasil, Republicanos, PSD, MDB, Podemos e PP. A oposição reúne 29 parlamentares, distribuídos entre PT, PSB, PDT, PCdoB e Rede Sustentabilidade.

Kassab é secretário de Governo e Relações Institucionais na atual administração e já declarou que se sentiria “privilegiado” caso fosse escolhido como candidato a vice em uma eventual chapa com Tarcísio na disputa pelo governo paulista.

No entanto, Tarcísio afirmou nesta quarta-feira, 4, que a definição do vice na chapa à reeleição ficará para um momento posterior e deverá ser tomada em consenso com os partidos que integram sua base de alianças.

O presidente do PSD também já havia manifestado publicamente apoio e entusiasmo a uma possível candidatura de Tarcísio à Presidência da República, mas o governador reafirmou que não disputará o pleito após o ex-presidente Jair Bolsonaro indicar o filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), como seu sucessor político. Esse cenário chegou a ser visto como uma possível abertura para Kassab tentar o governo de São Paulo com o apoio do atual mandatário.

Paralelamente, Kassab tem articulado uma chapa presidencial própria para o PSD sem Tarcísio. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, filiou-se à legenda para viabilizar sua pré-candidatura à Presidência. No total, o partido conta com três pré-candidatos ao Planalto: Caiado, e os governadores Eduardo Leite (RS) e Ratinho Júnior (PR).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

POLÍTICA – PAULO SERRA, LÍDER DOS TUCANOS NO ESTADO, CLASSIFICA MOVIMENTO COMO “CANIBALISMO”

O presidente do PSDB paulista, Paulo Serra, criticou o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, nesta quinta-feira, 5, após o PSD anunciar a filiação de seis deputados estaduais tucanos ao partido. O movimento do secretário de Relações Institucionais do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) foi chamado de “desrespeitoso” e de “canibalismo”.

Anunciaram compromisso de filiação os parlamentares Analice Fernandes, Barros Munhoz, Carlão Pignatari, Maria Lúcia Amary, Mauro Bragato e Rogério Nogueira, todos do PSDB, além de Dirceu Dalben, do Cidadania. A troca de sigla dos deputados deve ocorrer no dia 4 de março.

“Lamento profundamente a forma desrespeitosa de cooptação de quadros”, afirmou o tucano. “Importante destacar que o PSD é da base do PT no governo federal e contribui com um modelo de governo que não funciona mais.”

Em nota divulgada à imprensa, Paulo Serra disse ter respeito por Kassab, mas também acredita que o movimento não contribui para a reeleição do atual chefe do Executivo paulista. “Este tipo de ‘canibalismo’ dentro da base do governador, ao meu ver, em nada ajuda na construção de um projeto nacional de centro”, continuou.

Procurada, a assessoria de Kassab não respondeu. Além da secretaria ocupada pelo dirigente partidário, o PSD também ocupa o cargo de vice-governador com Felício Ramuth, posto apontado nos bastidores como de interesse do próprio Kassab nas eleições de 2026. Ele já chegou a dizer que ser escolhido para o cargo seria um “privilégio”.

A mudança de legenda desses deputados em São Paulo ocorre em meio a uma ofensiva nacional do PSD para ampliar seus quadros. Neste início de ano, o partido passou a contar com seis governadores, incluindo Ronaldo Caiado (Goiás) e Marcos Rocha (Rondônia). A sigla também lidera

em número de prefeituras no País, com 891 administrações municipais, além de manter uma das maiores bancadas no Congresso, com 47 deputados federais e 14 senadores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

POLÍTICA - QUEBRA DO SIGILO DO MASTER SAI DA PAUTA DA CPMI DO INSS

O pedido era para quebrar todo o sigilo do banco, mas Comissão quer focar apenas nos empréstimos consignados de aposentados

Da Agência Brasil



O presidente da CPMI, Carlos Vianna, disse que não faria sentido pedir a quebra de 100% das operações do Master

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, senador Carlos Vianna (Podemos-MG), retirou de pauta, nesta quinta-feira (5), o requerimento que quebrava os sigilos bancário e fiscal do Banco Master, investigado por supostas fraudes no mercado financeiro.

No contexto das apurações contra o Banco Master, a CPMI do INSS vem transferindo o foco dos trabalhos para a instituição do banqueiro Daniel Vercaro, que está em prisão domiciliar e tem depoimento marcado na CPMI para o dia 26 de fevereiro.

Como o requerimento apresentado quebrava todo o sigilo do banco, o presidente da CPMI, Carlos Vianna, argumentou que o pedido foge do objeto da Comissão, que deve focar apenas nos empréstimos consignados de aposentados e pensionistas realizados pelo Master.

“Não há sentido em nós pedimos a quebra de 100% das operações, uma vez que esses dados não poderão ser utilizados futuramente dentro do relatório”, avaliou Vianna a jornalistas, acrescentando que pediu que o requerimento fosse refeito para ser analisado em outro momento.

Durante a sessão, o presidente da CPMI alegou ainda que o Judiciário não permite que a Comissão fuja do tema original que justificou sua criação:

“É a leitura que se faz da Advocacia do Senado e a leitura que se tem hoje por parte do Supremo Tribunal Federal (STF).”

Os parlamentares têm defendido a investigação de 251 mil contratos de empréstimos consignados de aposentados e pensionistas firmados com o Banco Master. Há indícios de irregularidades nesses contratos, segundo o próprio INSS.

Um dos autores do requerimento, o deputado Marcel Van Hatten (Novo- -RS), afirmou que o texto que pede a quebra de sigilo poderia ser ajustado antes da votação e defendeu que há uma tentativa de “blindar” a investigação contra o Banco.

Por outro lado, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) defendeu que o requerimento contra o Banco Master foi apresentado não para ser aprovado, uma vez que não tinha relação com os empréstimos consignados, tema da CPMI, mas sim para criar uma cortina de fumaça.

“Nós temos agora que avançar para chegar nos mandantes [do roubo dos aposentados do INSS]. E é exatamente isso que a oposição tenta impedir, criando cortina de fumaça, criando narrativas falaciosas”, comentou a jornalistas.

Acordo



O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-PE), destacou na sessão que o acordo de cooperação técnica do Master com o INSS para empréstimos consignados foi firmado no governo anterior, em 17 de setembro de 2020.

“Talvez isso explique por que o presidente do Banco Central que não interveio no Banco Master tenha sido o Roberto Campos Neto, e não Gabriel Galípolo. No maior escândalo financeiro da história do país, a intervenção ocorreu devido ao Banco Central e à presidência de Gabriel Galípolo”, disse.

Por outro lado, a oposição tenta atribuir o escândalo do INSS e do Banco Master ao atual governo, como fez a deputada federal Bia Kicis (PL-DF).

“Ladainha da esquerda que quer botar a culpa de tudo no Jair Bolsonaro, que foi lá que começou [os desvios]. O povo não está caindo nessa”, rebateu a deputada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

POLÍTICA - CPI DO CRIME ORGANIZADO: ESPOSA DE MORAES PODE SER CONVOCADA

Relator quer esclarecer a hipótese de “uso de serviços jurídicos como mecanismo de lavagem de dinheiro”

Da Agência Brasil

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) protocolou requerimentos para convocar a advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, e os irmãos do ministro da Corte Dias Toffoli a prestarem depoimento à CPI do Crime Organizado no Senado.

No pedido sobre Viviane, Vieira afirma que a convocação é necessária para esclarecer a hipótese de “uso de serviços jurídicos como mecanismo de lavagem de dinheiro e de blindagem patrimonial de recursos oriundos de organizações criminosas”.

Já os requerimentos de José Carlos Dias Toffoli e José Eugênio Dias Toffoli baseiam-se em “indícios que conectam transações imobiliárias e societárias a elementos sob investigação no âmbito da segurança pública e do sistema financeiro”.

Procurada por meio do escritório Barci de Moraes, Viviane não respondeu à reportagem. O Estadão também tenta contato com os irmãos de Toffoli. O espaço segue aberto.

Os requerimentos foram apresentados à CPI na última segunda-feira, 2, no início do ano legislativo. A próxima sessão do colegiado está prevista para 10 de fevereiro, quando os pedidos podem ser analisados pelos parlamentares.

No documento sobre a mulher de Moraes, o senador cita o contrato no valor de R\$ 129 milhões entre o Banco Master e a sociedade Barci de Moraes Sociedade de Advogados, revelado pelo jornal O Globo. De acordo com o senador, o montante apresenta “desconexão manifesta” com os valores praticados no mercado para o tipo de serviço prestado, o que levanta a suspeita de negócio jurídico simulado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

POLÍTICA - LULA ATACA MERCADO FINANCEIRO: “NÃO PENSA NO BRASIL, SÓ NO SEU LUCRO”

Presidente disse que seu papel não é pensar em resultados para o mercado, mas sim na melhoria da qualidade de vida do povo

Do Estadão Conteúdo



O presidente afirmou que diz todos os dias ao presidente do Banco Central que os juros estão altos, mas confia em seu trabalho

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), atacou, nesta quinta-feira, 5, o mercado financeiro e disse que “essa gente não pensa no Brasil, só pensa no seu lucro”.

“É a mesma coisa sempre. Começa janeiro e o sistema financeiro começa a dizer que vai ter um déficit fiscal. Eles querem garantir o que a gente tem de pagar a eles. Eles não pensam no social. Tudo o que a gente faz para cuidar da vida do povo mais humilde, eles acham que é gasto”, declarou.

“Quando aumenta R\$ 100 no salário mínimo aparece um monte de gente do mercado dizendo que vai estourar a economia, vai ter inflação. Essa gente não pensa no Brasil, só pensa no seu lucro. Eles têm que compreender que o papel do presidente não é pensar no lucro deles, é pensar na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro”, completou.

As declarações ocorreram em entrevista ao UOL News. A crítica se iniciou após o presidente ser questionado sobre a razão para os dados positivos da economia brasileira, como queda da inflação e do desemprego, aumento da massa salarial e da bolsa de valores, não se refletirem em sua popularidade.

Lula disse que a campanha ainda não está em andamento, mas que esses dados ainda farão a diferença até outubro.

“(Os números não refletem na popularidade) porque não tem campanha ainda, deixa começar a campanha. Você quer que vire voto faltando oito meses para a campanha? Você vai ver como vai virar voto”, disse o presidente da República.

Juros

O presidente afirmou que diz todos os dias ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, que os juros estão altos, mas que confia em seu trabalho e que “o Brasil haverá de agradecer” à sua atuação.

“Bendito seja Deus de me dar a possibilidade de ter um quadro da capacidade do Gabriel Galípolo no Banco Central”, declarou Lula. “Mesmo com juros de 15%, eu falo para ele todo dia que o juro está alto. Eu falo como eu dizia para o Meirelles. O Meirelles não tinha autonomia, mas o Meirelles me dizia: ‘presidente, olha eu vou falar uma coisa para o senhor, se eu baixar a guarda, vai acontecer isso, se eu não baixar, vai acontecer isso.’”

Na sequência, Lula afirmou que tem confiança no trabalho do presidente do Banco Central. “Como eu trabalho numa relação de confiança, eu acredito naquilo que o Galípolo está fazendo. Acredito, confio, agora eu não posso nem tirar ele, porque eu indiquei ele, mas o mandato tem autonomia”, comentou.

O petista acrescentou: “Mas ele é uma boa pessoa. Feliz o País que tem um menino, um jovem, da qualidade, com a expertise do Galípolo, no Banco Central. Eu tenho certeza que o Brasil haverá de agradecer.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

POLÍTICA - PRESIDENTE VOLTA A DEFENDER MANDATO PARA MINISTROS DO STF
Da Agência Brasi

O presidente Lula defendeu que haja mandato para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Entretanto, disse que essa decisão cabe ao Congresso Nacional e não deve ter relação com a tensão entre os Poderes com o julgamento da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023.

Lula lembrou que a questão do mandato para a Suprema Corte estava no programa de campanha do PT em 2018, quando Fernando Haddad concorreu à Presidência. “Eu acho que tudo precisa mudar e nada está livre de mudança”, disse Lula.

“Eu acho que não é justo uma pessoa entrar com 35 anos e ficar até 75 anos, ou seja, não é justo. É muito tempo, então eu acho que pode ter um mandato. Mas isso é um processo a ser discutido com o Congresso Nacional que não tem nada a ver com o que aconteceu no 8 de janeiro ou com o julgamento do 8 de janeiro”, acrescentou o presidente.

Para Lula, o referido julgamento foi “a maior lição de que as instituições têm respeitabilidade nesse país”. “Nem a pressão do presidente [dos Estados Unidos, Donald] Trump fez com que a Supremo Corte mudasse de posição. Isso é um valor incomensurável para um país democrático”, afirmou.

O presidente defendeu critérios para a escolha dos novos ministros, a partir da “solidez de conhecimento jurídico e de cumprimento da Constituição”.

A declaração vem em um momento em que membros da Corte são criticados publicamente pela condução das investigações envolvendo as fraudes no Banco Master.

Nesta semana, em discurso na abertura do Ano Judiciário de 2026, o presidente do STF, Edson Fachin, colocou como prioridade a preservação da integridade do tribunal e anunciou a criação de um Código de Ética para os magistrados, com a relatoria da ministra Cármen Lúcia.

O STF é composto por 11 ministros que são indicados pelo presidente da República e devem passar por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e ter o nome aprovado em votação no plenário da Casa.

Hoje, há uma vaga na cadeira então ocupada pelo ministro Luís Roberto Barroso, que anunciou a aposentadoria antecipada e deixou o tribunal em outubro do ano passado.

Para o lugar, o presidente Lula indicou o advogado-geral da União, Jorge Messias. O Senado aguarda o envio da mensagem presidencial que formaliza a indicação para marcar a sabatina.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS – DIVERGÊNCIA NO GOVERNO PODE ADIAR LEILÃO DO MEGATERMINAL DE SANTOS

Lula busca viabilizar participação de armadores no leilão, mas ministério sugere seguir com restrição, de acordo com o TCU

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br



O megaterminal ocupará área de 622 mil metros quadrados no bairro Saboó, em Santos. O projeto prevê movimentação de contêineres e carga solta, com quatro berços de atracação.

O leilão do Tecon Santos 10, terminal de contêineres no Porto de Santos (SP), pode enfrentar atrasos por divergências dentro do governo federal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Casa Civil e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) discutem qual formato adotar para o certame.



Na última segunda-feira (2), Lula reuniu o ministro do MPor, Silvio Costa Filho, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, para tratar do assunto. O presidente busca viabilizar a participação de armadores chineses no leilão, o que contraria a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Já Costa Filho defende seguir a ideia do TCU de realizar o certame em duas etapas, excluindo todos os armadores na primeira fase. Por outro lado, a Casa Civil pressiona por total liberdade na participação das empresas, sem restrições.

O prazo para o leilão segue sendo empurrado. Após perder a data do fim de 2024, o Ministério de Portos marcou para março deste ano, depois abril. Agora, a data pode ir para maio. Essa indefinição impede a publicação do edital.

Se houver um novo adiamento postergando para maio ou meses depois, o evento pode ocorrer sob o comando de outro ministro. Costa Filho deixará o cargo no dia 02 de abril para disputar o Senado por Pernambuco.

Impasse

A Antaq tinha proposto ao TCU o leilão em duas fases, vetando apenas armadores que já operam terminais em Santos: a francesa CMA CGM, a dinamarquesa Maersk e a suíça MSC. O ministro Bruno Dantas, relator vencedor no Tribunal, ampliou a restrição para todos os armadores na primeira etapa.

O parecer do TCU, porém, considerou que a proposta da Antaq permanece válida e pode ser aplicada. Como o ativo atrai forte interesse, a expectativa é que não haja segunda etapa.

A armadora chinesa Cosco, que planejava oferta conjunta com a China Merchant Ports, pediu revisão do acórdão ao TCU e apresentou reclamação ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). As duas companhias pertencem ao governo chinês. A União Europeia também questionou o governo brasileiro sobre as restrições, tentando favorecer armadores do continente.

Consequentemente, a discussão dividiu o governo. Enquanto a Antaq e Ministério de Portos apoiam as restrições, a Casa Civil defende liberdade total.

Projeto

O megaterminal ocupará área de 622 mil metros quadrados no bairro Saboó, em Santos. O projeto prevê movimentação de contêineres e carga solta, com quatro berços de atracação. O investimento nos 25 anos de concessão pode atingir R\$ 40 bilhões. O vencedor paga pela outorga e ganha o direito de construir e operar o terminal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - LEILÃO DO PÁTIO NORTE DO PORTO DE NATAL OCORRE NESTE MÊS

Arrendamento previsto para o dia 26 envolve investimento de R\$ 55,17 milhões e concessão de 15 anos para área voltada ao escoamento de minério de ferro

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor) confirmou a realização do leilão de arrendamento do Pátio Norte do Porto de Natal para este mês, no dia 26 de fevereiro. Ele deve receber investimento de R\$ 55,17 milhões e terá prazo de concessão de 15 anos. A área do ativo é de 21.000 m² e será usada principalmente para o escoamento de minério de ferro.

Além de Natal, os portos de Macapá (AP), Porto Alegre (RS) e Recife (PE) serão leiloados nesta data. Juntos, os quatro equipamentos deverão receber R\$ 229 milhões em investimentos. O governo prevê, ainda neste ano, mais 40 leilões de estruturas portuárias e aeroportuárias.

O diretor-presidente da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), Paulo Henrique Macedo, ressaltou a importância da concessão para garantir a sustentabilidade financeira da área pelos próximos 15 anos. A empresa indiana Fomento manifestou interesse no equipamento em 2023 e apresentou um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) à Codern.

O documento passa por análise do Ministério de Portos e Aeroportos, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e por consulta pública e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O edital também permite a participação de outras empresas no certame. Caso a vencedora não seja a Fomento, precisará ressarcir o investimento feito no estudo de viabilidade.

Minério de ferro

A operação de escoamento de minério de ferro no terminal tem previsão de início entre 2027 e 2028. A implementação exige instalação de equipamentos blindados que impedem vazamentos durante o processo de movimentação da carga, o que demanda ao menos 12 meses de obras de infraestrutura para atender exigências ambientais.

“Esse produto não é mais escoado como antes. É preciso que exista uma espécie de aspirador, para não falar o termo técnico, blindado e sem nenhum tipo de vazamento para puxar o minério de ferro”, afirma Paulo Henrique.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - PARANAGUÁ REGISTRA NOVO RECORDE NO PÁTIO PÚBLICO DE TRIAGEM

Unidade superou meio milhão de caminhões em 2025 e alcançou marca histórica de movimentação diária

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O local é responsável pela organização, classificação e direcionamento dos grãos sólidos vegetais que são enviados aos terminais e, posteriormente, embarcados em navios

O Pátio Público de Triagem do Porto de Paranaguá (PR) atingiu um novo recorde em 2025 ao receber 507.915 caminhões, o que representa 29,5% a mais do que em 2024 (392.214). O local, que conta com 330 mil m² e mil vagas de estacionamento, é responsável pela organização, classificação e direcionamento dos grãos sólidos vegetais que são enviados aos terminais e, posteriormente, embarcados em navios.

Outro recorde atingido pela unidade no último ano foi o de movimentação diária. Em 24 horas, entre os dias 21 e 22 de julho, 2.523 caminhões carregados de grãos e farelos passaram pelo pátio, 4% a mais do que o recorde anterior, registrado em julho de 2023, quando 2.456 veículos acessaram o local. O marco superou, com sucesso, a projeção de atendimento da unidade, que é de 2.500 caminhões.

Todo esse fluxo é meticulosamente controlado pelo sistema Carga Online, que informa às empresas o dia e a janela de horário em que o caminhão poderá acessar a triagem. Isso evita que os veículos trafeguem pelas rodovias de forma antecipada, fazendo paradas desnecessárias, que podem gerar filas ou lentidão no tráfego. O mesmo sistema controla a destinação dos caminhões aos terminais exportadores, evitando impactos no trânsito da região portuária.

“Os caminhões têm um horário programado para chegar a Paranaguá, evitando o acúmulo de veículos na região portuária”, declarou o assessor especialista da Diretoria de Operações Portuárias,



Alessandro Conforto. O pátio conta com estrutura de apoio aos motoristas, como banheiros com chuveiros e cantinas.

Em 2025, a commodity que mais movimentou o Pátio de Triagem foi a soja em grão. Mais de 61% dos caminhões (306.801) que acessaram a unidade estavam carregados com o produto. O farelo de soja ficou em segundo lugar, com 24,5% (122.647 caminhões), seguido pelo milho (69.978 caminhões). Os meses de março e julho registraram os maiores volumes de veículos.

“Tivemos uma safra recorde de soja e milho no país, o que aumentou a movimentação de caminhões até o porto. No entanto, foram as estratégias logísticas no Pátio de Triagem que permitiram uma operação mais ágil até o embarque das cargas”, afirmou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Outro fator responsável pelo movimento mais intenso no pátio foi a maior capacidade de embarque dos navios em uma única operação, em razão do aumento do calado operacional — distância entre a superfície da água e o ponto mais profundo da embarcação. Em setembro de 2025, houve um aumento do calado operacional nos berços de graneis sólidos, que passou de 13,1 metros para 13,3 metros. A ampliação permitiu um crescimento médio de até 1,5 mil toneladas por navio.

Segurança

Devido ao grande fluxo de veículos carregados com diversos tipos de graneis sólidos vegetais, a Portos do Paraná investe em segurança e participa de diversas operações. A mais recente foi uma ação integrada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Polícia Militar do Paraná (PMPR), com cães farejadores, realizada no início de dezembro.

“Nós garantimos a qualidade dos produtos, a segurança das operações e a conformidade da qualidade dos grãos, conforme normativas do Ministério da Agricultura”, afirmou o diretor de Operações Portuárias, Gabriel Vieira.

As vistorias e avaliações técnicas realizadas no Pátio de Triagem são fundamentais para garantir a qualidade dos produtos embarcados. “100% das cargas que transitaram no Pátio de Triagem e foram embarcadas estavam dentro dos padrões de qualidade requeridos pelos clientes”, pontuou Vieira.

Homenagem

Em agosto de 2025, o Pátio de Triagem recebeu a identificação com o nome oficial da unidade, que passou a ser denominada Dr. Mario Marcondes Lobo Filho, conforme a Lei Estadual nº 21.880, de 27 de fevereiro de 2024.

A homenagem é dedicada ao advogado parnanguara que ocupou cargos de destaque na administração da empresa pública Portos do Paraná. Mariozinho Lobo, como era conhecido, atuou como diretor administrativo e financeiro entre 2003 e 2007 e, posteriormente, como superintendente — função equivalente ao atual cargo de diretor-presidente — entre 2010 e 2011.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

TRANSPORTES – FERROVIAS - GOVERNO ACERTA RENOVAÇÃO DA FCA POR 30 ANOS COM INVESTIMENTOS DE R\$ 40 BI

Concessão operada pela VLI já foi encaminhada ao TCU e promete resultar no maior volume individual de aportes ferroviários já previsto no país



Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A FCA atravessa estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e São Paulo, conectando polos produtores a corredores de exportação e mercados consumidores



O governo federal acertou a renovação antecipada por 30 anos da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), operada pela VLI, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 40 bilhões ao longo do novo contrato. A informação foi confirmada por autoridades federais à Reuters, e o anúncio oficial deve ocorrer na próxima semana, em evento previsto para Minas Gerais.

A FCA é uma das principais malhas ferroviárias do país, conectando áreas do Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste aos portos do Sudeste, com papel central no escoamento de grãos, fertilizantes, combustíveis e minérios. Segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho, o acordo já foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) e representa, individualmente, o maior volume de investimentos ferroviários já previsto no Brasil.

“Foi feito o entendimento, está no TCU, vai ser renovada e vai significar o maior volume de investimento ferroviário do Brasil, individualmente. A FCA corta o Estado de Minas Gerais inteiro, a renovação é muito importante”, afirmou o ministro à Reuters.

Os valores acertados superam as projeções anteriormente divulgadas pela própria VLI, que indicavam cerca de R\$ 24 bilhões em manutenção da via permanente e aquisição de material rodante, além de R\$ 5 bilhões em outorgas e compensações. De acordo com o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, o montante total inclui R\$ 40 bilhões em investimentos diretos e cerca de R\$ 1,7 bilhão em pagamentos, sendo R\$ 1 bilhão em conta vinculada, R\$ 500 milhões destinados a projetos e R\$ 200 milhões para a solução de conflitos urbanos ao longo da malha.

Segundo Ribeiro, a estrutura do acordo busca garantir que os recursos permaneçam vinculados ao setor ferroviário. Do total de investimentos previstos, aproximadamente metade será destinada à melhoria das vias permanentes, R\$ 8,5 bilhões à aquisição e modernização de locomotivas e vagões, além de aportes adicionais em infraestrutura e sistemas operacionais.

O novo contrato também prevê a devolução à União de 1.751 quilômetros de trechos considerados antieconômicos, mantendo sob concessão cerca de 5.469 quilômetros da malha, conforme dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Mesmo antes da formalização da renovação, a VLI vem mantendo um ritmo elevado de aportes na FCA. Em 2026, a companhia prevê investir cerca de R\$ 1,2 bilhão na ferrovia, o quarto ano consecutivo com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão. Entre 2023 e 2026, os aportes acumulados devem alcançar aproximadamente R\$ 4,8 bilhões. Desde 2014, os investimentos somam mais de R\$ 17 bilhões, com foco na manutenção da via, modernização do material rodante e melhorias operacionais voltadas à segurança e à confiabilidade do sistema.

Impactos

Estudos citados pela concessionária indicam que a renovação antecipada pode elevar em mais de 40% o volume de cargas transportadas, com impactos diretos sobre cadeias como agronegócio, siderurgia, indústria e construção civil. A expectativa é de geração de mais de 15 mil empregos ao longo do novo ciclo de investimentos, além de intervenções de mobilidade urbana em municípios cortados pela ferrovia.

A FCA atravessa estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Bahia e São Paulo, conectando polos produtores a corredores de exportação e mercados consumidores. Além da relevância econômica, o modal ferroviário é apontado como alternativa logística mais eficiente ao transporte rodoviário, com potencial de redução de custos e de emissões associadas ao escoamento de cargas.

No âmbito das iniciativas associadas à renovação, o governo federal também prevê novos modelos de uso da malha existente. Um exemplo é o chamamento público para a entrada de novos operadores no Corredor Minas-Rio, incluído no cronograma do Ministério dos Transportes para este ano.

Como parte desse movimento, o secretário Leonardo Ribeiro participa nesta segunda-feira (9), em Sete Lagoas (MG), da entrega de novas locomotivas que passarão a operar na malha da FCA. Os equipamentos, produzidos pela Progress Rail e adquiridos pela VLI com investimento de R\$ 200

milhões, visam ampliar a capacidade logística do transporte ferroviário. O evento contará ainda com a presença do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

A agenda do governo para o setor prevê, em 2026, a realização de oito leilões ferroviários, com expectativa de gerar cerca de R\$ 140 bilhões em investimentos e reforçar a infraestrutura do modal no país.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 06/02/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS / RODOVIAS - ANTT DESENVOLVE NOVA NORMA PARA ORGANIZAR OUTORGAS FERROVIÁRIAS

Audiência discutiu texto que inaugura novo conjunto normativo do setor e tem como objetivo organizar o regramento das outorgas

Por **ALINE SILVA** redacao.jornal@redebeneews.com.br



Foram retirados capítulos que tratavam das regras comuns aos regimes público e privado incluindo temas como Ouvidoria e compartilhamento de infraestrutura ferroviária e do ATF

A Agência Nacional de Transportes Terrestres realizou, no fim de janeiro, audiência pública para discutir a proposta da primeira norma do projeto das Condições Gerais do Transporte Ferroviário (CGTF). O texto, conhecido como Regras Gerais de Outorgas Ferroviárias (ROF 1), deve inaugurar o novo conjunto normativo do setor e tem como objetivo organizar o regramento das

outorgas ferroviárias no país.

Durante a audiência, realizada na sede da ANTT, em Brasília, a área técnica informou que acatou total ou parcialmente cerca de metade das contribuições apresentadas à minuta durante a fase de reunião participativa, ocorrida no ano passado. As contribuições à nova proposta seguem abertas até o dia 20 de fevereiro.

Com a publicação da ROF 1, a ANTT busca dar maior coerência regulatória a um setor que atualmente convive com 16 contratos distintos de concessão, além de incorporar as demandas trazidas pela Lei de Ferrovias, sancionada em 2021. A proposta também pretende alinhar contratos, regulação e novos regimes de exploração ferroviária.

Entre os principais pontos acolhidos no novo texto está a ampliação da clareza sobre a hierarquia entre regulação e contrato, consolidando o entendimento de que o contrato prevalece sobre a norma regulatória. A proposta também traz ajustes nos dispositivos relacionados ao chamamento público e às autorizações ferroviárias, além de reforçar obrigações de transparência por parte das concessionárias.

Outro destaque é a inclusão de uma cláusula que prevê a realização de uma Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) do marco ferroviário. Segundo a área técnica, a análise deverá ocorrer quatro anos após a publicação da última norma do CGTF, com o objetivo de verificar os efeitos da ação regulatória e o alcance dos objetivos originalmente propostos.

A proposta passou ainda por um processo de enxugamento. Foram retirados os capítulos que tratavam das regras comuns aos regimes público e privado incluindo temas como Ouvidoria e compartilhamento de infraestrutura ferroviária e do Agente Transportador Ferroviário (ATF). Esses assuntos serão abordados em normas específicas dentro do próprio CGTF.



O transporte ferroviário de passageiros, por exemplo, será tratado na norma específica RSF 4, enquanto o compartilhamento de infraestrutura ficará a cargo da resolução de interoperabilidade, a RSF 2.

Na versão atual, a proposta da ROF 1 está estruturada em seis capítulos: disposições introdutórias; regras gerais de outorgas ferroviárias; ferrovias exploradas em regime público; ferrovias exploradas em regime privado; autorregulação ferroviária; e disposições finais e transitórias.

A ANTT deve consolidar as contribuições recebidas após o encerramento da consulta pública para definir a versão final da norma, considerada um passo central para a modernização do marco regulatório ferroviário brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS / RODOVIAS - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES ADOTA PEDÁGIO ELETRÔNICO A PARTIR DE JULHO

Praças físicas serão substituídas por pórticos de cobrança automática nas rodovias Anchieta e Imigrantes

Por CÁSSIO LYRA redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Ecovias-Imigrantes, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), anunciou a substituição das praças de pedágio das rodovias Anchieta (SP-150) e Imigrantes (SP-160) por pórticos do free flow, que prevê a cobrança automática. Segundo o Governo de São Paulo, os equipamentos do Siga Fácil serão instalados neste sábado (7), na Via Anchieta, e no final do mês, na Rodovia dos Imigrantes.

Na Via Anchieta, conforme anunciado, o pórtico será instalado no Km 33, em substituição a praça de pedágio localizada no Km 31. Já na Rodovia dos Imigrantes, o equipamento ficará localizado no Km 29, substituindo a atual praça de pedágio do Km 32.

Mesmo com as instalações dos pórticos, o sistema de cobrança automático nas rodovias passará a valer somente no mês de julho, de acordo com o Governo Estadual.

Atualmente, o pedágio do SAI é de R\$ 38,70. Com a cobrança automática no Siga Fácil, o valor passará a ser dividido igualmente, com cobrança de R\$ 19,35 na descida para o Litoral e R\$ 19,35 na subida para a Capital Paulista.

Usuários das rodovias pagarão somente no sentido em que utilizar as vias. Motociclistas permanecem isentos da cobrança de pedágio, conforme as regras vigentes.

A estimativa do Governo do Estado e da concessionária é que, com a operação dos pórticos em andamento, o fluxo de veículos que utilizam as duas rodovias que conectam o Litoral Sul de São Paulo com a Grande São Paulo seja amplamente otimizado.

O SAI é a única conexão rodoviária de São Paulo e Interior até o Porto de Santos, sendo um dos corredores logísticos mais importantes do país

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS / AVIAÇÃO - SEIS EMPRESAS ESTÃO INTERESSADAS NA CONCESSÃO DO AEROPORTO DO GALEÃO

Roadshow do governo foi concluído nesta quinta-feira; leilão está previsto para ocorrer no dia 30 de março, na sede da B3, em São Paulo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O próximo passo do processo de licitação do Aeroporto do Galeão será a realização de uma sessão pública de esclarecimentos no dia 26 deste mês, às 10h, no auditório da B3

O roadshow do Leilão de Venda Assistida da concessão do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro foi concluído na quinta-feira (5). Ao todo, seis empresas participaram das reuniões, que integram a estratégia de preparação para o leilão, previsto para o dia 30 de março, na sede da B3, em São Paulo.

A iniciativa foi conduzida pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em parceria com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (Seppi), da Casa Civil da Presidência da República, e com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Durante os encontros, foram apresentados os principais aspectos do projeto de concessão, incluindo o modelo do leilão, as diretrizes contratuais e as perspectivas operacionais e econômicas do aeroporto.

Para o secretário Nacional de Aviação Civil, Danie Longo, as reuniões cumpriram um papel fundamental para dar previsibilidade e segurança ao mercado. “O roadshow foi uma oportunidade importante para apresentar, de forma transparente, os avanços do projeto e ouvir o mercado. Tivemos um diálogo qualificado, que reforça a confiança dos investidores e contribui para o sucesso do leilão do Galeão”, destacou.

Ainda de acordo com o secretário, o número de empresas participantes no roadshow não deve ser considerado como cenário real dos potenciais investidores. “Hoje, temos uma gama de empresas com expertise e conhecimentos sobre o processo regulatório e que podem dispensar essa etapa”, explicou. Cabe ressaltar, que todos os documentos técnicos, procedimentos, contratos e demais arquivos sobre o aeroporto estão disponíveis publicamente. Os interessados tiveram ainda, oportunidade solicitar esclarecimentos específicos, por manifestação escrita.

O próximo passo do processo de licitação do Galeão será a realização de uma sessão pública de esclarecimentos no próximo dia 26, às 10h, no auditório da B3, com transmissão online pelo canal da própria Bolsa de Valores. Os interessados em participar presencialmente da sessão devem encaminhar nome completo e documento de identificação até o dia 20 para o e-mail leiloes@b3.com.br.

Acordo

O leilão de venda assistida do Aeroporto do Galeão é resultado de uma solução consensual homologada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso). O acordo aprovado promoveu o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão, incorporou cláusulas alinhadas aos contratos mais recentes do setor e viabilizou a retomada dos investimentos previstos para o aeroporto.

A disputa será aberta ao mercado. No entanto, conforme estabelecido no acordo, os acionistas privados das concessionárias Changi, de Cingapura, e Vinci, da França, que detêm 51% da RIOgaleão, deverão apresentar ao menos uma proposta no valor mínimo para participar do certame.

O valor mínimo para o terminal será de R\$ 932 milhões e deverá ser pago à vista. A vencedora assumirá o compromisso de pagar à União uma contribuição variável anual correspondente a 20% do faturamento bruto da concessão até 2039. Além disso, a vencedora será a única controladora do terminal, já que o acordo com o TCU prevê o fim da participação acionária da Infraero.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 06/02/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS / AVIAÇÃO - SUBSIDIÁRIA DA EMBRAER FECHA PRIMEIRA VENDA DE EVTOLS NA ÁSIA

Eve fornecerá aeronaves elétricas à japonesa AirX para operações turísticas nas cidades de Tóquio e Osaka

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A empresa Eve Air Mobility, subsidiária da Embraer que desenvolve aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical (eVTOL), anunciou a venda de dois veículos para a japonesa AirX, que atua com transporte aéreo, atualmente utilizando helicópteros. O contrato pode ser ampliado, pois há a opção de compra de até 50 unidades.

Com a entrega dos veículos prevista para 2029 e previsão de operação em Tóquio e Osaka, como veículo de última milha para rotas turísticas, a venda foi a primeira da empresa para a região da Ásia-Pacífico. Embraer e Eve participam do Singapore Airshow, uma das maiores feiras do setor.

“Estamos entusiasmados em firmar parceria com a Eve Air Mobility para levar o transporte aéreo da próxima geração ao Japão”, afirmou Kiwamu Tezuka, fundador e CEO da AirX, em posicionamento oficial das companhias para anunciar o acordo.

Para ele, essa colaboração reforça o compromisso com sustentabilidade e inovação, além de posicionar a AirX na linha de frente do mercado em evolução da mobilidade aérea.

Com o anúncio, as ações da empresa na B3 interromperam o movimento de queda. Lançadas em julho de 2025, a R\$ 39 a ação, terminaram o pregão de quarta-feira (4) a R\$19,80. Na terça (3) foram vendidas a R\$ 19,62, igualando o menor valor, registrado em 17 de setembro. Na bolsa de Nova Iorque (NYSE), as ações da empresa estão em queda desde 22 de janeiro, quando estavam cotadas a US\$ 4,59. Ontem foram negociadas a US\$ 3,65.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

BRASIL EXPORT - BRASIL EXPORT DEFENDE CABO VERDE COMO PONTE DO BRASIL COM MERCADOS AFRICANOS

Em fórum empresarial, Fabricio Julião destacou a internacionalização de empresas brasileiras e o papel da logística nas relações econômicas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Fabricio Julião destacou a importância da contribuição do Grupo Brasil Export no debate sobre internacionalização de empresas brasileiras e integração com mercados emergentes

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabricio Julião, participou, na quinta-feira, 5, do Fórum Empresarial “Cabo Verde – Fórum Empresarial

Plataforma do Brasil em África”, que reforçou o papel estratégico do setor empresarial brasileiro na manutenção e ampliação das relações econômicas no cenário internacional. O evento foi realizado no âmbito da visita oficial do ministro de Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, José Luís do Livramento Monteiro Alves de Brito, e contou com o apoio institucional da Embaixada do país africano no Brasil.

O fórum reuniu autoridades diplomáticas, representantes governamentais, empresários e lideranças institucionais com o objetivo de debater oportunidades de cooperação econômica, comércio exterior, investimentos e parcerias estratégicas entre Brasil, Cabo Verde e países africanos. A proposta central do encontro foi posicionar Cabo Verde como um elo logístico, institucional e comercial entre o mercado

brasileiro e a África, ressaltando a localização geográfica estratégica, estabilidade política e ambiente favorável aos negócios.

Fabricio Julião destacou a importância da contribuição do Grupo Brasil Export no debate sobre internacionalização de empresas brasileiras e integração com mercados emergentes. O evento ocorre um dia após a inauguração da Casa Brasil Export na capital federal, e o lançamento da agenda institucional do grupo para o ano de 2026.

Julião enfatizou que é fundamental para a promoção do comércio exterior, a cooperação bi e multilateral, e a imagem do Brasil no cenário internacional, com foco na infraestrutura e logística – setores pujantes e de grande relevância no país, bem como outras áreas, entre elas a de energia.

O CEO citou ainda o diálogo entre o setor público e a iniciativa privada para a construção de uma agenda consistente de desenvolvimento econômico. Defendeu também o papel das empresas e das entidades de promoção comercial na identificação e construção de oportunidades, redução de barreiras e fortalecimento de ambientes de negócios mais confiáveis e competitivos.

O evento serviu como espaço para a troca de experiências e alinhamento de estratégias entre empresários brasileiros e representantes de Cabo Verde, com o reconhecimento da atuação do Grupo Brasil Export por fomentar conexões internacionais e apoiar a inserção de empresas nacionais no exterior.

“Essa participação no fórum empresarial integra uma agenda mais ampla de estímulo à cooperação internacional e à diversificação de mercados para o Brasil. Estamos engajados em atuar junto ao setor empresarial brasileiro em iniciativas que buscam aproximar economias, compartilhar conhecimento e impulsionar o desenvolvimento por meio do comércio exterior”, afirmou Fabricio Julião.



O fórum empresarial foi realizado em Brasília no âmbito da visita oficial do ministro de Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, José Luís do Livramento Monteiro Alves de Brito

Para ele, o fórum empresarial se consolidou como ambiente estratégico de convergência entre diplomacia e negócios, sugerindo iniciativas para que Cabo Verde atue como um importante acesso do Brasil no continente africano.

Visita à Embaixada

Julião também realizou uma visita à Embaixada do Paraguai em Brasília, na quinta-feira. Ele foi recepcionado pelo embaixador Juan Ángel Delgadillo, diplomata de carreira e engajado em negociações bilaterais entre as duas nações do continente sul-americano. Em pauta o aperfeiçoamento da movimentação de cargas paraguaias em portos da região Sul e a organização de encontros para fomento ao diálogo entre agentes públicos e investidores privados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

ENERGIA - AXIA ENERGIA ANUNCIA PRIMEIRA PLANTA DE HIDROGÊNIO VERDE VOLTADA AO AÇO NO BRASIL

Iniciativa em parceria com a GIZ busca reduzir emissões da siderurgia e testar viabilidade em escala comercial



Do Estadão Conteúdo

O projeto financiado pelo Ministério da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha busca posicionar o Brasil como



referência global em siderurgia sustentável

A Axia Energia fechou uma parceria com a Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH), para erguer a primeira planta de hidrogênio verde dedicada à produção de aço de baixo carbono no país.

O projeto integra o programa de desenvolvimento, financiado pelo Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), e busca posicionar o Brasil como referência global em siderurgia sustentável.

Com potência de até 10 megawatts (MW), a unidade transformará energia solar, eólica ou hídrica em hidrogênio destinado a uma usina parceira, reduzindo drasticamente as emissões se comparado ao alto-forno tradicional movido a coque ou gás natural. O plano é provar a viabilidade econômica em escala comercial, estruturar metodologias de certificação e capacitar profissionais, fortalecendo toda a cadeia do hidrogênio verde e do aço de baixa emissão de carbono.

“A Axia Energia tem como propósito oferecer soluções sustentáveis que impulsionem a descarbonização de diferentes cadeias produtivas e reforcem seu protagonismo na transição energética”, afirmou em nota o vice-presidente de Inovação, P&D, Digital e TI da companhia, Juliano Dantas.

Para Jochen Quinten, diretor nacional da GIZ Brasil, “com a Axia damos agora um passo decisivo ao levar esse acúmulo de conhecimento e experiências para uma indústria-chave como a siderurgia”.

A Agência Internacional de Energia Renovável estima que a produção de aço responde por 7% do CO2 global. No Brasil, apesar dos recursos renováveis abundantes, a produção ainda depende fortemente do uso de combustíveis fósseis. Essa dependência expõe o setor siderúrgico a riscos regulatórios e de mercado, como taxaço do carbono e barreiras comerciais em países que exigem produtos de baixa emissão de carbono.

O processo de produção de aço com participação do hidrogênio verde começa com a geração de eletricidade renovável a partir de fontes como solar, eólica ou hidrelétrica. Essa energia é utilizada por plantas de eletrólise da água, aplicando-se a corrente elétrica na molécula de água, dissociando-a nos gases oxigênio (O2) e hidrogênio (H2).

Na etapa seguinte, o hidrogênio é integrado ao processo de fabricação do aço, substituindo total ou parcialmente fontes fósseis como o coque de carvão ou o gás natural, em altos-fornos ou em sistemas adjacentes e auxiliares, gerando aço de baixa emissão de carbono e seus produtos intermediários, informou a Axia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 06/02/2026

PETRÓLEO E GÁS - BRAVA ENERGIA FECHA JANEIRO COM QUEDA DE 1,07% NA PRODUÇÃO

Companhia produziu 73,8 mil barris de óleo equivalente por dia, impactada por interdição no Potiguar e falhas de energia

Do Estadão Conteúdo

A Brava Energia encerrou janeiro com produção média de 73,8 mil barris de óleo equivalente por dia (boe/d), um recuo de 1,07% sobre o mês anterior, informou a companhia na quinta-feira, 5.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa afirma que o resultado reflete o impacto da interdição temporária de instalações de Potiguar, decorrente da auditoria realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em setembro de 2025.

A Brava vem recebendo de forma gradativa as anuências para a retomada da produção. Além disso, falhas no fornecimento de energia impactaram a produção no mês de janeiro.

Do total, a produção diária de óleo foi de 60,4 mil barris por dia (bbl/d). Já a produção de gás ficou em 13,4 mil boe/d, impactada pela parada de manutenção programada da UPGN de Catu (operada pela Petrobras), em Recôncavo, realizada durante o mês de janeiro, assim como impactada por ajustes em uma das bombas em operação de Atlanta.

Brava informa também que o ativo Parque das Conchas apresentou instabilidade na operação após parada programada. A operadora está realizando intervenções para suportar a retomada de níveis normalizados de produção.

A companhia é operadora dos ativos Potiguar, Recôncavo, Papa-Terra, Atlanta e Peroá, bem como detém participação não-operada de 35% em Pescada, 45% no Campo de Manati, ambos operados pela Petrobras, e 23% em Parque das Conchas, este operado pela Shell.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

PETRÓLEO E GÁS - ANP LIBERA RETOMADA DE POÇO DA PETROBRAS NA FOZ DO AMAZONAS

Autorização é condicionada ao cumprimento de exigências técnicas após paralisação causada por vazamento de fluido de perfuração no início de janeiro

Do Estadão Conteúdo Da Redação



As reservas comprovadas do Brasil somam 16,8 bilhões de barris, volume considerado suficiente para manter o país sem necessidade de importar petróleo até o fim da década

Margem Equatorial brasileira. A liberação ocorreu cerca de um mês após a paralisação das atividades, motivada por um vazamento de fluido de perfuração identificado no início de janeiro, e só passa a valer depois que a estatal comprovar o cumprimento integral das exigências técnicas e operacionais estabelecidas pela agência reguladora.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizou, de forma condicionada, a Petrobras a retomar a perfuração do poço exploratório Morpho, localizado na Bacia da Foz do Amazonas, na

A perfuração estava suspensa desde 4 de janeiro, quando um incidente envolvendo a sonda ODN II (NS-42) provocou a liberação de fluido de perfuração em duas linhas auxiliares, tubulações de apoio que conectam o navio-sonda ao poço. Segundo a Petrobras, o material vazado foi um fluido à base de água, com aditivos de baixa toxicidade, utilizado em operações offshore para resfriar a broca, remover fragmentos de rocha e controlar a pressão do poço. A companhia informou à época que o vazamento foi rapidamente contido e isolado, sem registro de liberação de petróleo, e que o material é biodegradável e não representa risco ao meio ambiente ou à população.

A autorização da ANP foi comunicada oficialmente à Petrobras na quarta-feira, 4, após a análise técnica do incidente e das medidas corretivas propostas pela empresa. No documento, a agência afirma que, considerando as avaliações realizadas e as ações mitigadoras apresentadas, não há impedimento para a retomada da perfuração do poço Morpho, desde que todas as condicionantes sejam rigorosamente atendidas.

Entre as principais exigências impostas à estatal está a substituição de todos os selos das juntas do riser — os trechos suspensos das tubulações que interligam as linhas de produção às plataformas — conforme o procedimento mais recente adotado pela companhia. Após a instalação da última peça, a

Petrobras deverá encaminhar à ANP, em até cinco dias, evidências fotográficas e análise técnica que comprove a adequação do material e da execução do serviço.

A agência também determinou que a Petrobras comprove o treinamento de toda a equipe envolvida no novo protocolo de descida do BOP, equipamento de segurança essencial para o controle do poço. Além disso, a estatal terá de revisar o Plano de Manutenção Preventiva, reduzindo o intervalo de coleta de dados dos registradores de vibração submarina nos primeiros 60 dias de operação. O uso de juntas de riser reserva ficará condicionado à apresentação prévia de certificados de conformidade que atestem inspeção ou reparo conforme as normas técnicas.

O incidente que levou à paralisação ocorreu no domingo, 4 de janeiro, e resultou na interrupção oficial da perfuração dois dias depois. As linhas auxiliares foram trazidas à superfície para inspeção, avaliação e reparo. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi comunicado e informou que não houve vazamento de petróleo associado ao episódio.

Margem Equatorial

A retomada da perfuração do poço Morpho se insere em um contexto mais amplo de exploração da Margem Equatorial brasileira, considerada uma das principais novas fronteiras de petróleo e gás do país. Em outubro de 2025, o Ibama concedeu à Petrobras autorização para perfurar um poço em águas profundas na região da Foz do Amazonas, em um aval restrito à fase de pesquisa exploratória. A licença não permite produção comercial e tem como objetivo a coleta de dados geológicos para verificar a presença de petróleo e gás em escala economicamente viável.

O poço Morpho está localizado no bloco FZA- -M-059, em mar aberto, a cerca de 175 quilômetros da costa do Amapá e aproximadamente 500 quilômetros da foz do Rio Amazonas, em área de águas profundas. A Petrobras estima que a campanha de perfuração exploratória tenha duração aproximada de cinco meses, prazo após o qual será possível avaliar com mais precisão os resultados geológicos obtidos.

Estimativas do governo indicam que a Margem Equatorial poderia sustentar uma produção da ordem de 1,1 milhão de barris de petróleo por dia, volume superior à capacidade individual de grandes campos da Bacia de Santos, como Tupi e Búzios. O Ministério de Minas e Energia avalia que a região poderia conter até 10 bilhões de barris de petróleo, enquanto a Empresa de Pesquisa Energética calcula que apenas a Bacia da Foz do Amazonas teria um volume recuperável de cerca de 6,2 bilhões de barris de óleo equivalente.

Atualmente, as reservas comprovadas do Brasil somam 16,8 bilhões de barris, volume considerado suficiente para manter o país sem necessidade de importação de petróleo até o fim da década.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - PERTO DO PRAZO FINAL, 'MAPA DO CAMINHO NACIONAL' NÃO ESTÁ PRONTO

Entrega das diretrizes para substituição gradual de combustíveis fósseis deve acontecer até domingo, mas ainda está em fase de debate

Do Estadão Conteúdo



A determinação presidencial inclui a proposição de mecanismos de financiamento para a implementação da política de transição energética

Reuniões interministeriais para a elaboração do “Mapa do Caminho Nacional” para a substituição gradual do uso de combustíveis fósseis ainda estão sendo realizadas, faltando poucos dias para a entrega determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).



A criação da estratégia foi determinada em despacho presidencial após a falta de consenso sobre o tema na COP30, realizada no Brasil. O prazo de 60 dias para a elaboração das diretrizes termina no domingo, 8, e é monitorada por Frentes Parlamentares, entidades como o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e organizações ambientais.

O Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério da Fazenda, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e a Casa Civil seguem trabalhando em uma proposta de resolução a ser submetida ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), informaram as pastas ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

A determinação presidencial inclui a proposição de mecanismos de financiamento para a implementação da política de transição energética. O texto cita a criação de um fundo para a transição com financiamento custeado por parcela das receitas governamentais da exploração de petróleo e gás natural.

Por ora, o trabalho é apenas em âmbito ministerial, mas interessa a outras frentes.

O IBP diz que está estudando como contribuir com sugestões para o mapa da transição energética. No relatório Outlook IBP 2025- 2029, a entidade pontua que o Brasil é 2º maior produtor de biocombustíveis do mundo e avança em tecnologias de vanguarda, como a Captura e Armazenamento de Carbono (CCUS), posicionando o País como um líder tecnológico capaz de descarbonizar não apenas suas operações, mas também setores de difícil mitigação.

As Frentes Parlamentares da Agropecuária, do Biodiesel, do Etanol e da Economia Verde lançaram na quarta-feira, 4, uma Coalizão pelos Biocombustíveis, para acompanhar a regulamentação da Lei do Combustível do Futuro (14.993/2024), e atuar na interlocução entre Legislativo, Executivo e setor produtivo em questões como o fortalecimento do desenvolvimento tecnológico nacional e o reconhecimento da produção de biocombustíveis sem comprometer a oferta de alimentos.

No lançamento da Coalizão, o coordenador geral do grupo, deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), afirmou que o grupo enviará suas contribuições para o 'Mapa do Caminho' ao Executivo até 8 de fevereiro.

"Estamos sistematizando as contribuições de cada setor e vamos apresentar uma proposta de 'Mapa do Caminho'. Vamos enviar as nossas contribuições para todos."

Transição energética

O Observatório do Clima (OC) - que reúne 161 organizações da sociedade civil, como o Instituto Internacional Arayara e o Observatório do Petróleo e Gás - encaminhou, na última semana, recomendações para os ministérios. O documento aborda a governança, o orçamento e o financiamento da transição energética. Nesse último eixo, as entidades sugerem a eliminação de subsídios à produção de fósseis, o uso de receitas de petróleo futuro para pagar a transição por meio da alocação imediata de capital (investimento direto) e a vinculação das ações do mapa ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

Dados consolidados pelo IBP preveem um pico de US\$ 21,3 bilhões em investimentos no upstream já em 2026. A indústria de óleo e gás deve sustentar 483 mil postos de trabalho neste ano. Além disso, até 2029, a arrecadação governamental total do setor pode alcançar US\$ 42,3 bilhões anuais.

Mapa Global

Em outra frente de discussão, o Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte), criado pelo MME, aprovou, na última semana, seu regimento interno e debateu a criação de câmaras temáticas para apoiar as ações de formulação, implantação e monitoramento da Política Nacional de Transição Energética (PNTE) e o Plano Nacional de Política Energética (Plante).

Em nível global, a presidência da COP30 se comprometeu a entregar, até o final do ano, o roteiro para o fim da dependência de fósseis para ser discutido na próxima cúpula climática, na Turquia, no final de 2026. Caberá à Austrália liderar o processo de negociação.

Na segunda-feira, 2, um grupo de 114 organizações encaminhou uma carta aberta ao embaixador André Corrêa do Lago, que presidiu a cúpula no Brasil, questionando se haverá um “processo político real e inclusivo” na construção da transição.

As organizações também citam que a pré-COP e a conferência sobre combustíveis fósseis em Santa Marta, na Colômbia, em abril, oferecem uma “plataforma fundamental para moldar conjuntamente o processo” e preparar o relatório para a COP31.

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) foi realizada em Belém, no estado do Pará. O evento ocorreu entre 10 e 21 de novembro de 2025. A conferência fechou decisões com a participação de 195 países.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - EXPORTAÇÕES PARA OS EUA CAEM 25,5% EM JANEIRO

Negócios com os americanos recuam no sexto mês após tarifaço. Em compensação, vendas para a China sobem

Da Agência Brasil



As exportações brasileiras para a China cresceram 17,4% em janeiro, somando US\$ 6,47 bilhões

Pelo sexto mês seguido desde o tarifaço do governo de Donald Trump, as exportações brasileiras para os Estados Unidos acumularam queda. As vendas para a China, no entanto, continuaram a subir, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (5), em Brasília, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e

Serviços (Mdic).

Em janeiro, as vendas para os Estados Unidos totalizaram US\$ 2,4 bilhões, recuo de 25,5% em relação aos US\$ 3,22 bilhões no mesmo mês de 2025. As importações de produtos norte-americanos também caíram 10,9% para US\$ 3,07 bilhões. O resultado foi um déficit de US\$ 670 milhões na balança comercial bilateral em desfavor do Brasil.

Esta foi a sexta retração consecutiva nas vendas brasileiras aos EUA desde a imposição da sobretaxa de 50% aplicada pelo governo de Donald Trump a produtos do Brasil, em meados de 2025. Apesar de a tarifa ter sido parcialmente revista no fim do ano passado, o Mdic estima que 22% das exportações brasileiras ainda estejam sujeitas às alíquotas extras, que variam entre 40% e 50%.

Na contramão do desempenho com os Estados Unidos, o comércio com a China apresentou resultado positivo. As exportações brasileiras ao país asiático cresceram 17,4% em janeiro, somando US\$ 6,47 bilhões, contra US\$ 5,51 bilhões um ano antes. As importações caíram 4,9% para US\$ 5,75 bilhões, o que garantiu ao Brasil um superávit de US\$ 720 milhões no mês.

Entre os principais parceiros comerciais, a corrente de comércio - soma de importações e exportações - com a China alcançou US\$ 12,23 bilhões, alta de 5,7%. Já o intercâmbio com os Estados Unidos somou US\$ 5,47 bilhões, queda de 18%, refletindo a redução tanto nas exportações quanto nas importações.

Outros mercados

O comércio com a União Europeia gerou superávit de US\$ 310 milhões para o Brasil, embora a corrente comercial tenha recuado 8,8% em relação a janeiro de 2025. As exportações para o bloco caíram 6,2%, enquanto as importações diminuíram 11,5%.

Com a Argentina, o Brasil registrou superávit de US\$ 150 milhões, mesmo com a forte retração de 19,9% no comércio bilateral. As exportações brasileiras ao país vizinho caíram 24,5% e as importações recuaram 13,6% na comparação anual.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - BALANÇA COMERCIAL TEM SEGUNDO MELHOR RESULTADO PARA JANEIRO

Exportações superaram importações em US\$ 4,342 bilhões, atrás somente de JAN/24

Do Estadão Conteúdo

A balança comercial registrou o segundo maior superávit para meses de janeiro desde o início da série histórica beneficiada pela queda das importações, divulgou nesta quinta o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

No mês passado, as exportações superaram as importações em US\$ 4,342 bilhões, alta de 85,8% em relação ao superávit de US\$ 2,337 bilhões no mesmo mês de 2025. O resultado da balança comercial atual só perde para janeiro de 2024 (US\$ 6,196 bilhões).

O valor das exportações ficou em US\$ 25,153 bilhões, queda de 1% em relação a janeiro do ano passado; já as importações fecharam o mês em US\$ 20,810 bilhões, queda de 9,8% na mesma comparação.

O histórico das exportações é o terceiro melhor para meses de janeiro desde 1989, só perdendo para janeiro de 2024 e de 2025. As importações registraram o segundo melhor janeiro da série, só perdendo para o mesmo mês de 2025.

As exportações em janeiro variaram da seguinte forma: 1) Agropecuária: 2,1%, com queda de 3,4% no volume e alta de 5,3% no preço médio; 2) Indústria extrativa: -3,4%, com alta de 6,2% no volume e queda de 9,1% no preço médio; 3) Indústria de transformação: -0,5%, com recuo de 0,6% no volume e de 0,1% no preço médio.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

FINANÇAS - EM DIA RUIM PARA COMMODITIES, IBOVESPA TEM LEVE ALTA DE 0,23%

Na semana e no mês, o índice sobe 0,42%, recolocando o ganho acumulado no ano a 13,03%

Do Estadão Conteúdo



O Ibovespa sustentou o sinal positivo na sessão apesar do desempenho misto dos maiores bancos

Após uma queda na casa de 2% na quarta-feira, no que foi sua maior correção desde 16 de dezembro, o Ibovespa retomou muito modestamente o sinal positivo nesta quinta-feira, 5, em alta enfraquecida a 0,23%, aos 182.127,25 pontos no fechamento.

Da mínima à máxima da sessão, oscilou dos 181.568,98 aos 184.017,44 pontos, com abertura a 181.708,47 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 34,3 bilhões. Na semana e no mês, o Ibovespa sobe 0,42%, recolocando o ganho acumulado no ano a 13,03%.



O Ibovespa sustentou o sinal positivo na sessão apesar do desempenho misto dos maiores bancos - à importante exceção de Itaú (PN +2,02%), a principal ação do setor, em alta após o balanço do quarto trimestre, da noite de quarta. Em direção ao encerramento, Bradesco também reagiu, com a ON em alta de 0,66% e a PN, de 0,81%. Destaque negativo para a principal ação do Ibovespa, Vale ON, em baixa de 3,33% na sessão, mas ainda acumulando ganho de 20,14% no ano.

Petrobras ON caiu 1,43% e a PN, 1,39%, com ambas as ações ainda avançando na casa de 20% em 2026. Os contratos futuros de petróleo recuaram quase 3% em Londres e Nova York. E o minério de ferro cedeu quase 2% na China, também em correção nesta quinta, o que se refletiu no desempenho das ações do setor metálico.

Os papéis da CSN (ON -3,23%, na mínima do dia no fechamento) aprofundaram as perdas na última hora de negócios, pressionados por reportagem da Bloomberg que mostrou que a companhia negocia um empréstimo de US\$ 1,5 bilhão para quitar títulos vencidos e reduzir a alavancagem. Segundo fontes, a operação seria garantida por ações de subsidiárias. Na esteira disso, CSN Mineração também virou ao terreno negativo e fechou em baixa de 1,98%.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, MRV (+6,85%), Vamos (+6,28%) e Cury (+3,71%). No lado oposto, Braskem (-4,56%), Porto Seguro (-3,73%) e Hapvida (-3,29%), além de Vale.

“As companhias listadas iniciaram a divulgação dos resultados referentes ao último trimestre de 2025 e, entre os principais destaques do dia, o Itaú apresentou novamente um desempenho robusto, em linha com as expectativas do mercado”, diz João Paulo Fonseca, head de renda variável da HCI Advisors.

No quadro mais amplo da B3, “o desempenho do Ibovespa tem sido impulsionado, principalmente, pelo ingresso maciço de capital estrangeiro, notadamente por meio de investimentos passivos como ETFs e índices, o que gerou compras amplas de ações, independentemente dos fundamentos individuais”, destaca Luis Ferreira, CIO do EFG Private Wealth Management.

“Esse movimento estrangeiro, caracteristicamente passivo, resultou em uma alta pouco seletiva do mercado, com valorização alinhada da maior parte dos componentes do índice”, acrescenta. Ferreira observa, também, que até empresas menos favorecidas pelos fundamentos recentes registraram desempenho positivo, impulsionadas pelo fluxo indiscriminado - uma situação que pode favorecer uma correção quando houver mudança de conjuntura.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

FINANÇAS - DÓLAR TEM LIGEIRA ALTA EM DIA NEGATIVO PARA DIVISAS EMERGENTES

O real foi destaque entre emergentes e pouco sofreu com o ambiente externo adverso

Do Estadão Conteúdo

Após trocas de sinal ao longo do dia, o dólar fechou a sessão desta quinta-feira, 5, cotado a R\$ 5,2535 (+0,08). Mais uma vez, o real foi destaque entre emergentes e pouco sofreu com o ambiente externo adverso, marcado por alta global da moeda americana, tombo do petróleo, preocupações com o setor de tecnologia e dados fracos do mercado de trabalho nos EUA.

Analistas ouvidos pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, avaliam que a moeda brasileira ainda se beneficia da perspectiva de continuidade do fluxo externo para a bolsa doméstica, que subiu na contramão dos mercados acionários em Nova York, e pelo amplo diferencial entre juros interno e externo. Por ora, os ruídos locais, como aprovação de propostas de aumento de gastos no Congresso e as indicações às diretorias do Banco Central, têm apresentado influência reduzida na formação da taxa de câmbio.

A divisa flutuou ao sabor da dinâmica global. As máximas no início da tarde acima de R\$ 5,28, com pico a R\$ 5,2883, ocorreram no momento de maior estresse lá fora, com avanço de mais de 20% do VIX, conhecido como índice do medo. À medida que a aversão ao risco arrefecia lá fora, o dólar diminuía os ganhos em relação ao real, embora não tenha conseguido se aproximar da mínima registrada no fim da manhã (R\$ 5,2353).

Para o diretor de Investimentos da Azimut Brasil Wealth Management, Marco Antonio Mecchi, a “volatilidade institucional” americana, na esteira do vaivém do posicionamento do presidente Donald Trump, e, sobretudo, a piora fiscal nos países desenvolvidos abala o dólar e estimula uma diversificação global de ativos que favorece emergentes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

COMUNICAÇÃO & MARKETING - OPINIÃO - PRESENÇA COMO COMPETÊNCIA ESTRATÉGICA NO AMBIENTE CORPORATIVO



FABÍOLLA DE PAULA

Consultora de imagem pessoal e corporativa.

Especialista em etiqueta & comportamento.

Palestrante e mentora

opinioao@portalbenews.com.br

No ambiente corporativo contemporâneo, marcado por alta competitividade, pressão constante e ciclos de decisão cada vez mais curtos, a presença pessoal deixou de ser um atributo subjetivo para consolidar-se como uma competência estratégica. Antes mesmo da primeira palavra, profissionais são avaliados por sinais não verbais que comunicam segurança, credibilidade, preparo e liderança.

É nesse contexto que o conceito de Presença, amplamente estudado pela psicóloga social Amy Cuddy, ganha relevância para além do campo comportamental, dialogando diretamente com temas como imagem profissional, posicionamento e autoridade.

Presença não é aparência, é coerência

Ainda é comum associar presença exclusivamente à estética: roupas adequadas, boa apresentação ou códigos de vestimenta alinhados ao cargo. Embora esses elementos sejam importantes, eles representam apenas uma parte da equação. Presença, em uma leitura mais ampla, diz respeito à coerência entre corpo, mente, postura emocional e imagem externa.

Segundo Cuddy, presença é a capacidade de acessar o melhor de si mesmo em momentos de alta pressão. Trata-se de estar inteiro naquilo que se faz, ocupando o próprio espaço com autenticidade, clareza e intenção. Quando isso acontece, a comunicação não verbal se torna consistente e, consequentemente, mais persuasiva.

O corpo como mediador da autoridade

Estudos apresentados por Cuddy demonstram que o corpo não apenas expressa estados internos, mas também os influencia. A forma como nos posicionamos fisicamente impacta diretamente nossos níveis hormonais, emoções e desempenho cognitivo. Posturas expansivas, por exemplo, estão associadas a maior sensação de confiança e redução do estresse.

No ambiente corporativo, esse dado é especialmente relevante. Profissionais tecnicamente competentes podem ter sua autoridade enfraquecida quando a linguagem corporal comunica retração, insegurança ou desconexão. Ombros curvados, olhar evasivo e voz hesitante criam ruídos que comprometem a leitura de liderança, mesmo quando o discurso é consistente.

Imagem pessoal como sistema integrado

A imagem profissional deve ser compreendida como um sistema integrado de sinais visuais, comportamentais e simbólicos. Vestimenta, postura, gestos, tom de voz e presença precisam

comunicar a mesma mensagem. Quando há desalinhamento entre esses elementos, a percepção externa perde força.

Uma imagem bem construída, mas sustentada por uma presença frágil, gera incoerência. Da mesma forma, uma presença segura pode ser neutralizada por escolhas visuais que não dialogam com o contexto, o cargo ou o ambiente. A autoridade nasce do alinhamento entre forma e conteúdo.

Da performance à autenticidade

Um dos pontos centrais do conceito de presença é a autenticidade. Não se trata de performar um personagem corporativo, mas de sustentar uma imagem que seja verdadeira, estratégica e adequada ao espaço ocupado. Profissionais que compreendem essa dinâmica deixam de atuar no modo defensivo e passam a se posicionar com mais clareza e consistência.

No médio e longo prazo, essa coerência fortalece a marca pessoal, amplia a confiança nas relações profissionais e contribui para decisões mais favoráveis em processos de liderança, negociação e visibilidade.

Presença como prática cotidiana

Desenvolver presença não exige mudanças radicais, mas consciência e treino. Pequenos ajustes na postura, na respiração e na forma de entrar em ambientes já produzem impacto significativo. Estar atento à maneira como se ocupa o espaço, física e simbolicamente, é um exercício diário de posicionamento.

“Presença não é sobre ocupar espaço com força, mas sobre sustentá-lo com coerência”.

A presença não é algo que se veste ocasionalmente. Ela se constrói de forma contínua, a partir da integração entre imagem, comportamento e intenção.

Considerações finais

No cenário corporativo contemporâneo, presença é ativo estratégico. Ela influencia percepções, decisões e oportunidades. Ao compreender que imagem pessoal vai além da aparência e se manifesta na forma como o corpo comunica, o profissional amplia sua capacidade de influência e liderança.

Mais do que causar boa impressão, presença é sobre sustentar autoridade com autenticidade. É quando imagem, postura e discurso caminham juntos que a comunicação se torna clara, confiável e memorável.

MUITO ALÉM DA APARÊNCIA, A PRESENÇA PESSOAL CONSOLIDA-SE COMO UM ATIVO ESTRATÉGICO QUE INFLUENCIA AUTORIDADE, CONFIANÇA E LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

JUSTIÇA - FLÁVIO DINO DERRUBA O “IMPÉRIO DOS PENDURICALHOS”

Pela decisão, os Três Poderes têm prazo de 60 dias para revisar e suspender pagamento das verbas indenizatórias sem base legal

Da Agência Brasil



A ordem de Dino deve ser cumprida em todo o país e vale para o Judiciário, Executivo e Legislativo federais e estaduais

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta quinta-feira (5) a suspensão do pagamento dos chamados “penduricalhos”, benefícios que são concedidos a servidores públicos



e que não cumprem o teto remuneratório constitucional, de R\$ 46,3 mil. A suspensão vale para os Três Poderes.

Pela decisão, os Três Poderes têm prazo de 60 dias para revisar e suspender pagamento das verbas indenizatórias sem base legal.

Na decisão, Flávio Dino afirmou que há um “fenômeno da multiplicação anômala” de verbas indenizatórias incompatíveis com a Constituição. Ele cita o pagamento de “auxílio-peru” e “auxílio-panetone” (benefícios extras de fim de ano) como exemplos de ilegalidade.

“Destaco que, seguramente, tal amplo rol de ‘indenizações’, gerando supersalários, não possui precedentes no direito brasileiro, tampouco no direito comparado, nem mesmo nos países mais ricos do planeta”, argumentou.

A suspensão deve ser cumprida em todo o país e vale para o Judiciário, Executivo e Legislativo federais e estaduais.

Flávio Dino também defendeu que o Congresso aprove uma lei para deixar claro quais as verbas indenizatórias podem ser admissíveis como exceção ao teto constitucional, que é equivalente ao salário dos ministros do Supremo.

“Por este caminho, certamente será mais eficaz e rápido o fim do império dos penduricalhos, com efetiva justiça remuneratória, tão necessária para a valorização dos servidores públicos e para a eficiência e dignidade do serviço público”, ressaltou.

Violação massiva

O ministro fez duras críticas aos contracheques milionários que se espalham pelo funcionalismo público. Ele classificou esse quadro de “violação massiva” da Constituição.

A liminar do ministro, que atinge Estados e municípios, reprovou “os penduricalhos que recebem nomes que afrontam ainda mais o decoro das funções públicas, tais como ‘auxílio-peru’ ou ‘auxílio-panetone’.”

Os auxílios por ele citados, ‘peru’ e ‘panetone’, foram pagos a magistrados de tribunais estaduais em época de festas natalinas.

Desde que assumiu a cadeira deixada pela ministra Rosa Weber no Supremo, em setembro de 2024, Dino vem destilando no Plenário da Corte e em suas decisões uma postura contrária ao que chama de “criatividade administrativa” do poder público, “sobretudo, em temas remuneratórios”.

Segundo a liminar do ministro, os três poderes deverão rever todos os itens pagos como adicionais salariais e que acabam contribuindo para que vencimentos no funcionalismo ultrapassem o teto que é o salário de um ministro do STF, equivalente hoje a R\$ 46,3 mil.

Em todos os tribunais de justiça do País desembargadores ganham até três a quatro vezes acima do teto que Dino quer ver respeitado. A maioria recebe mensalmente entre R\$ 100 mil e R\$ 200 mil.

Vantagens indenizatórias

Sobre valores percebidos acima do teto no Judiciário, ao qual o ministro pertence, não incide imposto de renda - o argumento da toga é que esse dinheiro corresponde a ‘vantagens indenizatórias’ e não ‘remuneratórias’.

“Aqueles verbas que não foram expressamente previstas em lei, votada no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas ou nas Câmaras Municipais (de acordo com cada esfera de competência), devem ser imediatamente suspensas após o prazo fixado”, destacou Dino.

Ele intimou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que tomem as medidas políticas para suprir a omissão inconstitucional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

JUSTIÇA - DECISÃO FOI TOMADA EM AÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE PROCURADORES DO LITORAL PAULISTA

Do Estadão Conteúdo

A decisão liminar do ministro Flávio Dino para suspender todas os chamados “penduricalhos” foi tomada em uma reclamação movida pela Associação dos Procuradores Municipais do Litoral Centro Sul do Estado de São Paulo (APMLCS).

O pedido de ação era para assegurar aos procuradores municipais de Praia Grande (SP) o recebimento de honorários advocatícios até o teto do funcionalismo público, e não a submissão ao subteto de 90,25%, conforme em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP).

Dino usou a reclamação da associação paulista como ponto de partida para a sua decisão, que alcança os Três Poderes em todos os níveis da federação. “Diante dessa violação massiva à Constituição e aos precedentes vinculantes do STF, se impõe a redefinição dos efeitos da presente reclamação”, afirmou.

Até o fim do prazo de 60 dias, os órgãos deverão apresentar uma relação de cada verba remuneratória, indenizatória ou auxílio, com o valor, critério de cálculo e o fundamento do penduricalho na lei.

A decisão de Flávio Dino será submetida ao plenário para referendo, em sessão presencial. A data ainda não foi definida e cabe ao presidente do Supremo, Edson Fachin, marcar o julgamento.

Em seguida, Dino deve avaliar qual é, de fato, o alcance do teto do funcionalismo público. “Não é possível definir neste caso e em todos os outros, o alcance do teto e do subteto sem verificar o conjunto das verbas efetivamente pagas e a que título”, disse na decisão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

JUSTIÇA - STF IMPÕE PENA MAIS DURA PARA CRIMES CONTRA A HONRA

Plenário formou maioria para aumentar punição para injúria, calúnia e difamação contra presidentes do Senado, da Câmara e da Corte

Do Estadão Conteúdo



A discussão no Supremo ocorre em um contexto de queixas recorrentes dos ministros sobre hostilidades dirigidas à Corte nas redes sociais

O Plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria nesta quinta-feira, 5, para declarar constitucional o dispositivo do Código Penal que prevê aumento de pena para crimes contra a honra - injúria, calúnia e difamação - quando praticados contra agentes públicos em razão do exercício do cargo ou contra os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do próprio STF.

A análise do tema teve início em maio de 2025, sob relatoria do então ministro Luís Roberto Barroso, aposentado da Corte em outubro do mesmo ano. Na ocasião, Barroso votou pela inconstitucionalidade



do dispositivo, com exceção dos casos de calúnia. Ele foi acompanhado pelos ministros André Mendonça, Edson Fachin e Cármen Lúcia.

A divergência foi aberta em maio pelo ministro Flávio Dino, que defendeu a validade do agravamento da pena. O entendimento acabou prevalecendo, com votos de Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Nunes Marques e Dias Toffoli, formando a maioria no julgamento.

“A análise de alguns eventos que atingiram a democracia brasileira revela que não está em jogo a crítica pública legítima aos poderes constituídos, mas sim reprováveis ataques contra as instituições”, disse Gilmar Mendes nesta quinta-feira, 5.

“O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal”, seguiu o decano da Corte.

Durante a sessão desta quinta-feira, o ministro Nunes Marques destacou que o sistema penal já impõe salvaguardas relevantes, como a exigência de dolo específico e a possibilidade da exceção da verdade nos crimes contra a honra, o que, segundo ele, afasta a criminalização de críticas legítimas, ainda que duras, dirigidas a autoridades públicas.

“Não há crime contra a honra na hipótese do exercício de crítica dirigida contra o servidor, ainda que de forma ácida, rude ou grosseira”, pregou Nunes Marques.

Dias Toffoli e Alexandre de Moraes participaram por videoconferência da sessão plenária desta quinta-feira. O ministro Luiz Fux está afastado por licença médica após um quadro de pneumonia.

A ação foi proposta pelo Partido Progressista, que questionava a validade do inciso II do artigo 141 do Código Penal, dispositivo que prevê o acréscimo de um terço na pena quando os crimes contra a honra são cometidos nessas circunstâncias. Para a legenda, a norma conferiria proteção excessiva à honra de agentes públicos em detrimento dos demais cidadãos, em afronta ao princípio da igualdade e ao Estado Democrático de Direito.

A discussão no Supremo ocorre em um contexto mais amplo de queixas recorrentes dos ministros sobre hostilidades dirigidas à Corte, especialmente nas redes sociais. Integrantes do tribunal têm afirmado que se tornaram alvo de uma escalada de ofensas, ataques pessoais e ameaças, frequentemente associadas a decisões sensíveis ou à atuação institucional do STF.

No ano passado, sob a alegação de que os ministros passaram a enfrentar riscos concretos à integridade física, o então presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, autorizou a ampliação permanente da segurança pessoal de todos os integrantes da Corte. A medida garantiu proteção integral, dia e noite, inclusive durante deslocamentos, não apenas aos ministros em exercício, mas também aos aposentados - caso do próprio Barroso, que deixou o tribunal, mas segue amparado pelo esquema de segurança mantido pelo STF.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

JUSTIÇA - MINISTRO DO STJ ACUSADO DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL PEDE LICENÇA MÉDICA

Tribunal abriu sindicância para apurar a acusação contra Marco Aurélio Buzzi, que nega ter cometido o crime

Da Agência Brasil

O ministro Marco Aurélio Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), apresentou, nesta quinta-feira (5), um atestado médico e ficará afastado das próximas sessões do tribunal por questões de saúde.

O afastamento ocorre um dia após o STJ abrir uma sindicância para apurar a acusação de importunação sexual que teria sido praticada pelo ministro contra uma jovem de 18 anos. Ele nega a acusação.

A jovem, que é filha de um casal de amigos do ministro, acusa Buzzi de tentar agarrá-la durante um banho de mar. O episódio teria ocorrido no mês passado, quando o ministro, a jovem e seus pais passavam férias em Balneário Camboriú, litoral de Santa Catarina.

A acusação foi formalizada por meio de um boletim de ocorrência. O caso também está em tramitação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apura as consequências administrativas da denúncia. A parte criminal é conduzida pelo ministro do STF Nunes Marques. Por ser ministro do STJ, Buzzi tem foro privilegiado no Supremo.

O ministro disse que foi surpreendido “com o teor das insinuações divulgadas por um site, as quais não correspondem aos fatos. Repudia, nesse sentido, toda e qualquer ilação de que tenha cometido ato impróprio”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 06/02/2026

JUSTIÇA - MORAES DIZ QUE JUIZ PODE TER AÇÕES DE EMPRESAS

Além disso, ministro do STF afirmou que não há problema receber por palestra e classificou críticas como má-fé

Do Estadão Conteúdo



Segundo Moraes, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional só impede que o magistrado seja sócio-dirigente de empresas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou nesta quarta (4) que juízes podem receber por palestras e ter ações de empresas, desde que não atuem como sócios- -dirigentes. Durante a sessão, o ministro classificou como “má-fé” críticas sobre a atuação

de ministros da Corte.

As declarações foram feitas durante o julgamento que discute a validade da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que restringiu o uso das redes sociais por magistrados.

Segundo o ministro, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) somente impede que o magistrado seja sócio-dirigente de empresas. Moraes disse que a magistratura é a carreira pública com mais vedações de condutas.

“O magistrado pode receber por palestras, pode ser acionista [de empresa]. A Loman diz que não pode ser sócio-dirigente. Se assim não fosse, nenhum magistrado poderia ter aplicação em um banco, ações de um banco. É acionista de um banco, então não vai poder julgar ninguém do sistema financeiro”, afirmou.

O ministro Dias Toffoli também concordou com Moraes. “Teria que doar sua herança a alguma entidade de caridade, se ele [juiz] tem um pai ou uma mãe que é acionista de uma empresa ou fazenda. Vários magistrados são fazendeiros, são donos de empresas. Não exercendo a administração, eles têm todo direito de receber seus dividendos”, completou.

Parentes

Alexandre de Moraes também disse que o Supremo não liberou a participação de membros do tribunal nos julgamentos que envolvem escritórios de advocacia de parentes. Em 2023, a Corte derrubou a alteração do Código de Processo Civil (CPC) que ampliou o impedimento de juízes.



“O magistrado não pode ter ligação com o processo que julga. Todos os magistrados, inclusive os magistrados desta Suprema Corte, não julgam nunca nenhum caso que tem ligação”, afirmou.

Código de Ética

O pronunciamento de Moraes e Toffoli sobre a conduta de juízes ocorre no momento em que o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, discute a adoção da criação de um Código de Ética para o Supremo.

No mês passado, os ministros foram criticados pela conduta envolvendo as investigações sobre o Banco Master.

Moraes negou ter participado de um encontro com o ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, no primeiro semestre de 2025, na casa do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

O suposto encontro foi noticiado pelo Portal Metrôpoles e teria ocorrido em meio ao processo de tentativa de compra do Master pelo BRB. Em nota à imprensa, Moraes classificou a reportagem como “falsa e mentirosa”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

JUSTIÇA – TJ-PB VETA OBRIGATORIEDADE DO USO DA BÍBLIA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Regimento Interno também obrigava o presidente da Casa a invocar a expressão “sob a proteção de Deus” na abertura das sessões

Do Estadão Conteúdo

O Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB) declarou nesta quarta-feira, 4, inconstitucional um trecho do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado, que obrigava o presidente da Casa a invocar a expressão “sob a proteção de Deus” na abertura das sessões e manter a Bíblia sobre a mesa.

A decisão foi tomada por 10 votos, com uma abstenção, pelo Órgão Especial do tribunal, que acolheu os argumentos do Ministério Público da Paraíba.

Procurada, a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) não respondeu aos questionamentos da reportagem. O espaço segue aberto.

De acordo com o Ministério Público, os dispositivos impugnados afrontam os princípios constitucionais da laicidade do Estado, da liberdade religiosa, da igualdade, da impessoalidade e da neutralidade estatal diante das religiões, previstos na Constituição do Estado da Paraíba e em simetria com a Constituição Federal. O órgão também sustentou que as normas regimentais violam os princípios da legalidade, da isonomia e do interesse público ao impor práticas de cunho religioso em ambiente institucional.

Durante o julgamento, o desembargador Ricardo Vital de Almeida afirmou que a exigência configura preferência institucional indevida. “Tal imposição evidencia uma predileção institucional inaceitável. Essa conduta chega a marginalizar as minorias religiosas, cujos textos sagrados são distintos, bem como cidadãos ateus e agnósticos, que se veem representados por uma instituição que adota símbolos que lhes são estranhos ou contrários”, disse.

Em defesa apresentada ao processo, a Assembleia Legislativa da Paraíba sustentou que a expressão e a presença da Bíblia têm caráter simbólico e protocolar, sem impor prática religiosa ou obrigatoriedade de adesão, e afirmou tratar-se de tradição adotada por diversas casas legislativas do País.

O presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), Adriano Galdino (Republicanos), disse que vai recorrer da decisão. De acordo com ele, a procuradoria da ALPB “já está preparando recurso” contra a decisão, mas não vai entrar no mérito da discussão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026

JUSTIÇA - OPINIÃO – DIREITO - A NOVA ENGENHARIA DOS DISSÍDIOS COLETIVOS, AUTONOMIA PRIVADA E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA



THIAGO BENITO ROBLES

Advogado especialista em Direito Portuário, sócio na Advocacia Ruy de Mello Miller e professor universitário

opinio@portalbenews.com.br

Nesse contexto, ganha especial relevância o recente ato editado pelo TRT da 2ª Região, que disciplina de forma inédita o procedimento dos dissídios coletivos. A norma estabelece requisitos formais mais robustos, exige comprovação efetiva da tentativa de negociação e introduz instrumentos de racionalização do conflito, como a apresentação obrigatória de tabelas comparativas entre propostas e contrapropostas.

Como venho sustentando em outras publicações, a negociação coletiva no Brasil deixou há muito de ser apenas um instrumento episódico de solução de conflitos. Ela passou a ocupar posição central na arquitetura institucional das relações de trabalho, funcionando como espaço legítimo de construção de confiança, governança e autorregulação entre capital e trabalho. Esse movimento não surge de forma isolada. Ele resulta de uma convergência entre mudanças legislativas, decisões judiciais estruturantes e a própria evolução cultural das relações produtivas.

A negociação coletiva brasileira atravessa, portanto, um momento de redefinição institucional relevante. A ampliação do espaço negocial promovida pela reforma trabalhista, a consolidação da autonomia coletiva reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a recente regulamentação procedimental dos dissídios coletivos pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, publicada no DOU de ontem (5 de janeiro), revelam que o sistema caminha para um modelo mais técnico, estruturado e responsável de governança trabalhista.

A reforma introduzida pela Lei 13.467 de 2017 ampliou significativamente o campo da negociação coletiva ao reconhecer maior centralidade aos instrumentos pactuados entre capital e trabalho. Não se tratou apenas de flexibilização normativa, mas de uma aposta institucional na maturidade das relações coletivas. O Supremo Tribunal Federal reforçou essa diretriz ao reconhecer a validade da autonomia da vontade coletiva, inclusive quando os instrumentos negociais estabelecem condições diversas da legislação, desde que preservados os parâmetros constitucionais essenciais. Ao reconhecer a força normativa do negociado, o STF deslocou o eixo do sistema para a esfera da negociação, atribuindo às partes maior responsabilidade técnica e estratégica.

Nesse contexto, ganha especial relevância o recente ato editado pelo TRT da 2ª Região, que disciplina de forma inédita o procedimento dos dissídios coletivos. A norma estabelece requisitos formais mais robustos, exige comprovação efetiva da tentativa de negociação e introduz instrumentos de racionalização do conflito, como a apresentação obrigatória de tabelas comparativas entre propostas e contrapropostas. Trata-se de um movimento claro de institucionalização da negociação prévia como etapa essencial do processo coletivo, reduzindo o espaço para litigiosidade artificial e incentivando a construção de soluções negociadas.

A nova sistemática procedimental dos dissídios coletivos revela uma mudança qualitativa na forma como a Justiça do Trabalho passa a compreender o conflito coletivo. Ao exigir que a petição inicial apresente não apenas as pretensões das partes, mas também a demonstração concreta das tratativas



prévias e a organização comparativa das propostas, o tribunal desloca o foco do litígio para a racionalização do processo negocial. O dissídio coletivo deixa de ser concebido como instrumento primário de solução e passa a assumir função subsidiária, acionada apenas quando a negociação estruturada não alcança êxito.

Essa reorganização procedimental também reforça a lógica da cooperação processual aplicada ao direito coletivo do trabalho. Ao estabelecer deveres claros de boa-fé, transparência e colaboração, o modelo aproxima o dissídio coletivo de um processo orientado por governança institucional. O Judiciário passa a exigir das partes um comportamento negocial qualificado, não apenas sob a perspectiva jurídica, mas também sob o ponto de vista organizacional. A exigência de documentação das reuniões, registro das propostas e delimitação objetiva dos pontos controvertidos indica que o conflito coletivo passa a ser tratado como fenômeno técnico, e não apenas político.

Outro aspecto relevante dessa nova engenharia institucional é a centralidade atribuída à audiência de conciliação. O procedimento reforça a atuação ativa da Vice-Presidência Judicial na tentativa de construção de soluções consensuais, valorizando mecanismos de mediação e aproximando o dissídio coletivo de modelos contemporâneos de resolução adequada de conflitos. Essa diretriz não representa uma diminuição do papel jurisdicional, mas sim uma redefinição de sua função, que passa a privilegiar a gestão qualificada do conflito em vez da simples imposição de decisões normativas.

Sob o ponto de vista prático, a nova sistemática tende a produzir efeitos relevantes na dinâmica das negociações coletivas. A previsibilidade procedimental e a exigência de preparação técnica elevam o custo institucional da improvisação negocial. Empresas e entidades sindicais que não organizarem previamente suas estratégias, suas pautas e seus registros internos podem encontrar dificuldades para sustentar posições em eventual dissídio coletivo. O processo passa a exigir planejamento prévio, integração entre áreas jurídicas e operacionais e construção de narrativas negociais consistentes.

Além disso, a valorização do histórico negocial como elemento central do processo coletivo cria um novo parâmetro de legitimidade institucional. O tribunal passa a avaliar não apenas o conteúdo das cláusulas discutidas, mas também a qualidade do percurso negocial que antecede o ajuizamento do dissídio. Essa perspectiva reforça a ideia de que a negociação coletiva deixa de ser um evento isolado e passa a constituir um processo contínuo, cuja condução técnica influencia diretamente o resultado jurisdicional.

Nesse cenário, a instrumentalização dos dissídios coletivos assume contornos mais sofisticados. O procedimento passa a funcionar como extensão institucional da própria negociação, exigindo que as partes apresentem diagnósticos estruturados, dados econômicos e justificativas estratégicas para suas posições. O dissídio coletivo deixa de ser apenas um espaço de disputa retórica e passa a exigir fundamentação técnica consistente, alinhada às transformações recentes do direito coletivo do trabalho.

A própria estrutura procedimental prevista pelo tribunal evidencia essa mudança de paradigma. A audiência de conciliação passa a ocupar posição central, orientada por princípios de celeridade, eficiência e cooperação processual. O Judiciário assume papel mais ativo na gestão do conflito coletivo, sem substituir a negociação, mas exigindo que ela exista de forma real, documentada e transparente. O dissídio coletivo deixa de ser apenas um instrumento de substituição da vontade das partes e passa a funcionar como extensão institucional de um processo negocial previamente estruturado.

Esse cenário se conecta diretamente com a recente tese firmada pelo Tribunal Superior do Trabalho, segundo a qual a recusa arbitrária em negociar pode suprir o requisito do comum acordo para o ajuizamento do dissídio coletivo econômico. Ao reconhecer que a ausência reiterada às reuniões ou o abandono imotivado das tratativas viola a boa-fé objetiva, o TST envia um sinal claro ao mercado. A negociação coletiva deixa de ser apenas uma faculdade política e passa a ser também uma responsabilidade jurídica. Comportamentos oportunistas, estratégias de bloqueio ou simulações negociais passam a ter consequências institucionais concretas.

Para setores complexos e estratégicos como o ambiente portuário, historicamente marcado por elevada sensibilidade social e econômica, essa evolução normativa impõe novos padrões de atuação. A negociação coletiva deixa de ser um momento episódico e passa a exigir organização permanente, rastreabilidade das tratativas e planejamento técnico das relações de trabalho. Modelos negociais improvisados, sem método ou sem registros estruturados, tendem a perder espaço em um cenário no qual a boa-fé objetiva e a transparência se tornam critérios jurídicos relevantes.

Nesse novo arranjo institucional, a instrumentalização dos dissídios coletivos assume papel estratégico. O processo coletivo passa a demandar maior preparação técnica das partes, desde a organização interna das pautas até a documentação das etapas negociais. A exigência de comprovação das tratativas prévias e a valorização da conciliação judicial indicam que o Judiciário não pretende substituir a negociação, mas sim exigir que ela seja conduzida com maturidade institucional.

O conjunto dessas transformações aponta para uma conclusão inevitável. Os processos negociais precisam ser revistos e profissionalizados. A relação entre capital e trabalho não pode mais ser tratada como evento pontual ou reativo. Planejamento de mão de obra, gestão estratégica de pessoas e organização de processos coletivos não constituem invenções de consultoria, mas sim elementos essenciais da profissionalização da governança trabalhista. Em um ambiente econômico cada vez mais dinâmico e interdependente, deixar para outro momento a estruturação das relações coletivas significa transferir ao Judiciário decisões que deveriam nascer da capacidade negocial das próprias partes.

O sistema jurídico brasileiro parece caminhar para um modelo no qual autonomia coletiva e responsabilidade institucional se tornam indissociáveis. A negociação coletiva deixa de ser apenas instrumento de resolução de conflitos e passa a ocupar posição central na arquitetura da estabilidade social e econômica. Profissionalizar a negociação não é uma escolha estratégica isolada. É uma exigência do próprio tempo institucional que se consolida diante dos nossos olhos.

A VALORIZAÇÃO DO HISTÓRICO NEGOCIAL COMO ELEMENTO CENTRAL DO PROCESSO COLETIVO CRIA UM NOVO PARÂMETRO DE LEGITIMIDADE INSTITUCIONAL. O TRIBUNAL PASSA A AVALIAR NÃO APENAS O CONTEÚDO DAS CLÁUSULAS DISCUTIDAS, MAS TAMBÉM A QUALIDADE DO PERCURSO NEGOCIAL QUE ANTECEDE O AJUIZAMENTO DO DISSÍDIO

Thiago Benito Robles escreve quinzenalmente para o BE News, com seus textos sendo publicados às quartas-feiras. E eventualmente às sextas-feiras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/02/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

STF FORMA MAIORIA PARA CONSIDERAR CAIXA 2 CRIME ELEITORAL E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Ministros seguiram o voto do relator, o ministro Alexandre de Moraes



O Supremo Tribunal Federal decidiu nesta sexta-feira por unanimidade considerar a prática de caixa dois como crime eleitoral e improbidade administrativa. Desta forma, o delito poderá ser julgado pelos tribunais comum e eleitoral. O caso tem repercussão geral e acaba endurecendo a punição para o tipo penal em ano eleitoral.



Os ministros seguiram o voto do relator, o ministro Alexandre de Moraes, que escreveu o seguinte:

“É possível a dupla responsabilização por crime eleitoral caixa dois (art. 350 do Código Eleitoral) e ato de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992), pois a independência de instâncias exige tratamentos sancionatórios diferenciados entre os atos ilícitos em geral (cíveis, penais e político-administrativos) e os atos de improbidade administrativa”.

O caso começou a ser julgado pelo plenário virtual em 19 de dezembro de 2025 e se encerrou nesta sexta-feira.

Moraes entendeu que, se for reconhecida na Justiça eleitoral, a inexistência do fato ou a "negativa de autoria do réu", a decisão, então, "repercute na seara administrativa".

"Compete à Justiça Comum processar e julgar ação de improbidade administrativa por ato que também configure crime eleitoral", completou o ministro do Supremo.

O crime de caixa dois é definido no Código Eleitoral como a não declaração do valor que um candidato ou fornecedor recebeu para a campanha eleitoral. A pena é de até cinco anos de prisão. Já o delito de improbidade administrativa prevê sanções cíveis e políticas, como perda de bens, pagamento de multa e a perda da função pública.

O voto de Moraes foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, André Mendonça, Dias Toffoli, Edson Fachin, Luiz Fux, Flávio Dino, Nunes Marques e Gilmar Mendes, que seguiu o relator com ressalvas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/02/2026

CORREIOS VÃO VENDER 21 IMÓVEIS EM LEILÕES NESTE MÊS; OBJETIVO É ARRECADAR R\$ 1,5 BI ATÉ DEZEMBRO

Iniciativa faz parte de plano montado pela empresa para sanar prejuízo acumulado nos últimos anos

Por Bernardo Lima — Brasília

Os Correios colocaram imóveis da estatal à venda, em mais uma etapa do plano de reestruturação para equilibrar a situação financeira da empresa. Segundo anúncio desta sexta-feira, os primeiros leilões estão programados para os dias 12 e 26 de fevereiro.

Nesta primeira rodada, os Correios vão ofertar 21 imóveis. De acordo com os Correios, a expectativa é arrecadar até R\$ 1,5 bilhão até dezembro com este primeiro leilão e a venda de outros ativos que estão no processo de preparação.

Entre os imóveis que serão leiloados, estão prédios administrativos, antigos complexos operacionais, terrenos, galpões, lojas e apartamentos funcionais, com valores iniciais que variam de R\$ 19 mil a R\$ 11 milhões.

“Os certames em andamento contemplam imóveis localizados nos estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo”, detalha a estatal,

Segundo a empresa, a arrecadação das vendas será destinada ao fortalecimento das operações, à modernização da infraestrutura logística e à sustentabilidade de longo prazo da estatal.

Plano de demissão

Nesta semana houve a abertura das inscrições para o Plano de Desligamento Voluntário (PDV) previsto para cerca de 10 mil funcionários neste ano.

Segundo o plano anunciado pela empresa em dezembro, a expectativa é de que até 15 mil funcionários façam parte do plano de demissão até 2027. Os Correios estimam uma economia R\$ 2,1 bilhões anuais com os desligamentos.

As demissões estão prevista para ocorrer ao longo de 2026 e 2027, com cerca de 10 mil cortes neste ano e mais cinco mil no ano que vem.

Medidas anunciadas

Além das demissões, os Correios também preveem o fechamento de mil agências, com um economia prevista de R\$ 2,1 bilhões.

Mesmo com as medidas, os Correios devem apresentar um déficit de em torno de R\$ 9 bilhões em 2025. A tendência é de que haja um prejuízo ainda maior no ano que vem, segundo o presidente da empresa. Os Correios só devem voltar a dar lucro a partir de 2027.

O plano será implementado para reverter 12 trimestres seguidos de prejuízos das empresa. Atualmente, a empresa enfrenta um déficit estrutural de mais de R\$ 4 bilhões anuais por causa do cumprimento da universalização do serviço postal em locais remotos.

Confira as principais medidas anunciadas abaixo:

- Empréstimo de R\$ 12 bilhões (R\$ 10 bilhões neste ano, e R\$ 2 bilhões em 2026).
- Mais R\$ 8 bilhões em operação de crédito em 2026
- Plano de demissão voluntária para 15 mil funcionários com economia de R\$ 2,1 bilhões anuais
- Revisão de planos de saúde, com economia de R\$ 700 milhões
- Fechamento de mil agências deficitárias e redesenho da malhas, com impacto positivo de R\$ 2,1 bilhões
- Novas parcerias e diversificação de atividades (serviços financeiros e seguros), com ganho esperado de R\$ 1,7 bilhão
- Venda e alienação de imóveis e ativos, com receita estimada de R\$ 1,5 bilhão
- Empréstimo de R\$ 4,4 bilhões com banco dos Brics para modernização de serviços e tecnologias
- Contratação de consultoria para rever modelo organizacional e societário

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/02/2026

UNIÃO EUROPEIA PREVÊ NOVA RODADA DE SANÇÕES CONTRA A RÚSSIA

Pacote foi elaborado para coincidir com 24 de fevereiro, quando a invasão da Ucrânia pelos russos completa quatro anos

Por AFP



Guerra entre Ucrânia e Rússia completa quatro anos e UE prevê novas sanções ao governo de Vladimir Putin — Foto: Nanna Heitmann/The New York Times

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, propôs nesta sexta-feira uma nova rodada de sanções contra a Rússia que afetam bancos, operadores de criptomoedas, metais e o petróleo bruto.

O pacote foi elaborado para coincidir com 24 de fevereiro, quando a invasão da Ucrânia pelos russos completa quatro anos.

As últimas medidas da União Europeia (UE) contra o Kremlin ocorrem enquanto os Estados Unidos atuam como mediadores em negociações diretas entre Rússia e Ucrânia para tentar interromper os combates.

"A Rússia só se sentará à mesa com intenção genuína se for pressionada a fazê-lo. É a única linguagem que entende", declarou von der Leyen.

A proibição de serviços marítimos, como seguros e acesso a portos, para as exportações de petróleo bruto russo é a mais recente tentativa de Bruxelas de asfixiar as principais receitas energéticas de Moscou.

Von der Leyen afirmou que a UE tentará aplicar a proibição em coordenação com "parceiros afins", após uma decisão do G7.

Além disso, Bruxelas quer reforçar os controles sobre a "frota fantasma" de petroleiros que Moscou utiliza para contornar as restrições às exportações de petróleo, assim como sobre os navios que transportam gás natural liquefeito.

O bloco também pretende incluir outros 20 bancos russos na lista negativa e estuda medidas contra operadores de criptomoedas para tentar "fechar uma via de evasão".

As exportações russas de metais, produtos químicos e materiais críticos, avaliadas em cerca de US\$ 670 milhões de dólares (R\$ 3,5 bilhões) por ano, serão acrescentadas à lista de produtos proibidos.

Funcionários disseram à AFP que a UE estuda interromper a venda de determinadas máquinas ao Quirguistão para evitar que cheguem à Rússia.

Será a primeira vez que o bloco utiliza um mecanismo para interromper categorias inteiras de exportações a um país específico.

Os 27 Estados-membros da UE precisam adotar as sanções para que entrem em vigor. Elas serão debatidas na segunda-feira, em Bruxelas.

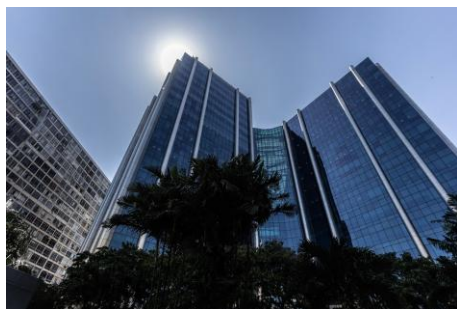
Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/02/2026

PETROBRAS RETOMA ATUAÇÃO NA ÁFRICA COM COMPRA DE BLOCO NA NAMÍBIA

Estatual adquire 42,5% de participação em bloco exploratório em parceria com a TotalEnergies

Por Bruno Rosa — Rio



Prédio da Petrobras na rua do Senado — Foto: Dado Galdieri/Bloomberg

A Petrobras voltou a investir na África. A estatal anunciou nesta sexta-feira que adquiriu 42,5% de participação no Bloco 2613, localizado na costa da Namíbia. A operação foi realizada em parceria com a TotalEnergies, que também comprou 42,5% e será a operadora do bloco. As duas petroleiras adquiriram as participações das empresas Maravilla, que deixa o ativo, e Eight, que passará a deter apenas 5%.

Além disso, a Namcor Exploration and Production (PTY), empresa estatal controlada pelo governo da Namíbia, terá 10% de participação no ativo. O bloco está situado na Bacia de Lüderitz e cobre uma área de cerca de 11 mil quilômetros quadrados na costa do país.

— A aquisição de novos blocos é fundamental no planejamento de médio e longo prazo da Petrobras, visando à manutenção das reservas de óleo e gás. Temos avaliado com muito cuidado áreas que têm

mostrado boas perspectivas, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. A atuação com parceiros nesse novo bloco marca a volta da Petrobras à Namíbia e será muito importante dentro da estratégia de busca de novas fronteiras pela companhia — afirmou Magda Chambriard, presidente da Petrobras.

Segundo a estatal, a aquisição está alinhada à estratégia de longo prazo da companhia, voltada à diversificação do portfólio e à recomposição das reservas de petróleo e gás por meio da exploração de novas fronteiras e do fortalecimento de parcerias estratégicas.

— Temos bastante conhecimento geológico da região, em grande parte análoga às nossas bacias sedimentares. Olhamos com atenção para a costa oeste africana e as boas oportunidades na África. Foi assim em São Tomé e Príncipe, na África do Sul e, agora, na Namíbia — concluiu a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia Anjos

Reservas

Recentemente, a estatal elevou suas estimativas de reservas provadas em 1,7 bilhão de barris de óleo equivalente (boe). Com isso, o volume total alcançou 12,1 bilhões de boe. Desse total, 84% correspondem a óleo e condensado, e 16%, a gás natural.

A relação entre reservas provadas e produção é de 12,5 anos, segundo a companhia. A adição de reservas ocorreu principalmente em função de novas perfurações nos campos de Búzios, Tupi, Itapu e Mero, na Bacia de Santos; do desenvolvimento dos campos de Budião, Budião Noroeste e Budião Sudeste, em águas profundas da Bacia de Sergipe-Alagoas; e de projetos de novos poços, sobretudo em Búzios, Tupi, Marlim Sul e Jubarte, nas bacias de Santos e Campos.

Sépia e Atapu

A estatal informou ainda que recebeu R\$ 1,65 bilhão referentes ao complemento de compensação firme (repartição de lucros de acordo com o desempenho financeiro) dos campos de Sépia e Atapu, relativo ao exercício de 2025.

Em Sépia, o valor foi pago por Petronas, QatarEnergy e TotalEnergies. Em Atapu, o pagamento foi realizado por TotalEnergies e Shell. Segundo a Petrobras, estão previstos pagamentos adicionais até 2032.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/02/2026

HADDAD FALA EM 'ESTUPRO' DAS CONTAS PÚBLICAS AO CRITICAR POLÍTICA FISCAL DE 2022

Ministro comentou situação fiscal herdada durante reunião do Diretório Nacional do PT, em Salvador
Por Bruna Lessa — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira que a transição entre os anos de 2022 e 2023 foi marcada por um “estupro” das contas públicas, em referência às medidas adotadas no último ano do governo Jair Bolsonaro.

A declaração foi dada durante reunião do Diretório Nacional do PT, em Salvador. Haddad fez questão de dizer que estava falando como militante do partido, já que está oficialmente de férias nesta sexta.

— O que aconteceu de 2022 para 2023 é uma espécie de estupro das contas públicas, uma coisa alucinada que aconteceu. Qual é a narrativa da oposição? "Nós entregamos em 2022 um superávit primário, e o governo Lula inaugurou uma fase de enormes déficits primários que estão acabando com as finanças do País". Essa é a narrativa — disse o ministro.

Segundo Haddad, os números divulgados ao fim de 2022 não refletiam a real condição das finanças públicas, pois foram influenciados por decisões tomadas no contexto eleitoral. Ele citou a aprovação de medidas que permitiram adiar despesas e alterar regras fiscais, o que, em sua avaliação, criou uma aparência de equilíbrio que não se sustentava no orçamento do ano seguinte.

O ministro disse que a forma como essas iniciativas foram adotadas dificulta explicar à população o que de fato ocorreu na mudança de governo.

— É muito difícil explicar para as pessoas o que aconteceu em 2022 e o que aconteceu em 2023, porque a forma como isso aconteceu foi a mais ardilosa já vista na história do Brasil — declarou.

O ministro também associou o debate sobre as contas públicas à disputa política e à comunicação do governo. Segundo ele, há resistência em aceitar dados oficiais sobre a situação fiscal, o que contribui para versões distorcidas sobre a responsabilidade pelos déficits.

Haddad participou do encontro do PT em Salvador como debatedor em atividades do partido, após solicitar licença de um dia do Ministério da Fazenda. O afastamento ocorre no mesmo mês em que o ministro deixará o comando da pasta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/02/2026

MINERAIS CRÍTICOS: GOVERNO LULA EVITA PACTO DOS EUA E DEVE ASSINAR ACORDO COM A ÍNDIA

Governo prioriza acordos bilaterais e evita “camisa de força”

Por Eliane Oliveira — Brasília



O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, e o presidente Lula — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

Convidado pelos Estados Unidos, ao lado de mais de 50 países, a aderir a uma coalizão internacional voltada ao fornecimento, à mineração e ao refino de minerais críticos, com o objetivo de reduzir a dependência da China, o governo Lula pode recusar o convite. Segundo interlocutores familiarizados com o tema, o governo brasileiro está disposto a discutir o assunto, mas prefere fazê-lo de forma bilateral, sem aderir a pactos que possam impor restrições à sua autonomia.

Já existem conversas em andamento com a União Europeia, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve assinar um acordo sobre minerais críticos com a Índia durante a viagem que fará ao país após o Carnaval. Nas palavras de um importante integrante do governo, não há interesse em “entrar em camisa de força”, numa referência a iniciativas recentes lideradas pelos EUA.

A expectativa é que o tema seja levantado no encontro entre Lula e o presidente americano, Donald Trump, previsto para o mês que vem, em Washington. O mandatário brasileiro deve deixar claro que o país não tem interesse em se tornar apenas um fornecedor de matéria-prima nem em funcionar como uma espécie de reserva estratégica a ser acionada conforme a conveniência do governo americano.

Qualquer negociação, segundo interlocutores, terá como objetivo ampliar a capacidade brasileira de processar minerais críticos, agregando valor à produção e fortalecendo a indústria nacional.



Integrantes do governo ressaltam que, enquanto os EUA buscam ampliar o acesso a insumos como lítio, grafita, cobre, níquel e terras raras, além da criação de mecanismos de preço mínimo para dar previsibilidade ao mercado e reduzir a volatilidade, o Brasil não abrirá mão de alguns princípios: universalidade de parceiros, preservação da autonomia nacional e foco no processamento interno.

Nesse contexto, explicam, o Brasil não é parte de nenhum compromisso internacional sobre exploração ou fornecimento de minerais críticos. A diretriz atual é a universalidade: o país está disposto a conversar com Estados Unidos, China, União Europeia, Índia ou qualquer outro interessado.

Um ponto de atenção, segundo esses interlocutores, é evitar a repetição de práticas históricas em que o Brasil exportou matérias-primas sem processamento e depois importou produtos industrializados. O objetivo é dominar o ciclo do processamento, reconhecendo que, em setores como petróleo ou minério de ferro, o país já avançou parcialmente, mas ainda exporta muito mais do que transforma internamente.

A avaliação dentro do governo é que o Brasil possui grande potencial em minerais críticos, inclusive em áreas ainda pouco prospectadas, e há referências recorrentes de entidades internacionais que apontam o país como detentor de uma das maiores reservas do mundo. Justamente por isso, afirmam auxiliares de Lula, não interessa ao Brasil aderir a pactos desenhados para atender prioritariamente aos interesses de outros países.

Segundo esses auxiliares, o tema dos minerais críticos ganhou relevância ao longo do atual mandato, à medida que o governo passou a ter maior clareza sobre agendas e compromissos herdados de gestões anteriores. Diferentemente de outras commodities, como café ou petróleo — que já tiveram ou ainda têm algum tipo de governança internacional —, não existe hoje um regime global consolidado para esses minerais, o que abriu espaço para propostas distintas, inclusive de caráter geopolítico, envolvendo também terras raras e inteligência artificial.

Em reunião realizada em Washington, na última quinta-feira, que deveria ter caráter ministerial no Departamento de Estado americano, o Brasil foi representado por um diplomata de nível técnico, que acompanhou as discussões sem assinar qualquer documento ou assumir compromissos.

Os Estados Unidos, segundo auxiliares de Lula, convidaram um grande número de países e já vêm firmando acordos bilaterais, muitos deles de caráter confidencial, cujos termos não são tornados públicos. Não há informações detalhadas sobre o que foi negociado com países como Índia, Indonésia e Vietnã.

A avaliação é que esses entendimentos tendem a incluir cláusulas relacionadas a minerais críticos, muitas vezes com exigências consideradas restritivas, como compromissos de fornecimento preferencial ou exclusivo, com o objetivo de impedir o acesso de concorrentes estratégicos a esses recursos — um modelo que não interessa ao Brasil.

Os minerais críticos e as terras-raras são insumos essenciais para a economia contemporânea, por sustentarem cadeias industriais estratégicas ligadas à transição energética, à digitalização e à segurança nacional. Eles são utilizados na produção de baterias para veículos elétricos, turbinas eólicas, painéis solares, chips e semicondutores, ímãs de alta potência, além de equipamentos de telecomunicações, sistemas de defesa e tecnologias associadas à inteligência artificial.

Chamados de “críticos” não pela raridade geológica, mas pela importância econômica e pelo risco de abastecimento, esses minerais ganharam centralidade na disputa geopolítica global à medida que poucos países concentram a extração, o refino e o processamento desses materiais.

APÓS DECISÃO DE DINO SOBRE 'PENDURICALHOS', PRESIDENTE DO TJ-SP ADMITE REVER VERBAS EXTRAS PAGAS A MAGISTRADOS

Ministro do STF determinou suspensão do pagamento nos Três Poderes; no início da semana, em sua posse, Francisco Eduardo Loureiro havia afirmado que manteria a política de remuneração de magistrados

Por Sérgio Quintella — São Paulo



Desembargador Francisco Loureiro, presidente do Tribunal de Justiça de 2026 a 2028 — Foto: Divulgação/IASP

O novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Francisco Eduardo Loureiro, afirmou nesta sexta-feira que poderá rever os pagamentos de remunerações extras a magistrados paulistas, na esteira da decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a revisão e suspensão de "penduricalhos" nos três Poderes.

Segundo Loureiro, as rubricas serão verificadas de forma individual.

—Trata-se de uma decisão que diz que nós devemos pagar aquilo que está de acordo com a lei e com decisões do próprio Supremo. Para nós, não provoca nem surpresa, nem qualquer tipo de alteração. Nós vamos continuar, como sempre continuamos, a cumprir aquilo que o Supremo determina.

E completou:

Congresso aprova 'escala 3x1' e aumenta gastos em ano eleitoral

— A política salarial da magistratura é composta do subsídio, que é o salário, que tem o teto do Supremo previsto na Constituição, e também de indenizações, e diz respeito a verbas que não foram pagas no tempo oportuno e que são pagas de forma parcelada, porque não há dinheiro para pagar a vista no orçamento.

Segundo ele, o TJ vai verificar a rubrica de cada uma dessas verbas e verificar se elas se amoldam ou não à decisão do ministro Dino.

—Isso será feito de forma técnica e comunicado, evidentemente, ao Supremo Tribunal Federal. Não há qualquer problema, nem qualquer desconforto nisso - disse o presidente do TJ.

A fala do desembargador ocorre dias depois de ele afirmar que manteria a política de "penduricalhos" no órgão. Na segunda-feira, durante evento no Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), ele afirmou que não haveria mudanças nas remunerações.

— Os pagamentos, as indenizações estão mantidas, assim como os subsídios. Não haverá mudança na política salarial — disse na ocasião.

Projetos: Reajuste e gratificação para servidores do Legislativo vão custar R\$ 790 milhões em 2026
A decisão de Flávio Dino sobre "penduricalhos" ilegais do serviço atinge uma lista de benefícios que favorecem os supersalários entre servidores de categorias privilegiadas, que chegam a ganhar mais que o teto constitucional. Entre esses benefícios estão gratificações como "auxílio-peru", "auxílio panetone", "auxílio Iphone" e "auxílio-locomção".

A decisão de Dino será analisada pelos demais ministros da Corte no plenário no dia 25 de fevereiro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/02/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BRB VENDE R\$ 5 BILHÕES EM ATIVOS PARA ESTANCAR CRISE DE LIQUIDEZ APÓS ESCÂNDALO DO CASO MASTER

Banco ainda negocia a venda de ativos comprados do Master para tentar diminuir necessidade de aportes do governo do GDF

Por Alvaro Gribel e Daniel Weterman

BRASÍLIA — O Banco de Brasília (BRB) vendeu R\$ 5 bilhões de ativos para estancar a fuga de capitais após a liquidação do Master e a Operação Compliance Zero, que afastou o ex-presidente da instituição Paulo Henrique Costa por suspeitas de irregularidades. A venda ocorreu para fazer frente aos saques e reforçar a liquidez do banco estatal.

De um lado, pessoas próximas à instituição reconhecem que houve essa crise de confiança, mas, por outro, acreditam que o banco é sólido e tem uma carteira de ativos valorizados no mercado e que pode ser vendida com facilidade para conter a sangria no caixa da instituição.

O BRB também negocia a venda de quase R\$ 1 bilhão em carteiras de crédito concedido a Estados e municípios, conforme revelou o Estadão, com garantias do Tesouro, para Itaú e Bradesco. Isso poderia fazer o banco levantar mais R\$ 730 milhões — valor presente das carteiras. O banco recebeu sinal positivo do Tesouro para a operação e espera só a troca das titularidades.

Em paralelo, o BRB vem tentando vender os ativos comprados do Master, em meio à desconfiança de que esses investimentos possam valer menos do que foi pago pelo banco. O novo presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, esteve em São Paulo na última quarta-feira, 4, conversando com bancos públicos e privados sobre essa venda.

Essas operações têm como objetivo injetar liquidez no BRB e diminuir o tamanho do banco, para reduzir a necessidade de aportes de capital do ente controlador, o governo do Distrito Federal. Como o Estadão mostrou, o Executivo distrital enfrenta problemas de caixa.

O tamanho do deságio (desconto) na venda desses ativos será determinante para o sucesso da estratégia.



BRB negocia a venda de quase R\$ 1 bilhão em carteiras de crédito concedido a Estados e municípios Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Nesta sexta-feira, 6, o banco estatal apresentou ao Banco Central um cardápio de opções para esses aportes. Segundo apurou o Estadão, foram colocadas quatro opções na mesa: o governo do DF pegar um empréstimo com um consórcio de banco, um empréstimo com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), a estruturação de um fundo com ativos imobiliários do DF e uma solução de mercado para as carteiras do Master compradas pelo BRB. Essas três primeiras ações precisam ser aprovadas pela Câmara Legislativa do DF.

O objetivo do aporte é aumentar o patrimônio líquido do banco público (dinheiro dos donos dentro da instituição). O BRB precisa apresentar o balanço de 2025 até o dia 31 de março e quer soltar nessa data os números com a solução para os problemas criados com a operação com o Master.

Consignado e saque-FGTS



Segundo apurou o Estadão, os R\$ 5 bilhões foram levantados com a venda de carteiras de crédito consignado e de antecipação de saque-FGTS que faziam parte do balanço do BRB. Esses ativos são considerados de baixo risco pelo mercado financeiro, e por isso têm alta liquidez, ou seja, são vendidos rapidamente.

Quando um banco sofre uma crise de confiança, com resgate de recursos por parte de correntistas e investidores, ele é obrigado a vender ativos para honrar esses compromissos e atender às regras de prudência bancária exigidas pelo Banco Central.

Segundo relato de pessoas próximas à cúpula do banco, o presidente Nelson Antônio de Souza entende que o pior momento da crise de confiança foi superada, com a normalização e até a volta de antigos clientes para o banco. Ainda assim, o BRB aguarda a conclusão de uma auditoria externa para chegar ao valor exato da precificação dos ativos comprados junto ao Master.

O BRB comprou R\$ 12,2 bilhões de créditos inexistentes do Master, mas, após conversas com o Banco Central, trocou esses créditos por uma lista de outros ativos, que chegaram a cerca de R\$ 10 bilhões. Além disso, o Master disponibilizou outros R\$ 10 bilhões em garantias extras ao BRB. Como o banco quebrou por suspeitas de fraudes, a auditoria ainda precisa levantar a qualidade desses papéis.

Em depoimento à Polícia Federal, o diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino, afirmou que o BRB pode ter um buraco de R\$ 5 bilhões no seu balanço em função das operações com o Master.

Se o BRB conseguir compradores para esses ativos do Master, a necessidade de aportes no banco diminui. Por isso, essa é uma das prioridades da atual gestão. Fontes próximas à cúpula do banco afirmam que há conversas com diversas instituições, como o BTG Pactual, XP Investimentos, Bradesco, Itaú, além de Caixa e Banco do Brasil.

A estratégia, daqui para frente, será fazer o BRB se voltar para ser um banco regional, em uma guinada de 180 graus em relação ao plano de Paulo Henrique Costa, que queria aumentar a presença do BRB por todo território nacional, em especial na região Nordeste. A fusão com o Master, vetada pelo Banco Central, tinha oficialmente esse objetivo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 06/02/2026

GOVERNO LULA DESCARTA ENTRAR EM ALIANÇA DE TRUMP SOBRE MINERAIS CRÍTICOS

Prioridade é firmar acordos bilaterais com outros países, estabelecendo que o Brasil processe e não só exporte a matéria-prima para outras nações

Por Gabriel de Sousa (Broadcast)

BRASÍLIA - O Brasil descarta aderir à aliança dos Estados Unidos sobre minerais críticos proposta pelo presidente americano, Donald Trump. A prioridade é firmar acordos bilaterais com outros países, estabelecendo que o Brasil processe e não só exporte a matéria-prima para outras nações.

O Estadão/Broadcast apurou que o governo observa a iniciativa de Trump como uma forma de definir como será o comércio global dos minerais críticos e terras raras a partir dos interesses americanos.

Na quarta-feira, 4, Trump convidou uma série de países para formar um bloco comercial visando criar parcerias no setor de minerais críticos. Convidado, o Brasil enviou um diplomata de nível baixo para indicar que não deve participar da iniciativa da Casa Branca. A intenção foi ficar por dentro do assunto e acompanhar os discursos sobre o tema.



Os presidentes Donald Trump e Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro no ano passado Foto: Ricardo Stuckert/PR

Enquanto os EUA tentam centralizar o comércio diante do monopólio chinês no mercado, os planos de Lula são diferentes, e o Brasil quer realizar acordos sobre o tema com diferentes países, tendo o processamento brasileiro como condição.

O tema deve ser levado por Lula nas próximas reuniões bilaterais com líderes, como a viagem que o petista fará para a Índia no fim do mês. Com os indianos, o governo brasileiro discute um acordo sobre minerais críticos, segundo pessoas a par do assunto ouvidas pelo Estadão/Broadcast. As conversas são preliminares e devem ser feitas até o desembarque do petista em Nova Délhi.

Na Índia, conforme apurou a reportagem, Lula também deve participar de uma cúpula de autoridades que discutirão assuntos relacionados à inteligência artificial. O comércio entre Brasil e Índia alcançou um recorde em 2025, superando a cifra de R\$ 15 bilhões.

O movimento de Trump sobre minerais críticos é semelhante à proposta da Casa Branca de criar um Conselho de Paz como solução para Gaza, mas que se mostrou uma alternativa às funções da Organização das Nações Unidas (ONU) para conflitos mundiais sob a presidência e poder de veto de Trump. O governo brasileiro resiste a entrar na aliança militar, e Lula recomendou a Trump que ela se limite à questão palestina e que os líderes se engajem em promover reformas na ONU.

Conforme apurou o Estadão/Broadcast, o governo acredita que uma eventual negativa não deve prejudicar a boa relação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump construída nos últimos meses.

A expectativa é que Lula vá a Washington visitar Trump no próximo mês. As prioridades do governo é discutir uma cooperação bilateral para a segurança pública dos dois países, além de colocar uma pá de cal nas sanções americanas contra autoridades brasileiras e os produtos brasileiros que ainda são alvos do tarifaço de 50%. É esperado que a discussão sobre os minerais críticos também entre na pauta.

O Brasil possui a segunda maior reserva de minerais críticos do planeta, e o plano do governo Lula é tornar o Brasil um polo processador, e não só apenas ser um fornecedor global. Aliados do presidente observam que é preciso “corrigir erros do passado”, onde o País não processava e não adquiria valor agregado nos minérios.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 06/02/2026

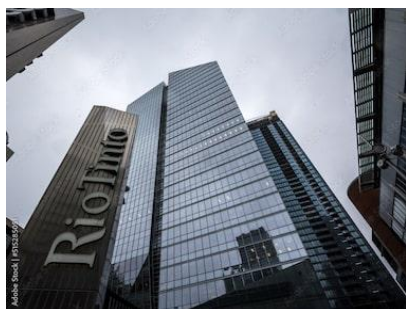
RIO TINTO E GLENCORE ABANDONAM CONVERSAS DE FUSÃO PARA CRIAR GIGANTE DA MINERAÇÃO

Empresas não chegaram a um acordo sobre termos principais, incluindo cargos de liderança e valor de mercado

Por Redação

A Rio Tinto e a Glencore abandonaram os planos de fusão que criaria a maior empresa de mineração do mundo com um valor de mercado de mais de US\$ 260 bilhões, segundo o The Guardian.

As empresas disseram que não conseguiram chegar a um consenso sobre os termos principais de um possível acordo, que incluía a Rio Tinto mantendo tanto os cargos de presidente quanto de diretor executivo e a propriedade pro forma do grupo combinado.



Uma aquisição da Glencore pela Rio Tinto teria catapultado o grupo combinado ao topo da indústria de mineração de cobre. No entanto, a Glencore disse que esses termos subestimavam significativamente seu negócio e a contribuição da empresa para a entidade resultante da fusão, o que significava que não seriam do melhor interesse de seus acionistas.

Fusão de Rio Tinto e Glencore poderia criar uma gigante da mineração Foto: Jerome - stock.adobe.com

O grupo disse que permanece forte como uma empresa independente graças a um negócio bem diversificado em uma gama de commodities e aos esforços recentes para simplificar suas estruturas operacionais.

As ações da Glencore caíram mais de 8% em Londres, enquanto as ações da Rio Tinto caíram 3%.

No mês passado, as duas empresas confirmaram que estavam em conversas sobre uma possível combinação de alguns ou todos os seus negócios, o que poderia ter incluído uma aquisição total em ações da trader e mineradora listada em Londres Glencore pela gigante mineradora anglo-australiana Rio Tinto.

As negociações de fusão estavam ocorrendo em meio a um aumento nos preços do cobre, que recentemente ultrapassaram US\$ 14,5 mil por tonelada métrica em Londres, enquanto os compradores se preocupam com a disponibilidade de suprimento.

Como a maioria das grandes mineradoras, a Rio Tinto está priorizando uma expansão de seu negócio de cobre, apostando que o metal industrial será uma commodity quente à medida que o mundo constrói mais veículos elétricos, infraestrutura de energia renovável e centros de dados.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 06/02/2026

PETROBRAS COMPRA PARTICIPAÇÃO EM BLOCO EXPLORATÓRIO DA NAMÍBIA

Estatual adquiriu 42,5% de área em operação com a TotalEnergies, que também ficou com 42,5% e atuará como operadora do bloco; valores não foram informados

Por Beth Moreira (Broadcast)

A Petrobras adquiriu 42,5% de participação no Bloco 2613, localizado na área offshore da República da Namíbia, na África, segundo nota da empresa divulgada nesta sexta-feira, 6. A operação foi realizada em parceria com a TotalEnergies, que também adquiriu 42,5% e atuará como operadora do bloco. Os valores não foram informados.

A aquisição marca o retorno da estatal à Namíbia e está alinhada à estratégia de longo prazo, voltada à diversificação de portfólio e à recomposição das reservas de petróleo e gás por meio da exploração de novas fronteiras e do fortalecimento de parcerias estratégicas.

As empresas cedentes são a Eight Offshore Investment Holdings e a Maravilla Oil & Gas. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a estatal explica que, após a conclusão da transação, a Eight seguirá detendo 5% do bloco, enquanto a Maravilla encerrará sua participação no ativo.



Bloco comprado pela Petrobras cobre uma área de cerca de 11 mil km² na costa da Namíbia Foto: Pedro Kirilos/Estadão

Assim, o consórcio do Bloco 2613 passa a ser composto por Petrobras (42,5%), TotalEnergies (42,5%), Eight (5%) e a Namcor Exploration and Production (PTY) Ltd - empresa estatal detida pelo Governo da Namíbia (10%).

Segundo a Petrobras, o bloco está localizado na Bacia de Lüderitz e cobre uma área de cerca de 11 mil km² na costa da Namíbia.

“A transação observou todos os trâmites de governança corporativa da companhia e está em conformidade com o Plano de Negócios 2026-2030”, destaca a empresa.

A conclusão da transação está condicionada ao cumprimento de condições precedentes, incluindo aprovações governamentais e regulatórias aplicáveis, notadamente do Ministério da Indústria, Minas e Energia da Namíbia.

Crescimento de longo prazo

A iniciativa reforça a estratégia da Petrobras de buscar opções de crescimento de longo prazo fora do Brasil, sem comprometer sua disciplina de capital, avalia a Ativa Investimentos.

Segundo a corretora, a entrada em um ativo exploratório em parceria com a TotalEnergies reduz a exposição financeira e operacional em uma fronteira geológica ainda incipiente, ao mesmo tempo em que garante participação relevante em uma área que vem ganhando destaque após descobertas recentes.

“Em nossa leitura, o impacto financeiro de curto prazo é limitado, está previsto no plano e a operação adiciona assimetria positiva ao portfólio exploratório da Petrobras, preservando flexibilidade e opcionalidade em um contexto de busca por reposição de reservas no longo prazo”, informou a Ativa em nota.

Para os analistas do Citi, apesar de o valor da transação não ter sido divulgado, não é esperado um desembolso relevante, pois o ativo se trata de um bloco exploratório e a TotalEnergies ainda não descobriu reservas recuperáveis.

“Do nosso ponto de vista, o negócio não foi uma surpresa, dado o fato de que aparentemente a Petrobras estava negociando blocos exploratórios na Costa Atlântica da África por algum tempo. Além disso, vemos o negócio como alinhado ao plano estratégico da Petrobras, a fim de aumentar suas reservas e internacionalizar sua produção de petróleo e gás”, escrevem Gabriel Barra, Andrés Cardona e Pedro Gama.

No entanto, os analistas observam que, apesar de o ativo provavelmente apresentar uma boa perspectiva de fluxo de caixa, os investimentos podem ser um fator de redução de dividendos no curto a médio prazo./Com Denise Luna e Talita Nascimento

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 06/02/2026

PETROBRAS RECEBE R\$ 1,65 BI EM COMPLEMENTO DE COMPENSAÇÃO FIRME DOS BLOCOS DE SÉPIA E ATAPU

Pagamentos fazem parte dos termos da portaria nº 08 de 19/04/2021 do MME e do edital da 2ª rodada de licitações do Excedente da Cessão Onerosa no regime de Partilha de Produção, realizada em dezembro de 2021

Por Rodrigo Rocha, Valor — São Paulo

A Petrobras informou em comunicado ter recebido R\$ 1,65 bilhão dos parceiros dos blocos de Sépia — TotalEnergies, Petronas e QatarEnergy — e Atapu — Shell Brasil e TotalEnergies — como complemento da compensação firme (“earnout”) do exercício de 2025.

Os pagamentos fazem parte dos termos da portaria nº 08 de 19/04/2021 do Ministério de Minas e Energia (MME) e do edital da 2ª rodada de licitações do Excedente da Cessão Onerosa no regime de Partilha de Produção, realizada em dezembro de 2021.

Na ocasião, foram estabelecidos valores de “earnouts” para os blocos de Sépia e Atapu, que serão devidos entre 2022 e 2032, e exigíveis a partir do último dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao que o preço do petróleo tipo Brent atingir média anual superior a US\$ 40 por barril, limitado a US\$ 70 por barril. Na média de 2025, o preço do Brent foi de US\$ 67,54 por barril.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 06/02/2026

STELLANTIS REGISTRA BAIXA CONTÁBIL EM REFORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIA

Maior parte das baixas contábeis está relacionada, segundo a empresa, a um realinhamento de seus planos de produtos, em grande parte devido à redução significativa das expectativas para veículos elétricos

Por Dow Jones



— Foto: Stephanie Lecocq/Reuters

A Stellantis, fabricante da Jeep, anunciou que registrará baixas contábeis de cerca de 22,2 bilhões de euros - cerca de US\$ 26 bilhões - como parte de uma mudança de foco, deixando de investir em veículos elétricos em meio a uma demanda mais fraca do que a esperada.

A empresa afirmou na sexta-feira que a maior parte das baixas contábeis está relacionada a um realinhamento de seus planos de produtos, em grande parte devido à redução significativa das expectativas para veículos elétricos.

Como resultado, a Stellantis prevê um prejuízo líquido entre 19 bilhões e 21 bilhões de euros no segundo semestre de 2025.

LG Energy Solution

A Stellantis vendeu sua participação de 49% em uma empresa conjunta de baterias no Canadá para sua parceira sul-coreana LG Energy Solution.

As empresas disseram nesta sexta-feira que a LG Energy Solution adquirirá o controle total da NextStar Energy para atender melhor a uma base de clientes mais ampla, incluindo a indústria de sistemas de armazenamento de energia.

A LG comprará a participação da Stellantis por US\$ 100 em 30 de junho, informou a fabricante de baterias em um comunicado regulatório separado.

O valor parece simbólico, dado que a LG havia decidido investir US\$ 1,46 bilhão na “joint venture” por uma participação de 51%, enquanto a Stellantis tinha se comprometido com US\$ 980 milhões pela fatia restante. A LG disse que seu investimento ainda está em andamento.

A Stellantis e a LG se uniram em 2022 para construir a primeira fábrica de baterias de grande escala do Canadá em Windsor, Ontário. Mais de 5 bilhões de dólares canadenses, equivalentes a US\$ 3,65 bilhões, foram investidos na NextStar Energy até agora, de acordo com o comunicado conjunto das empresas.

A transição ocorre no momento em que as montadoras globais estão recuando em projetos de veículos elétricos, em meio à desaceleração da demanda na América do Norte após o fim dos créditos fiscais dos EUA para novas compras de veículos elétricos pelo governo Trump.

As fabricantes globais de baterias para veículos elétricos estão ajustando a produção para refletir a demanda lenta por veículos elétricos, ao mesmo tempo em que diversificam e expandem sua base de clientes para além do setor automotivo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 06/02/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CRONOGRAMA DO LEILÃO DO TECON SANTOS 10 SEGUE INCERTO

Por Danilo Oliveira Portos e logística 06/02/2026 - 21:05



Falta de consenso entre autoridades quanto à aplicação de restrições aumenta o risco de judicialização. Setor aguarda publicação do edital, que também permitirá realização de 'road show' com potenciais interessados

Principal projeto para ampliar a pressionada capacidade de movimentação de contêineres no Brasil, o Tecon Santos 10 convive com as incertezas em torno de seu cronograma e regras para o leilão de concessão. Fontes ouvidas pela Portos e Navios observam falta de consenso entre as autoridades quanto à aplicação de restrições, o que aumenta o risco de judicialização por empresas impedidas de participar da disputa. Há ainda expectativa da troca de comando no Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o que pode adiar a realização do certame, num ano em que, tradicionalmente, as atenções se voltam para as eleições de outubro.

Até os últimos meses de 2025, o governo prometia a realização do leilão antes do final do ano. Em dezembro, o MPor admitiu que a licitação seria adiada para 2026. As últimas previsões projetaram o certame ocorrendo até abril. Sem o lançamento do edital, porém, a expectativa de um road show com potenciais investidores interessados em janeiro também não foi cumprida. Mesmo quando o edital estiver na rua, serão necessários, ao menos, de 30 a 40 dias para organização da licitação.

Uma fonte que prefere não ser identificada acredita que, mesmo com as atuais restrições aos participantes, existem outros players fortes supostamente interessados. Ela ponderou que resta saber quais terão orçamento para bidar nos lances de viva-voz. “Muita gente vai vir. Se houver 10 concorrentes, a chance do preço subir é maior que com três ou quatro. Talvez de 10, oito mandem proposta, mas não vão entrar no viva-voz. No final, a questão é saber quem tem o bolso mais fundo”, analisou sob condição de anonimato.

Em dezembro, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou, por 6 votos a 3, que a licitação seja realizada em duas etapas, com veto à participação de armadores na primeira fase. Dias após a decisão da Corte de Contas, o ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou, em

evento no Rio Brasil Terminal (RJ), que o leilão já tinha mais de 10 players nacionais e internacionais interessados.

Na ocasião, Costa Filho citou o grupo filipino ICTSI, além de consultas de empresas chinesas e fundos árabes de investimentos. O ministro também mencionou a possibilidade de presença de grupos nacionais como a JBS e a JSL, bem como alguns fundos de investimentos do mercado financeiro que também teriam interesse em participar. Na ocasião, ele considerou que a recomendação da Corte de Contas ajudaria a atrair novos interessados ao certame.

À época, a previsão da pasta era que o leilão fosse realizado na primeira quinzena de março de 2026. Havia também a expectativa do road show por volta de 15 a 20 de janeiro, na B3, em São Paulo (SP), dois meses antes da data que o governo pretendia realizar o certame, com participação de 10 a 20 grupos interessados. Essa rodada, no entanto, ainda não ocorreu. Até o fechamento, o ministério não havia informado quando ocorrerá o road show.

Na última segunda-feira (2), Costa Filho participou de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Casa Civil, Rui Costa. A pauta não foi divulgada e, procurado pela reportagem, o MPor não confirmou se o leilão e a troca de comando da pasta estiveram entre os assuntos discutidos no encontro. Costa Filho já manifestou publicamente, em entrevistas, que deseja concorrer ao Senado por Pernambuco nas eleições de outubro. Para isso, ele precisa deixar o cargo até o começo de abril, seis meses antes do pleito, conforme previsto nas regras de descompatibilização das leis eleitorais. No dia seguinte, a agenda incluiu reunião com o ministro Bruno Dantas, do TCU, que na sessão de dezembro passado proferiu voto revisor a favor das restrições aos armadores na primeira fase.

Oficialmente, o principal assunto do encontro de terça-feira (3) foi o pacote de concessões do setor portuário em 2026. "Apresentamos a ele [Dantas] todo o nosso planejamento estratégico e as pautas que tramitam no TCU para que, de maneira coletiva, possamos avançar na agenda do fortalecimento das concessões e do desenvolvimento do Brasil, gerando emprego e renda", publicou Costa Filho em uma rede social.

"Não quero parecer pessimista. Mas, sendo realista, já vimos essa mesma novela quatro anos atrás, em fim de governo, com ministro de saída e supostamente tudo pronto. Da outra vez, o então ministro [Tarcísio de Freitas - MInfra] saiu e não conseguiu fazer o leilão dessa mesma área. Falamos da mesma área quatro anos depois, agora com o agravante das judicializações que, muito provavelmente, vão acontecer. Fico com a sensação de que isso fica para o próximo mandato", comentou o sócio-consultor da Solve Shipping, Leandro Carelli Barreto, à Portos e Navios.

Em janeiro, o MPor encaminhou à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) o projeto final para o leilão do Tecon Santos 10, seguindo as recomendações do TCU, com expectativa de que o edital fosse publicado em breve. O argumento pelo modelo bifásico, com restrições à participação de armadores e atuais operadores portuários na primeira etapa é que tal medida evita a concentração de mercado e estimula a concorrência entre novos interessados. O projeto incluiu exigências de investimentos, definição de valor mínimo de outorga e a construção de um novo terminal de passageiros.

Ao longo das discussões, grandes players internacionais já discordaram publicamente das regras, como MSC/TiL, Maersk/APM Terminals e, mais recentemente, a Cosco Shipping. A empresa chinesa, por exemplo, argumenta que a exclusão de armadores reduz a competitividade, podendo resultar em lances mais baixos e menor arrecadação. Para a advogada Andréa Navarro Franco, especialista em direito empresarial, o tema é delicado e pode ter impacto direto na atratividade do leilão.

"Quando se exclui grandes players internacionais, como a Cosco, corre-se o risco de reduzir a disputa e, consequentemente, a arrecadação para o Estado. O princípio da ampla concorrência deve ser preservado", analisou. Andréa considera que a justificativa de evitar concentração de mercado precisa ser analisada com cautela. "A integração vertical não é, por si só, prejudicial. Em muitos casos, pode gerar eficiência logística e redução de custos. O que deve existir é fiscalização rigorosa, não barreiras de entrada que afastem investidores relevantes", sugeriu.

A advogada acredita em risco concreto de judicialização imediata caso o edital seja publicado mantendo as restrições sugeridas pelo TCU. Ela entende que empresas que se sentirem prejudicadas podem questionar judicialmente as condições do edital, alegando violação aos princípios da proporcionalidade, economicidade e interesse público. “Isso pode atrasar o processo e comprometer a credibilidade da licitação”, alertou.

Ela também ressalta que o posicionamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) será decisivo para o andamento do processo. E que o desenrolar do caso será determinante para definir o grau de concorrência no leilão e o futuro da operação do novo terminal em Santos. “O Cade tem sinalizado que prefere atuar na fiscalização, e não na exclusão preventiva. Se esse entendimento prevalecer, o governo terá de ajustar as regras para evitar questionamentos futuros”, concluiu.

Para o professor Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, caso um dos incumbentes ganhe o leilão, ele conseguirá exercer um maior poder de mercado e sua renda será maior do que num mercado mais competitivo. Ele estima, nessa hipótese, um ganho aproximado de mais de R\$ 1 bilhão, que seria repartido entre as maiores empresas do país nos primeiros três anos de um eventual exercício de poder de mercado. O impacto, segundo ele, se estenderia dos embarcadores à sociedade como um todo, com produtos mais caros nas prateleiras e aumento do Custo Brasil devido à elevação dos custos logísticos.

“Não há dúvida de que os incumbentes poderiam oferecer outorgas maiores em um leilão sem faseamento, mas haveria um importante prejuízo para a sociedade. É preciso lembrar que os leilões de infraestrutura não são feitos para gerar recursos para o erário. Seu foco é desenvolver ativos estratégicos para atração de investimentos, aumento da eficiência logística e da competitividade da economia brasileira”, defendeu.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/02/2026

ACORDO ENTRE PORTO DE ROTERDÃ E ASSOCIAÇÃO AMPLIA COMBATE À FALSIFICAÇÃO DE ARMAZENAMENTO

Da Redação Portos e logística 06/02/2026 - 21:17



A Autoridade Portuária de Rotterdam e a Associação Holandesa de Empresas de Armazenamento de Tanques (Votob) anunciaram nesta sexta-feira (6) a assinatura de um acordo de cooperação para ampliar a força-tarefa de combate ao esquema fraudes conhecido como falsificação de armazenamento. Também integram a cooperação a TCT comerciantes de mercadorias e o Distrito Policial do Porto, incluindo a equipe de Perícia Digital.

Segundo a autoridade portuária e a Votob, falsificação de armazenamento ou falsificação de armazenamento em tanques são os termos usados para definir a venda de capacidade de armazenamento inexistente e estoques de matérias-primas e produtos em terminais, particularmente na área do porto de Rotterdam. Nesse tipo de fraude pela Internet, explicaram, criminosos oferecem em sites falsos produtos e se apresentam como representantes de empresas conhecidas de armazenamento.

As vítimas são comerciantes internacionais induzidos a erro e que perdem dinheiro em negócios inexistentes e empresas legítimas da área portuária cujos nomes e dados são usados indevidamente. Em alguns casos, caminhões-tanque chegam até os terminais para recolher produtos que não existem.

Os prejuízos anuais para os comerciantes são estimados em pelo menos 10 milhões de euros. Em 2025, foram comunicadas ao grupo de trabalho transações num valor total de 2,5 mil milhões de

euros. Além disso, há danos para empresas cujos nomes e dados são usados indevidamente e à reputação dos portos.

O diretor da Votob, Willem-Henk Streekstra, disse que membros da Associação têm lidado há anos com as fraude e que a cooperação vai dar suporte profissional para reduzir a falsificação. “É bom abordar a questão com a autoridade portuária e outros parceiros. Juntos, podemos fazer mais do que cada um de nós individualmente”, afirmou.

Os primeiros exemplos desse tipo de fraude foram registrados há 15 anos, mas há cerca de 10 anos o número de incidentes aumentou, levando à criação de uma força-tarefa em 2017, na época sob a bandeira da Ferm Rotterdam, atual Ferm Seaports. Entre outras ações, foi feita campanha de sensibilização, que foi a base do atual grupo de trabalho.

A partir de entrevistas, artigos de referência e ferramentas digitais, foram feitas uma lista negra de sites não confiáveis e uma lista branca daqueles nos quais empresários podem fazer negócios com segurança. A lista negra já inclui mais de 1.250 domínios e continua sendo ampliada.

As forças-tarefa, compostas pela Ferm, pela Autoridade do Porto de Rotterdam, pela Polícia Portuária e membros da Votob, iniciaram em 2020 cooperação com a Fundação Holandesa para Registro de Domínios da Internet (SIDN) e em 2024 com os Commodity Traders (TCT). A SIDN apoia a remoção offline de sites fraudulentos com domínio .nl, enquanto a TCT apoia a força-tarefa para avaliar a confiabilidade das ofertas e documentos oferecidos e para determinar quais sites devem ser adicionados à lista negra. Com isso, casos de fraude são evitados diariamente.

Dentro do Ferm, a força-tarefa operava anteriormente através do domínio ferm-rotterdam.nl/storage-spoofing e, agora, mudou para www.storagespoofing.nl, uma plataforma da Autoridade do Porto de Rotterdam, Votob, TCT e da Polícia Portuária.

As principais ferramentas usadas pelos fraudadores são sites falsos, e-mails e outras formas de contato digital baseadas em confiança e documentos falsificados. Muitas informações sobre empresas estão disponíveis publicamente através de websites, câmaras de comércio, Google Maps, etc, e o conteúdo pode ser facilmente copiado.

Isso levou à proliferação de websites não confiáveis que são cada vez mais difíceis de distinguir dos legítimos. A força-tarefa está ativamente empenhada em identificar esses sites, colocá-los em listas negras e colocá-los offline.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/02/2026

FS VENDE PRIMEIRA CARGA DE DDG, RAÇÃO ANIMAL DE ALTA VALOR PROTEICO, PARA A CHINA

Da Redação Economia 06/02/2026 - 21:14



A FS, empresa produtora de etanol e de ração animal, anunciou na quinta-feira (5) que fará em fevereiro de 2026 sua primeira exportação para a China de high-protein dried distillers grains (HPDDG), uma espécie de grão seco com alto teor de proteína. Segundo a empresa, o contrato, para envio de três mil toneladas métricas, foi assinado em janeiro e o produto já está no Porto de Santos, em São Paulo.

A FS explicou que já fornece produtos de nutrição animal para diferentes países e avaliou que a operação com a China representa avanço para o comércio exterior brasileiro por ampliar as possibilidade de exportação de produtos ligados à cadeia do milho. Victor Trenti, diretor comercial da FS, disse que o primeiro embarque do HPDDG para o mercado chinês reforça o potencial do Brasil no setor de ingredientes de maior valor agregado para nutrição animal.

De acordo com a empresa, a China está entre os maiores mercados globais de nutrição animal, especialmente em cadeias como suínos, aves e peixes. Por isso, informou, produtos com alta concentração de proteína e energia ganham relevância por contribuírem para maior eficiência na formulação, melhor aproveitamento logístico e padronização nutricional, fatores decisivos em operações industriais de grande escala.

A FS explicou ainda que a venda pra China faz parte de sua estratégia de buscar mercados internacionais para ingredientes de nutrição animal de alta proteína. De acordo com a empresa, na safra 24/25, a companhia exportou 30 mil toneladas para países da Ásia, da América Latina e da Europa e a expectativa é de superar 50 mil toneladas no ciclo 25/26 e dobrar no seguinte com as vendas para a China.

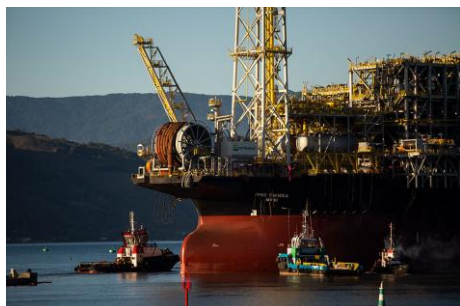
A empresa anunciou que vai ampliar sua capacidade produtiva até 2027 com novas plantas e expansão das três atuais, em Lucas do Rio Verde, Sorriso e Primavera do Leste, todas no Mato Grosso. De acordo com a companhia, uma quarta unidade entrará em operação em 2026 em Campo Novo do Parecis, no mesmo estado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/02/2026

PETROBRAS RECEBE R\$ 1,65 BILHÃO EM COMPENSAÇÕES DE PARCEIROS POR EXPLORAÇÃO NOS BLOCOS DE SÉPIA E ATAPU

Da Redação Offshore 06/02/2026 - 18:15



A Petrobras informou nesta sexta-feira (6) o recebimento de R\$ 1,65 bilhão como compensação de parceiros na exploração dos blocos de Sépia e Atapu, na área de pré-sal da Bacia de Santos. A TotalEnergies EP Brasil tem 28%, a Petronas Petróleo Brasil 21% e QatarEnergy Brasil 21% de participação em Sépia, enquanto a Shell Brasil Petróleo tem 25% e a TotalEnergies EP Brasil 22,5% em Atapu.

O pagamento, informou a empresa, refere-se ao complemento da compensação firme (earnout) do exercício de 2025. Nos termos da portaria nº 08 de 19 de abril de 2021 do Ministério de Minas e Energia (MME) e do edital da segunda rodada de licitações do Excedente da Cessão Onerosa no regime de Partilha de Produção, de 17 de dezembro de 2021, foram estabelecidos valores de compensações para os blocos, que deverão ser pagos até 2032.

De acordo com a Petrobras, pelos contratos, as compensações devem ser pagas a partir do último dia útil do mês de janeiro do ano seguinte quando o preço do petróleo tipo brent atingir média anual superior a 40 dólares/bbl, limitado a 70 dólares/bbl.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/02/2026

CONSÓRCIO COM PETROBRAS VAI EXPLORAR PETRÓLEO E GÁS NA COSTA DA NAMÍBIA

Da Redação Offshore 06/02/2026 - 17:17



A Petrobras anunciou, nesta sexta-feira (6), que adquiriu 42,5% de participação em um bloco offshore para exploração de óleo e gás numa área de 11 mil quilômetros quadrados na Bacia de Lüderitz, na costa da Namíbia, na África. Segundo a empresa, a operação foi feita em parceria com a TotalEnergies, que também adquiriu 42,5% e será a operadora do bloco.

De acordo com a companhia brasileira, as participações foram adquiridas da Eight Offshore Investment Holdings ("Eight"), que manterá 5% do bloco, e da Maravilla Oil & Gas, que deixará a parceria. Os outros 10% são controlados pela Namcor Exploration and Production (PTY), empresa estatal da Namíbia.

A Petrobras explicou que a aquisição marca seu retorno à Namíbia e está alinhada a sua estratégia de longo prazo, voltada à diversificação de portfólio e à recomposição das reservas de petróleo e gás por meio da exploração de novas fronteiras e do fortalecimento de parcerias consideradas estratégicas, seguindo seu Plano de Negócios 2026-2030.

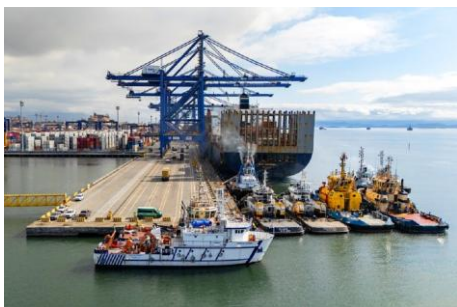
A empresa ressaltou, no entanto, que a conclusão da transação ainda depende do cumprimento de condições preestabelecidas, incluindo aprovações governamentais e regulatórias do Ministério da Indústria, Minas e Energia da Namíbia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/02/2026

PLANO MESTRE DO COMPLEXO PARANAGUÁ-ANTONINA ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA

Da Redação Portos e logística 06/02/2026 - 16:58



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) iniciou nesta sexta-feira (6) consulta pública online, com prazo até 7 de março, para receber sugestões e contribuições para a elaboração do Plano Mestre do Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina, no Paraná. Segundo a pasta, o objetivo do Plano será orientar ações e investimentos de curto, médio e longo prazos, abrangendo, além dos portos, a relação com as cidades, e os acessos ao complexo.

De acordo com o MPor, a consulta pública visa estimular a participação da sociedade no planejamento das atividades ligados aos portos e permitir que cidadãos, empresas, entidades representativas e autoridades públicas conheçam o conteúdo do Plano Mestre. Além disso, busca receber contribuições, sugestões e comentários que possam aprimorar o documento antes da apresentação da versão final.

As contribuições devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico disponível na plataforma Brasil Participativo neste link. Nela, estão disponíveis o documento preliminar do Plano Mestre do Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina e o seu apêndice.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/02/2026

BRASIL LIDERA MERCADO GLOBAL DE CARNE BOVINA EM 2025 E EXPORTA 3,45 MILHÕES DE TONELADAS

Da Redação Portos e logística 06/02/2026 - 17:11



O Brasil foi em 2025 o maior produtor e exportador mundial de carne bovina, superando os Estados Unidos, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), compilados pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) e divulgados nesta sexta-feira (6) pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Durante o ano passado, foram exportadas pelo país 3,45 milhões de toneladas da proteína, com alta de 20,9% em relação ao ano anterior.

O desempenho gerou receita de 18 bilhões de dólares, equivalentes a cerca de 95 bilhões de reais, e representou crescimento de 39,31% frente aos 12,8 bilhões de dólares de 2024. Segundo o Mpor, a

carne brasileira teve como destino mais de 170 países, e os principais estados produtores foram Mato Grosso, com 978,4 mil toneladas, Goiás, com 508,1 mil toneladas, Mato Grosso do Sul, com 450,1 mil toneladas e Minas Gerais, com 324,6 mil toneladas.

Em 2025, o Porto de Santos, em São Paulo, manteve a liderança em volume movimentado na exportação da carne bovina, com 1,7 milhão de toneladas e alta de 13,3% em relação a 2024. Já pelo Porto de Paranaguá, no Paraná, foram exportadas 1,2 milhão de toneladas, o que representou acréscimo de 46,5% na comparação com os números do ano anterior, enquanto no Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, foram embarcadas 180 mil toneladas e o aumento registrado foi de 20%, o que fez do terminal catarinense o terceiro em volume nas vendas do produto para o exterior.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/02/2026

KONGSBERG MARITIME FORNECERÁ PROJETO E PROPULSÃO PARA NAVIOS HANDY DA TRANSPETRO

Por Danilo Oliveira Indústria naval 06/02/2026 - 10:27



Empresa norueguesa firmou contrato da ordem de R\$ 162 milhões com consórcio Marenova para pacote com design dos navios e entrega de sistemas de propulsão, maquinário de convés e outras soluções que preveem eficiência e redução de emissões

O consórcio Marenova, formado pela Ecovix e pelo grupo Mac Laren contratou a Kongsberg Maritime para o fornecimento do projeto naval (ship design) e de um pacote de equipamentos para os quatro petroleiros encomendados pela Transpetro. As embarcações classe Handy serão preparadas para operar com metanol e etanol e serão construídas pelo Estaleiro Rio Grande (RS), sendo comissionadas no estaleiro Mac Laren em Niterói. O contrato, da ordem de 300 milhões de coroas norueguesas (NOK), em torno de R\$ 162 milhões, em valores convertidos com câmbio desta sexta-feira (6). Em dólares, esse valor é de aproximadamente US\$ 31 milhões.

A encomenda inclui a entrega do projeto completo dos navios e uma série de sistemas integrados, abrangendo propulsão com sistema 'Promas' hélice de passo controlável, maquinário de convés, sistemas de medição de tanques e soluções avançadas de navegação e automação, como K-Bridge, K-Chief, K-Gauge and K-Load. De acordo com a KM, o Promas é um sistema para a propulsão convencional que traz o benefício de melhorar o consumo de combustível, aumentando a eficiência da propulsão.

Os navios terão 150,6 metros de comprimento total, com 23,4 metros de largura e 8,2 metros de calado, com aproximadamente 15.600 toneladas de porte bruto (dwt). Os projetos 'NVC 615 PT' fazem parte da família NVC de designs de navios mercantes da Kongsberg Maritime, que combinam eficiência com adaptabilidade para combustíveis do futuro.

No mercado brasileiro, a Kongsberg Maritime aposta em uma linha de produtos, que abrange desde soluções de Bridge até sistemas de propulsão. A fabricante possui uma base instalada de equipamentos no Brasil, incluindo sistemas de posicionamento dinâmico (DP), automação, thrusters azimutais, linhas de eixo e equipamentos de convés. A empresa avalia que o mercado de equipamentos e de serviços está bastante aquecido devido às concorrências da Petrobras e Transpetro e também pela crescente demanda em embarcações de menor porte como rebocadores e empurradores.

Os representantes do consórcio Marenova, Robson Passos e Alexandre Kloh, destacaram que o contrato reflete uma visão compartilhada de inovação, sustentabilidade e força industrial. "Ao combinar a escala e a tradição offshore da Ecovix com a longa experiência naval do Mac Laren, o MareNova

está perfeitamente posicionado para entregar esses navios-tanque 'estado da arte', preparados para combustíveis do futuro para Petrobras/Transpetro e, ao mesmo tempo, contribuindo para o renascimento da construção naval no Brasil", declararam em nota.

"Esse projeto mostra como nossa plataforma de projeto NVC e tecnologia integrada podem ajudar os armadores a atingir metas operacionais e ambientais. Estamos orgulhosos de apoiar a Transpetro na renovação de sua frota com embarcações que estão preparadas para o futuro", disse em nota o vice-presidente de vendas da área de projeto naval da Kongsberg Maritime, Ronny Pål Kvalsvik.

O projetista chefe da Kongsberg Maritime, Per Egil Vedlog, acrescentou que os projetos refletem décadas de desenvolvimento e colaboração com a indústria. "Esses navios-tanque entregarão eficiência e flexibilidade, incluindo capacidade para transportar metanol/etanol, de forma a atender às mudanças nas demandas de mercado", afirmou no comunicado.

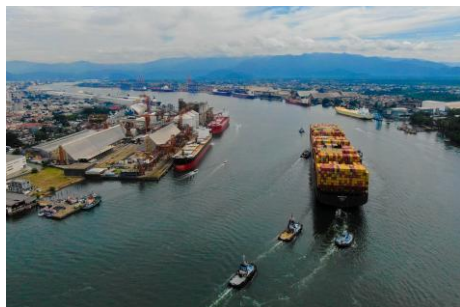
De acordo com a Transpetro, os Handy vão contemplar soluções que garantam maior eficiência energética e menor emissão de gases que provocam o efeito estufa. Além do pacote de equipamentos sustentáveis, o escopo prevê as embarcações com opção de operar com bunker ou biocombustíveis. Como resultado, a empresa espera reduzir em 30% as emissões em relação aos atuais navios da frota, atendendo às determinações da Organização Marítima Mundial (IMO).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/02/2026

ANTAQ APROVA ABERTURA DE CONSULTA SOBRE CONCESSÃO DA DRAGAGEM DE SANTOS

Por Danilo Oliveira - Portos e logística



Versão mais atualizada dos estudos considera execução de obras e serviços necessários ao aprofundamento do canal para 16m em uma primeira etapa, seguida pela profundidade de 17m em uma fase seguinte

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou, nesta quinta-feira (5), a abertura do processo de consulta e audiência pública para a concessão do canal de acesso do porto organizado de Santos (SP) à iniciativa privada. O processo é

semelhante ao que está em curso para Itajaí (SC) e para o primeiro nesse modelo, para o canal de Paranaguá (PR), cujo resultado do certame já foi homologado. A decisão ocorreu durante reunião da diretoria colegiada da agência.

A diretora Flávia Takafashi, relatora do processo, destacou que o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos observa ressalvas e recomendações da secretaria especial de licitações e concessões. Ela entendeu que o processo pode seguir, com as recomendações sendo elucidadas ao longo de sua tramitação.

"Houve o entendimento de que necessidades de esclarecimentos poderão ser feitas sem prejuízo durante a fase de consulta pública", ressaltou Flávia durante a sessão de hoje. Segundo a diretora, as manifestações da Autoridade Portuária de Santos (APS) nos autos foram encaminhadas ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Ela afirmou que o aperfeiçoamento segue as premissas apresentadas e já deliberadas pela Antaq em relação ao canal de acesso de Paranaguá e que o atual processo vai ser ajustado de acordo com as necessidades do Porto de Santos e do aporte de investimentos que serão necessários.

Em seu voto, Flávia lembrou que o assoreamento no canal santista impõe a necessidade periódica de dragagem, tanto no canal quanto no berço e bacias de evolução. "O estuário possui altas taxas de



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 023/2026
Página 76 de 76
Data: 06/02/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

assoreamento, fenômeno intensificado pela dinâmica natural do sistema costeiro, pelas características sedimentares da região e pela infraestrutura de grande porte nos marginais”, pontuou.

O canal de acesso ao Porto de Santos possui comprimento total de 24,6 quilômetros, distribuídos em quatro trechos, com largura mínima de 220 metros, profundidade nominal atual de 15 metros, calado operacional homologado de 13,5m na baixa mar e 14,5m na preamar.

A versão mais atualizada dos estudos considera execução de obras e serviços necessários ao aprofundamento do canal para 16m em uma primeira etapa, seguida pela profundidade final de 17m, considerando tolerância de 0,7m, conforme diretrizes estabelecidas nos estudos de engenharia. Os volumes estimados a serem realizados à dragagem do canal de acesso para alcançar 16m preveem um material dragado de aproximadamente 7,26 milhões de m³, e outro de aproximadamente 6,96 milhões de m³ para alcançar 17m.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/02/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 06/02/2026